

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Março de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1269 • Director: José Casanova

Os trabalhadores precisam deste Partido



Também este Partido precisa dos trabalhadores.

■ Jerónimo de Sousa Pág. 18

Em defesa do associativismo popular

O estatuto do dirigente associativo voluntário, proposto pelo PCP e já aprovado na generalidade na Assembleia da República, será debatido em breve na especialidade.

■ António Filipe Pág. 19

Aeroporto no Rio Frio Uma opção consensual

Pág. 22

A esquerda no limiar do século XXI

— Um livro importante de Marta Harnecker

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

José Casanova novo director do «Avante!»

A partir do presente número, o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central, assume, por decisão, já anunciada, dos organismos executivos do CC, as funções de director do «Avante!», substituindo o camarada Carlos Brito, que as desempenhava desde Janeiro de 1992.

As propostas de reforma da política agrícola comum (PAC) e dos fundos estruturais

ATENTADO AOS INTERESSES NACIONAIS

Nota da Comissão Política

Págs. 5 e 6



— O rolo compressor do liberalismo

Págs. 20 e 21

Conversa com Aline Pailler e Sérgio Ribeiro



Defesa dos recursos marinhos exige novas regras e medidas

Lino de Carvalho na Conferência Parlamentar sobre os Oceanos

Centrais

Alka-Seltzer disse ela

“**S**e eu não tive tempo para comprar delegados foi porque estive até à última hora à frente do Grupo Parlamentar que era a minha obrigação” — esta confissão de Maria José Nogueira Pinto, candidata derrotada à liderança do PP, sintetiza exemplarmente o que é aquele partido e o que foi o seu Congresso. Como se vê, é tudo uma questão de tempo: quem o tem compra delegados,

quem o não tem... não compra. E o grau de democraticidade interna de um partido mostra inequivocamente o conteúdo democrático do seu projecto e da sua prática política. Aliás, a história do CDS / PP não deixa dúvidas a ninguém a esse respeito. (Corrijo-me: não deixa dúvidas a quase ninguém: como sabemos o engenheiro António Guterres — aqui há tempos, creio que por altura da discussão e votação do Orçamento do Estado na Assembleia da República — considerava o PP de Manuel Monteiro um modelo de virtudes democráticas...) A verdade é que, durante dois dias, em Braga, o PP mostrou o que é e elucidou-nos sobre o tipo de relacionamento existente entre os seus chefes. Insultos, apupos, vaias, acusações, intrigas, jogos de bastidores, golpes, contragolpes, manobristismos, vinganças, represálias, ajustes de contas — tudo isto percorreu o Congresso do PP nos seus dois dias de vida num ambiente carregado de ânsia mediática, de espectáculo, de comédia, de drama, de farsa. Paulo Portas — que ainda há pouco tempo jurara que não se candidataria porque “o PP não tem emenda” — encenou e ensaiou a sua entrada no Congresso até ao mínimo pormenor: escolheu a postura exacta e o momento exacto: entrou, triunfal, no tempo necessário para roubar a Manuel Monteiro o seu momentinho de glória, no tempo e na postura que melhor serviam o seu objectivo de infligir a Monteiro — no Congresso, perante as câmaras das televisões e em directo — a humilhação que a sua sede de vingança exigia. E o novo líder do PP não se quedou por aqui: no seu discurso de vencedor, Portas saciou-se pedindo uma ovação de despedida para Monteiro. Outro momento alto do Congresso ocorreu quando a candidata derrotada se dirigiu a Lobo Xavier nestes termos: “Você sabe que eu sei que você sabe que eu sei. E ficamos entendidos. Porque como está em jogo o seu futuro neste congresso, você sabe que eu não direi o que sei.” Frase misteriosa: assim a classificaram vários comentadores. Misteriosa? Talvez. Em todo o caso, o visível embaraço de Lobo Xavier mostrou que ele sabia o que ela sabia que ele sabia. Tudo isto conferindo lucidez e rigor à síntese produzida pelo arguto Sílvio Cervan: “O PP tem hoje o primeiro dia daquilo que espero seja um ciclo de crescimento.”

Como e por que caminhos se concretizará esse ciclo de crescimento? No plano interno, dado o bom ambiente evidenciado, tudo indica que a mensagem de paz e de reconciliação lançada por Portas tem pés para andar: a onda de amizades, a cadeia de solidariedades, os braços abertos a todos os braços abertos desde o primeiro CDS até ao último PP, tiveram o eco esperado no Congresso. Ao PP “radical” que Portas e Monteiro construíram sucede o PP “moderado” filho de Nobre Guedes e de Portas. Maria José Nogueira Pinto fez uma previsão sobre o que vai ser a liderança de Paulo Portas: “meia dúzia de acontecimen-

tos, meia dúzia de idas à televisão” e “um pequeno-almoço com o Professor Marcelo no Hotel Sheraton com quatro câmaras de televisão”. Tudo isto deixando claro que a direcção política saída do Congresso de Braga é um “moderado” saco de gatos, todos possuidores de “radicais” e afiadas unhas.

A grande novidade do Congresso é, no entanto, o segundo grande caminho encetado por Portas para concretizar o tal ciclo de crescimento. Trata-se, nem mais nem menos, do que da reconstituição da velha AD. Aliás, parece haver um acordo, mais ou menos firmado há uns 4 meses, entre Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas (precisamente na altura em que Portas jurava e jurava que não se candidataria) segundo o qual as listas do PSD para as legislativas de 1999 incluirão 15 a 20 elementos do PP em lugares elegíveis. Ao que parece, os dois líderes da direita terão decidido também, na mesma altura, que Guterres não irá ter qualquer pretexto para convocar eleições antecipadas, ou seja, que no essencial a política de direita levada à prática por Guterres os satisfaz. (Isto apesar de, segundo Portas, os adversários do PP serem “a esquerda, o socialismo e o governo PS” — trilogia que no discurso de Portas significa apenas e tão-só PS. Pelo que, e assim sendo, é caso para dizer que com tais “adversários” o PP não precisa de aliados.)

Esses objectivos não serão de difícil obtenção se se tiver em conta que, como Portas fez questão de sublinhar, PS, PSD e PP são os partidos do “arco constitucional”, do qual fez questão de excluir o PCP, acto que muito se lhe agradece mas que se considera dispensável já que o arco de Portas — seja na sua versão “constitucional”, seja na sua perspectiva de “governabilidade” — é espaço que o PCP, por razões de higiene política e democrática, nunca estará disponível para ocupar.

Naturalmente, o objectivo essencial de Portas com esta previsível aliança é o de evitar que o seu partido, sozinho, se submeta à vontade do eleitorado. Ele tem medo e, reconheça-se, são muitas as razões que justificam esse medo. Bem vistas as coisas, uma eventual reconstituição da AD seria para Portas um mal menor. É certo que a experiência passada nessa matéria se traduziu em enormes vantagens para o PSD e enormíssimas desvantagens para o PP mas entre essas desvantagens e um mau resultado eleitoral do PP, Portas não hesita: entrega “o pouco ouro do partido ao bandido estratégico que é o PSD”.

De salientar que o PSD se fez representar em força na sessão de encerramento do Congresso. E comentando o eventual entendimento eleitoral PSD / PP, Leonor Beleza não confirmou nem desmentiu: “Registámos, ouvimos, mas não fazemos comentários.” Quanto a Maria José Nogueira Pinto, essa afirmou que a concretizar-se tal entendimento, ele terá como consequência transformar o PP “numa pastilha de alka-seltzer a diluir-se num copo de água”.



Carlos Carvalhas na Ovibeja

RESUMO

18 Quarta-feira

O Presidente da República decide promulgar a Lei Orgânica do Referendo ■ O Conselho Nacional da CGTP-IN alerta para a falta de aplicação da contratação colectiva e apela para o aumento dos salários ■ A Direcção-Geral de Saúde anuncia que vai encerrar as clínicas de Álvaro Alemão, devido à alegada utilização de Viroderme no tratamento de seropositivos ■ Realiza-se na cidade de Coimbra uma marcha a favor da causa timorense ■ A Comissão Europeia aprova novos regulamentos para os Fundos Estruturais que poderão retirar a Portugal 500 milhões de contos de financiamentos comunitários entre 2000 e 2006.

19 Quinta-feira

O referendo sobre a despenalização do aborto é aprovado no Parlamento ■ A Assembleia da República promove a freguesia de Vizela a concelho, num ambiente de festa promovido pelas centenas de vize-lenses que se deslocaram a Lisboa ■ O Conselho de Ministros aprova o modelo da privatização da TAP ■ A polícia espanhola desmantela um comando da ETA sediado no País Basco ■ Os EUA decidem atenuar o embargo a Cuba, permitindo voos humanitários, envio de medicamentos e envio de dinheiro ■ A comunidade sérvia do Kosovo manifesta-se em Pristina, exigindo protecção contra os albaneses ■ Na Índia, o nacionalista hindu Atal Behari Vajpayee toma posse como primeiro-ministro.

20 Sexta-feira

O PCP pede ao Governo que realize um inquérito parlamentar sobre alegadas irregularidades na nomeação de altos dirigentes da administração pública ■ A CDU/Madeira denuncia alguns casos de pedofilia praticados no arquipélago ■ António Guterres visita a Hungria ■ Na França, realiza-se a eleição dos presidentes dos conselhos regionais ■ 70 mil pessoas manifestam-se em Nápoles, contra a máfia e o desemprego ■ A Justiça belga multa a Renault em cerca de 50 mil contos por desrespeito da legislação no encerramento da fábrica de Vilvorde.

21 Sábado

Um jovem prostituto madeirense retira as acusações de abusos

sexuais contra uma figura pública regional que havia apresentado no Ministério Público ■ Os bancários, reunidos no Coliseu dos Recreios, aprovam uma moção de apoio às suas direcções sindicais ■ A direcção da Casa do Douro e a Cofipsa assinam o acordo para o pagamento da dívida daquela instituição ■ A polícia sérvia apreende cem mil boletins de voto destinados às eleições clandestinas, convocadas por organizações albanesas do Kosovo ■ As autoridades espanholas desmantelam o Comando Andaluzia da ETA ■ Termina, em Paris, a Conferência da ONU sobre a Água.

22 Domingo

Carlos Carvalhas visita a Ovibeja - Feira do Alentejo ■ Paulo Portas é eleito líder do PP ■ Na Alemanha, o SPD ganha as eleições locais do estado de Schleswig-Holstein ■ A revelia das autoridades sérvias, realizam-se eleições presidenciais e legislativas clandestinas no Kosovo, promovidas por organizações albanesas ■ As autoridades brasileiras põem em marcha uma operação de combate ao incêndio que lavra na Amazônia.

23 Segunda-feira

O PCP condena as propostas contidas na Agenda 2000 ■ A imprensa noticia que o PSD e PP fizeram um pré-acordo de coligação para as eleições legislativas ■ Reiniciam-se as conversações de paz sobre a Irlanda do Norte, com a presença dos representantes do Sinn Fein ■ Boris Ieltsin demite em bloco o governo russo ■ O presidente francês, Jacques Chirac, critica severamente as alianças entre os partidos de direita e de extrema-direita nas eleições para os Conselhos Regionais ■ Bill Clinton inicia no Gana uma visita ao continente africano ■ O escritor José Cardoso Pires é distinguido com o Prémio de Criação Literária 1997.

24 Terça-feira

Morre o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro ■ Os estudantes universitários de Coimbra fazem uma caminhada de Mafra até Lisboa, contestando a política do Ensino Superior ■ Tutela aprova modelo de licenciaturas do Politécnico ■ Quando se assinala o Dia Mundial da Tuberculose, o rastreio da doença passa a ser obrigatório nas prisões ■ Jean Paul Huchon, candidato da esquerda «plural», é eleito presidente da região da Ile de France, a mais importante região francesa.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa — Linhão — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Moia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Solidariedade, S.A.

Da entrevista com o ministro Ferro Rodrigues publicada no Diário de Notícias da passada segunda-feira, bem ao estilo da política dita dos pequenos passos e dos pesos e contrapesos a que o titular da pasta da solidariedade já foi habituando os seus leitores, não seria difícil retirar algumas propostas ou ideias consensuais ou de fácil consensualização. Do género: "universalidade dos direitos, mas defendendo a diferenciação positiva dos direitos beneficiando a quem mais precisa"; "redução da taxa social única às empresas mais empregadoras"... "compensada ao nível do Orçamento do Estado"... a partir, por "hipótese", de "uma sobretaxa nos impostos mais ligados ao capital"; "correspondência entre os anos de contribuições e os direitos".

Mas dificilmente poderia ser imaginada uma maior capacidade que a exibida pelo ministro de associar um discurso "social" e "solidário", como se diz actualmente, com o

anúncio das inclinações oficiais, de inspiração neoliberal, em relação às questões de fundo que se prendem com a Segurança Social e o seu futuro.

Nesse domínio, a questão incontornável chama-se *plafonamento* ou redução do sistema público, quer da Segurança Social quer do regime da Função Pública, que o ministro assumiu e situou nos cerca de trezentos contos.

A verdade é que não foi até hoje produzida qualquer demonstração credível de que os contribuintes/beneficiários da Segurança Social e do regime da Função Pública, bem como o próprio sistema público, tenham qualquer vantagem em que acima de um determinado valor não sejam feitos descontos para a Segurança Social. E o contrário, a afirmação de que todos perderão com a redução do *plafonamento* do sistema público de Segurança Social, tem sido frequentes vezes evidenciada, sem qualquer refutação objectiva.

Subsiste assim o mistério de saber por que é que o ministro se inclina para uma solução que é pior para o sistema público - e que a ser concretizada consumiria rapidamente na sua privatização parcial as reservas constituídas - e que também não é melhor, nem dá mais garantias, aos contribuintes/beneficiários.

Não é enternecedor ver o ministro Ferro Rodrigues proclamar a "livre escolha dos cidadãos" recorrerem a esquemas complementares de reforma acima do *plafond*, ao mesmo tempo que enfatiza os incentivos fiscais que vão ser dados aos produtos de poupança privada com essa finalidade?

Será que vem aí um OSCAR das seguradoras e das sociedades gestoras de fundos de pensões para o nosso ministro da Solidariedade?

■ Edgar Correia

Uma reflexão empenhada e serena

No PCP está em curso um amplo processo de reflexão sobre a dinamização das organizações de base e da intervenção activa dos militantes na afirmação política do Partido.

O impulso para esta reflexão foi dado pelo CC do Partido, na sua reunião de Fevereiro último. Como objectivos, apontam-se o reforço da ligação às massas populares, o melhor conhecimento dos problemas da sociedade, a mais eficaz adequação do Partido às exigências da luta social e política.

Lançando este apelo, o CC comprovou uma profunda confiança nos militantes e no Partido, na vitalidade da sua democracia interna, na sua capacidade de responder eficazmente às perspectivas de intervenção que se lhe apresentam. Demonstrou, também, a audaciosa visão de uma organização do Partido que não é um fim em si mesmo, mas sim o instrumento para que o Partido, de acordo com a sua natureza e os seus princípios, responda aos desafios colocados pela evolução da sociedade e aos objectivos que são a razão da sua existência.

Acontece que essa resolução do CC fez notícia. Mas não só pela sua real importância. Lamentavelmente, em alguns casos, com deformações, deturpações e divagações que alteram e desvirtuam o seu conteúdo, significado e objectivos.

Pretenderam alguns apresentá-la como ponto de partida para uma "refundação do PCP" - demonstrando com isso a ignorância de quem não leu a Resolução Política do último Congresso do PCP (XV) onde as directivas agora desenvolvidas pelo CC já vinham apontadas nas suas linhas gerais.

Comentaram-na outros sem sequer terem lido o seu texto, anunciando em tom pretensamente jocoso que agora "também o PCP terá as suas lutas de galos e guerras de campanário".

Aproveitou a ocasião o "Independente" para publicitar enredos intrigantes sobre "divisões e tendências" na direcção do PCP - em mais uma das operações de diversão que periodicamente são lançadas visando infiltrar a intriga no próprio interior do Partido.

Muito mal andariam os comunistas se deixassem enredar-se nestes jogos, subestimando o amplo horizonte que as propostas de reflexão do CC contêm. A simples e necessária leitura crítica dos factos lhes permite identificar as deturpações que rasteiram ideias, amesquinham a verdade, desagregam projectos.

Contra a acção desagregadora das deformações e deturpações tem, aliás, o PCP uma sólida barreira: a sua natureza, as suas características, o seu estilo e métodos de trabalho, a sua própria história e a cultura política que criou.

Fundamento essencial dessa barreira é o trabalho colectivo e a inteligência afectiva que nele se forja. É no trabalho colectivo e não em "guerras de campanário" ou "lutas de galos" que o Partido se caldeou e aos seus militantes.

É essa fulgurante cooperação, participação, livre confronto e partilha de ideias, pontos de vista, opiniões, experiências, gerações, que faz deste PCP um caso único no panorama político português.

E é participando empenhadamente nessa reflexão comum, sem se deixarem desviar pelas deformações que surjam, que os comunistas poderão empreender com sucesso o audacioso processo de descobrir sem medo e desbravar caminhos - com seriedade, serenidade e fraternidade.

■ Aurélio Santos

A ameaça NUCLEAR

No auge da mais recente crise entre EUA e Iraque, o Presidente do Parlamento russo advertia que o mundo estava perante o perigo dum conflito que poderia alastrar para além do território iraquiano e transformar-se em conflito nuclear. O Presidente russo Ieltsine, que foi o candidato de todos os "ocidentais" (em particular dos americanos) nas presidenciais do ano passado, falou do perigo dum Terceira Guerra Mundial em caso de agressão americana. A muitos portugueses (e não só) as afirmações terão parecido exageradas e até ameaçadoras. Mas a *ameaça americana* não é uma ficção.

A conceituada revista norte-americana *The Nation* escrevia em editorial (2.3.98): «Algo de alarmante insinuou-se na retórica cada vez mais belicista sobre Bagdade - a discussão aberta de um ataque nuclear norte-americano. Sabemos agora que os Estados Unidos consideraram a hipótese de um ataque nuclear durante a Guerra do Golfo. Como disse ao *National Press Club* no dia 2 de Fevereiro o General George Lee Butler, ex-Comandante do Comando Estratégico dos EUA: "No próprio cerne das considerações [durante a Guerra do Golfo] estava a possibilidade de utilizar armas nucleares." A consideração desta hipótese foi um segredo bem guardado aos mais altos níveis do Pentágono e da Casa Branca. Mas, desta vez, já se ouvem vozes destacadas da máquina de segurança nacional e da 'peritocracia' dizer: "esmaguemo-los com armas nucleares". A nova directiva sobre política nuclear dos Estados Unidos, divulgada em Dezembro, autoriza explicitamente um ataque nuclear contra um chamado *Estado marginal* [*rogue state* em inglês] - numa mudança significativa em relação à política anterior. No dia 3 de Fevereiro, o General Eugene Habiger, que detém hoje o cargo que fora de Butler, afirmou ao *Omaha World-Herald* que o Comando Estratégico está em condições de auxiliar a preparar um plano de ataque nuclear contra Saddam Hussein. Respondendo às declarações de Ieltsine, o porta-voz do Departamento de Estado, James Rubin, negou em 5 de Fevereiro que houvesse actualmente planos para um ataque nuclear contra o Iraque, mas logo de seguida acrescentou agourentamente: "não rejeitamos à partida qualquer potencial que esteja ao nosso dispor". Rubin aludiu a uma resposta nuclear "no caso de os EUA, os nossos aliados e as nossas forças serem atacadas com armas químicas ou biológicas". No *The New York Times* de 2 de Fevereiro, William Safire defendeu que qualquer "acção bacteriológica" por parte do Iraque seria "um convite" a uma resposta nuclear.»

Para enquadrar devidamente estas afirmações, convém não esquecer que a História regista dois casos de utilização efectiva de armas nucleares. Ambas foram ataques a cidades, não a alvos militares. Ambas foram obra do governo dos EUA. Nenhum dos criminosos de guerra responsáveis pelas muitas dezenas de milhares de vítimas nucleares foi alguma vez levado ao Tribunal da Haia (agora tão em voga) ou a qualquer outro. Nunca os EUA pediram desculpa à Humanidade, ou sequer às populações de Hiroshima e Nagasaki, por estes crimes maiores da História humana. Pelo contrário. Ao passarem 50 anos sobre os massacres nucleares, um jornalista perguntou ao actual Presidente dos EUA, William Clinton: "Devemos pedir desculpas? E será que o Presidente Truman tomou a decisão correcta ao lançar as bombas?" As respostas de Clinton foram liminares: "Não. E com base nos factos de que tinha conhecimento, sim" (*Remarks by the President to the American Society of Newspaper Editors*, 7 de Abril, 1995). Rezam as actas desse encontro que os directores de jornais que escutavam o Presidente aplaudiram a resposta. O que contribuiu para esclarecer o silêncio quase universal que rodeou as sinistras declarações recentes dos amantes das armas nucleares. A "aldeia global" tem dono, e dono que toma partido. Pelo Império.

O Dr. *Estranhador* de Stanley Kubrick continua bem vivo, no Pentágono e na Casa Branca. E o campeão dos *rogue states* é a superpotência mundial. Que continua a querer impor o seu domínio universal, se "necessário" for, pela via nuclear. O perigo maior será o de ignorar, ou subestimar, esta realidade.

■ Jorge Cadima



Foto: Jorge Caria

SEMANA

Morre D. António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa

Faleceu na manhã da passada terça-feira D. António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa, vítima de um cancro na pleura. A doença foi diagnosticada após o seu internamento hospitalar, no passado dia 25 de Novembro de 1997, tendo o próprio Cardeal feito questão em tornar pública a sua doença num comunicado emitido pelo Patriarcado uma semana antes do Natal e com base no relatório médico, sendo a primeira vez que foi noticiada uma doença envolvendo o mais alto dignitário da Igreja Católica portuguesa. A morte de D. António Ribeiro desencadeou expressões de generalizada consternação tanto na hierarquia da Igreja Católica como em todos os órgãos de soberania e partidos políticos com expressão parlamentar. «Com o falecimento de D. António Ribeiro, que lamentamos», declarou o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, «desaparece uma figura de grande relevo da Igreja Católica portuguesa durante os últimos 26 anos e uma personalidade que, pelo seu equilíbrio e moderação, contribuiu de forma positiva para o relacionamento da Igreja Católica com o regime democrático saído da Revolução de Abril.» O Governo decretou luto



nacional na quarta-feira, dia do funeral do Patriarca de Lisboa, a cuja missa exequial presidiu o seu sucessor, D. José Policarpo. D. António Ribeiro ficou sepultado no Panteão dos Patriarcas, um espaço do Mosteiro de S. Vicente de Fora onde estão sepultados, por ordem cronológica, os Patriarcas de Lisboa.

Titanic «afunda» Oscars

O filme Titanic, de James Cameron, confirma as previsões e arrebatou quase todos os Oscars da Academia de Hollywood, na cerimónia de entrega que se realizou, mais uma vez, em Los Angeles, nos EUA. Conquistando 11 Oscars,

Titanic igualou o recorde alcançado em 1960 pelo filme Ben-Hur, passando assim a acumular três recordes: o do filme mais premiado pela Academia de Hollywood (exaequo com Ben-Hur), o do filme mais caro da indústria cinematográfica (custou qualquer coisa como 36 milhões de contos) e o do mais lucrativo, tendo já pulverizado todos os recordes de bilheteira, tanto nos EUA como no resto do mundo. Também sem surpresas foi a atribuição dos prémios de interpretação a Jack Nicholson e Helen Hunt, ambos protagonistas do filme *Melhor é Impossível*.



Feijoada na nova ponte

Patrocinada por uma marca de detergente e visando conquistar um lugar no Guinness Book (o inevitável «Livro dos Recordes»), no passado domingo foi servida uma monumental feijoada sobre o tabuleiro da nova Ponte Vasco da Gama, em Lisboa, reunindo numa mesa de cinco quilómetros (a tal que irá para o Guinness...) quase 17 mil convivas, que, segundo a organização, ultrapassaram os 15 mil previstos e «empalideceram» a apregoada eficácia

da iniciativa quando a comida, afinal, não chegou para todos. Realizada uma semana antes da inauguração oficial da ponte, que terá lugar no próximo domingo, esta curiosa «inauguração» teve tal cobertura mediática que extravasou as fronteiras nacionais, circulando, agora, o medo de que a Ponte Vasco da Gama deixe de ser conhecida internacionalmente pelo seu próprio nome, vulgarizando-se como a «ponte dos feijões»...



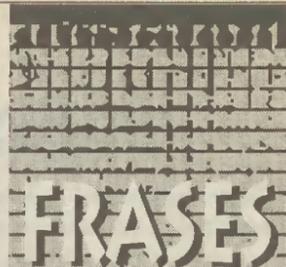
Portas sucede a Monteiro no 16º Congresso do CDS/PP

No 16º Congresso do CDS/PP, realizado o fim-de-semana passado em Braga, Paulo Portas sucede a Manuel Monteiro na presidência do partido. A candidatura de Paulo Portas ao cargo máximo do CDS/PP foi, por este, mantida em suspense até depois da abertura dos trabalhos, sendo teatralmente formalizada na sequência do discurso do presidente cessante, Manuel Monteiro, e acabando por vencer a candidatura de Maria José Nogueira Pinto, assumidamente partidária da «linha» de Manuel Monteiro. Este magno encontro do CDS/PP decorreu em ambiente de grande barafunda, com numerosas intervenções «para defender a honra» - figura parlamentar que, insólita e abundantemente, foi introduzida nos trabalhos dos congressos partidários por este 16º Congresso do CDS/PP - transformando a discussão política numa arena de duelos que, com frequência, raíram o insulto pessoal. Quanto à «linha programática» da nova liderança, consiste, resumidamente, no projecto de reaproximar o CDS/PP do PPD/PSD para a exumação da defunta «Aliança Democrática - AD», abandonando a linha de direita «pura e dura» conduzida por Manuel Monteiro e, aliás, orientada desde o princípio pelo próprio Paulo Portas.



Mais seis mortos no fatídico IP-5

Seis pessoas morreram no passado domingo, e mais duas ficaram gravemente feridas, num despiste seguido de choque frontal ocorrido no Itinerário Principal Nº 5 - vulgo IP-5 -, via rápida que liga Aveiro-Visu-Vilar Formoso. Desde que foi pomposamente inaugurada, esta estrada já fez mais de 200 vítimas mortais só nos últimos cinco anos, numa dramática prova das insistentes e múltiplas queixas de que se trata de uma via mal concebida, mal construída e, por isso, extremamente perigosa. Entretanto, o prometido alargamento desta via para o dobro das faixas de rodagem e a correcção das suas múltiplas zonas críticas continua por fazer, não se sabendo quando se porá fim a este morticínio. Para agravar a situação, verificou-se que a maioria dos postos SOS instalados na IP-5 estavam inoperacionais, o que demorou dramaticamente o pedido de socorro. Confrontada com a situação, a Junta Autónoma das Estradas (JAE) - que tutela o funcionamento da rede de estradas nacional - «passou» a responsabilidade por esta grave falha para a empresa a quem concessionou o serviço de conservação dos equipamentos de comunicação nas estradas, a Crocker Delaforce, uma empresa estrangeira sediada em Lisboa.



“O verdadeiro objectivo é entregar o pouco ouro que nos resta ao principal bandido estratégico, que é o PSD.”

(Ricardo Vieira, no congresso do PP - dos jornais, das rádios, das televisões)

“Não podemos virar mais à direita, à direita está a parede.”

(Paulo Portas - idem)

“Você sabe que eu sei que você sabe que eu sei! Ficamos por aqui. Estando em jogo o seu futuro neste congresso, você sabe que eu não direi o que sei!”

(Maria José Nogueira Pinto, para Lobo Xavier - idem)

“Eu não mando cartas anónimas para casa de ninguém para dizer mal dos colegas.”

(Narana Coissoró - idem)

“Tenha vergonha na sua cara e seja fiel ao partido.”

(Gonçalo Ribeiro da Costa - idem)

“Tenho idade suficiente para não responder a provocações.”

(Narana Coissoró - idem)

“Está visto que o verniz estalou!”

(Nuno Fernandes Thomaz - idem)

“Não sou capacho de ninguém! Digo o que penso! Amanhã irei criticar Portas, Guedes, Nogueira Pinto...”

(Narana Coissoró - idem)

“Por amor de Deus! Acabem com os insultos e despachem-se.”

(Luís Nobre Guedes - idem)

“Aconteça o que acontecer, deste partido não saio, deste partido ninguém me tira.”

(Paulo Portas - idem)

“Obrigado, Paulo, por me teres obrigado a chegar até aqui.”

(Luís Nobre Guedes - idem)

Comissão Política analisa propostas de reforma da PAC

A Comissão Política do PCP realizou uma primeira abordagem das propostas da Comissão da União Europeia para a revisão das normas de aplicação dos Fundos Estruturais e a alteração de algumas das políticas agrícolas. E, em conferência de imprensa, deu nota das conclusões «inequívocas» a que chegou.

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, acompanhado de Lino de Carvalho, deputado da Assembleia da República, e de Joaquim Miranda, deputado do Parlamento Europeu, em declaração que a seguir se transcreve, alertou para o «grave atentado aos interesses do País» que representaria a concretização «tal e qual» das propostas anunciadas, designadamente no que se refere à total substituição da produção agroalimentar nacional por produção importada, à substancial redução dos fundos recebidos por Portugal e favorecimento dos países mais ricos da União Europeia.

A Comissão Política considera que deve começar-se por denunciar e criticar profundamente a forma como o governo PS abordou a chamada Agenda 2000. Se houve ou há «estratégia negociada», ela evidencia-se como um rotundo fracasso.

Depois de meses a fio de subestimação da gravidade das propostas contidas na Agenda 2000 - recordar que foram tornadas públicas em Julho de 1997 - que já prefiguravam as orientações e medidas agora pormenorizadas, até à aceitação e aprovação, sem qualquer objecção, no Conselho de Dezembro, do processo de alargamento a Leste, tudo cobrindo com palavras e discursos de um optimismo balofo, o Governo PS aparece agora a fazer o papel de dama recuada e indignada.

Apesar dos avisos que foram sendo feitos desde há meses pelo PCP, o Governo, sempre na linha de que o segredo é a alma do negócio, não deu ao País uma informação rigorosa sobre o que se tramava, inviabilizou assim uma efectiva mobilização e convergência de forças sociais e políticas para a defesa dos interesses nacionais.

Agitando para uso interno um «oásis económico» que depois desmente em Bruxelas, embandeirando em arco com o 1º Pelotão para a Moeda Única, ou proferindo afirmações de satisfação ou de expectativa positiva sobre os documentos e declarações de Bruxelas, o Governo PS acabou por fragilizar gravemente a posição negociada do País.

Foi e é insustentável que o Governo português, pela boca do ministro dos Negócios Estrangeiros, tenha afirmado que a proposta de reforma da PAC «abre perspectivas interessantes», e que o ministro da Agricultura tenha subscrito as conclusões do Conselho de Ministros da Agricultura de Novembro de 1997, onde se afirma que «as perspectivas a longo prazo sobre os principais mercados agrícolas constantes da Agenda 2000 podem ser considerados como uma hipótese de trabalho aceitável». Como é revelador de uma posição que não serve os interesses da agricultura nacional que, perante as propostas conhecidas, o ministro Gomes da Silva tenha recentemente afirmado que existem nelas «doutrina política suficiente para salvaguardar o essencial das nossas posições».

E é absurdo, até do ponto de vista negocial, que os membros do Governo façam agora declarações de optimismo, como a feita pelo ministro da Agricultura, de que o País poderá recuperar nas transferências para a agricultura o que perderá nos fundos estruturais!

Não repudiando à partida e de forma clara as propostas contidas na Agenda 2000, o Governo acabou por, implicitamente, aceitar os desenvolvimentos agora especificados em projectos de regulamento.

A Comissão Política não pode também deixar de denunciar a hipocrisia do que sobre o assunto proferiu recentemente Marcelo Rebelo de Sousa, bem como as lágrimas de crocodilo vertidas sobre a situação da agricultura portuguesa.

Atentado aos interesses nacionais

com a Alemanha à frente, se afirmaram seriamente dispostos a reduzir o nível das suas contribuições, e se avança a possibilidade de países como Portugal terem de aumentar as suas remessas para a União Europeia, ou verem reduzido à sua participação no Fundo de Coesão.

Fundos estruturais diminuem

Sobre a reforma das regras que presidem à aplicação dos fundos estruturais, deve começar por sublinhar-se que o tecto dos recursos comunitários (pagamentos) será, no que respeita aos actuais quinze Estados membros (com ou sem alargamento), inferior a 1,16% do PNB, no termo do período

rais. Em termos absolutos, sofrerão uma diminuição de 17% (de 39025 mecu em 1999 para 32 470 mecu em 2006) e, em termos relativos, passará de 38% do total do orçamento comunitário para 30%, no mesmo período. Simultaneamente, e ainda no mesmo período, aumentarão as despesas com agricultura (mais 14%), com as políticas internas (mais 15%), com a política externa (mais 15%), com a administração (mais 12%).

Para Portugal é de admitir que isto signifique uma perda de cerca de 500 milhões de contos e o lugar de segundo país mais prejudicado com o processo de alargamento a Leste da União Europeia.

Algumas questões merecem uma referência específica.

- Em nome do rigor orçamental, serão acrescidas as dificul-

sê-lo cada vez menos. Procura reforçar-se a condicionalidade (pelo não cumprimento dos critérios de convergência) no acesso ao fundo, propondo-se que a suspensão possa passar a ser preventiva e estabelece-se a possibilidade da diminuição das taxas de comparticipação comunitária.

- Propõe-se alterar os critérios de distribuição de fundos, em particular inscrevendo-se o emprego entre eles, com óbvio prejuízo para os países e regiões de fraco desenvolvimento relativo e com valores oficiais de desemprego abaixo da média comunitária.

- Mantém-se como critério para a definição das regiões de objectivo 1 a norma dos 75% do PIB per capita expresso em PPC (Paridade de Poder de Compra), o que

afastará a Região de Lisboa e Vale do Tejo desse objectivo, com uma redução brutal das verbas que hoje recebe, com consequências em todo o País. Isto é, através de um índice estatístico, inadequado para a avaliação do estado de desenvolvimento regional (se se utilizar o PIB per capita expresso em ecu, Lisboa e Vale do Tejo continua no objectivo 1), colocam-se as regiões menos desenvolvidas dos países ricos numa situação mais favorável, no acesso aos fundos, do que às regiões mais desenvolvidas dos países pobres. Além do absurdo de serem atingidas por essa exclusão das regiões do objectivo 1 concelhos como Sardoal e Ferreira do Zêzere, do distrito de Santarém, ou Cadaval e Lourinhã, do distrito de Lisboa.



Todos os portugueses se lembram que foi sob o governo PSD de Cavaco Silva que um ministro do PSD «orgulhosamente» presidiu à anterior reforma da PAC, que agora a Agenda 2000 desenvolve nas suas orientações fundamentais. Que foi o governo do PSD que conduziu a agricultura portuguesa ao descalabro conhecido.

Todo o quadro negro que se perfila para os interesses nacionais resulta ainda mais negro quando se têm em conta as notícias vindas a público sobre a recente reunião informal dos ministros das Finanças da União Europeia, onde alguns países contribuintes líquidos do Orçamento Comunitário,

2000/2006. Isto porque ao tecto global de 1,27% do PNB (igual ao definido em Edimburgo para o actual quadro financeiro comunitário), há que retirar 0,11% para a adesão dos países de Leste, mais os montantes fixados especificamente para a pré-adesão. E é de recordar que os valores absolutos apresentados pela Comissão decorrem de um quadro francamente optimista: crescimento médio de 2,5%/ano para os actuais quinze Estados-membros e de 4%/ano para os candidatos à adesão e uma taxa de inflação de 2%.

Destes limites decorre inevitavelmente uma redução das despesas com as acções estrutu-

dades de transferências para os Estados; a Comissão concentrará mais e novos poderes sobre o encaminhamento a dar a uma parte muito significativa dos fundos; ocorrerão cortes automáticos nas autorizações se se verificarem atrasos de execução, mesmo que os projectos estejam já em curso.

- Sobre o Fundo de Coesão, para lá de uma possível redução dos meios financeiros atribuídos, propõe-se alterar os conceitos/critérios de elegibilidade, passando a coesão e a convergência orçamental a deter pesos idênticos no âmbito de um fundo que, criado para a coesão no Tratado da União Europeia, parece

Agricultura impedida de crescer

As propostas de reforma da Política Agrícola Comum apresentadas pela Comissão Europeia no último Conselho de Ministros da Agricultura (de acordo com a versão que veio a público) são inaceitáveis para a agricultura e os agricultores portugueses. Segundo a Comissão Política do PCP porque:

- Continuam a discriminar as culturas específicas dos países do Sul e as que mais pesam no rendimento das explorações familiares. Enquanto as «grandes culturas», típicas das regiões do Centro e Norte da Europa e das grandes explorações (cereais, leite e carne de vaca) aumentarão o seu peso no orçamento agrícola da Comunidade entre os anos 2000 e 2006 de 57% para 64%, as produções específicas dos países da orla mediterrânea e dos pequenos agricultores (como o azeite, as frutas e legumes, o vinho e o tabaco) vêem diminuir o seu peso nas despesas agrícolas da Comunidade de 14% para 12%. Importa recordar que estas produções características da agricultura portuguesa representam 64% das explorações, ocupam 57% da força de trabalho e com apenas 36% da superfície total contribuem com 67% para o VAB do sector.

- Impõem tectos de produção sob a forma de quotas às culturas mais adequadas às condições edafoclimáticas de países como Portugal, impedindo a agricultura nacional de crescer nas únicas produções onde tem vantagens comparativas e capacidade concorrencial no âmbito dos sistemas culturais europeus. É o caso do azeite, do vinho e das frutas e legumes, por exemplo. No que se refere ao azeite, a possibilidade anunciada (e que parece ser suficiente para contentar o ministro Gomes da Silva) de Portugal poder continuar a plantar olivais nos próximos três anos esconde que essa «exceção», a ter como limite uma quota de 43.700 toneladas, inviabilizará o objectivo de 120.000 toneladas/ano previsto no Plano Oleícola Nacional como meta da expansão da produção oleícola nacional prevista para o ano 2015. Como esconde igualmente a supressão

Comissão Política analisa propostas de reforma da PAC



da ajuda ao consumo, da ajuda diferenciada para os pequenos agricultores e da ameaça, que continua de pé, de substituir a ajuda à produção pela ajuda à árvore daqui a três anos. Além de que é inaceitável que numa produção cujo consumo tem enormes potencialidades de expansão para a ordem dos 2 milhões de toneladas a Comissão Europeia queira estabelecer um limite de pouco mais de 1,5 milhão de toneladas para satisfazer as exigências das multinacionais produtoras de outros óleos, prejudicando as possibilidades de expansão de uma cultura das de maior interesse para os países do Sul. Também de acordo com os dados conhecidos as propostas da Comissão Europeia apontam para o congelamento das ajudas ao vinho e diminuição nas frutas e legumes.

- Amarram os países às suas produtividades históricas o que é o mesmo que dizer que amarram Portugal ao seu próprio atraso.

- Impõem diminuições de preços no caso do leite (menos 17%), da carne de bovino (menos 30%) e dos cereais (menos 20%), só parcialmente compensadas, visando prosseguir a desregulamentação dos mercados, o que se traduzirá numa nova diminuição dos rendimentos dos produtores.

O anunciado tecto nas ajudas às grandes explorações, a confirmarem-se os números que vieram a público, não passam de poeira atirada aos olhos. Basta recordar que se o limite for de 20 mil contos/ano de ajudas a partir do qual haveria reduções de ajudas, então, no que toca a Portugal, e de acordo com a lista do escândalo da distribuição das ajudas que o PCP divulgou há cerca de um ano, só cerca de 20% dos grandes beneficiários seriam afectados. E nada aponta que as poupanças assim conseguidas revertam para aumentar os apoios aos pequenos agricultores.

Acresce que a criação dos já intitulados «envelopes nacionais», à custa da redução dos apoios comunitários, poderá constituir - se ficar dependente das disponibilidades orçamentais de cada país para completar o valor do «envelope» - a porta aberta para a renacionalização da PAC (que o Reino Unido, por exemplo, há muito vem defendendo) o que, em condições de total liberalização dos mercados, se traduziria numa ainda maior redução relativa dos apoios a receber pelos agricultores portugueses por comparação com os agricultores de outros países com mais fortes disponibilidades financeiras.

Entretanto, nada se sabe e, em muitos casos nada existe, quanto a modalidades de apoio que permitam reconverter os sistemas produtivos nacionais, quanto ao alargamento das indemnizações compensatórias aos agricultores a tempo parcial e às explorações com menos de 2 hectares, quanto à necessária e urgente reestruturação fundiária, quanto à promoção do associativismo de produção e ao reforço e reestruturação dos circuitos de escoamento da produção, etc.

Assinalamos, nesta matéria (para o que já em tempo oportuno tínhamos alertado), como erros graves de estratégia negocial o aceitar-se e, pior, colaborar em reformas parciais das Organizações Comuns de Mercado (OCM), persistindo no erro da reforma da PAC de 1992, de reformas distintas e em tempos diferentes das diversas produções agrícolas. O continuar a aceitar-se, sem discussão ou oposição, como princípios determinantes das alterações das regras da PAC, as orientações compatíveis com as negociações do GATT/OMC, o que imporá sempre, com maiores ou menores compensações financeiras, uma política agrícola comunitária mortífera para os países do Sul.

Todo este quadro vai agravar substancialmente a crise em que vivem os agricultores portugueses e a agricultura nacional. As palavras de propaganda do primeiro-ministro e do Ministro da Agricultura na inauguração da OVIBEJA não conseguem escamotear que os rendimentos dos agricultores portugueses voltaram a cair em 1997 (-13,7%) enquanto a média de quebra na União Europeia foi de 3,1%, que o saldo da Balança Comercial Agrícola se continua a degradar, que as perspectivas da agricultura continuam a agravar-se.

O ministro da Agricultura de Portugal, que ainda há bem pouco tempo afirmava em entrevista para consumo interno que «a PAC é uma política anticeiosão», já está a ensaiar argumentos para vir a aceitar uma reforma da PAC que vai agravar sensivelmente a «política anticeiosão». Ao deixar cair a defesa da «specificidade da agricultura portuguesa», ao fixar limiares extremamente baixos para as exigências nacionais, ao ler nas propostas do Comissário Fischler virtudes que elas não contêm, o ministro Gomes da Silva está a preparar o terreno para, como do antecedente, aceitar uma Reforma que agravará ainda mais as dificuldades estruturais da agricultura portuguesa a troco de dez réis de mel coado.

A Comissão Política do PCP reafirma a sua disponibilidade para articular a sua intervenção, nomeadamente no quadro do Parlamento Europeu, relativamente a estas questões com outras forças e instituições sociais e políticas, no sentido de potenciar a força negocial do País e defender os interesses nacionais.

Biblioteca de Évora Salvar dois séculos de história

O movimento de opinião corporizado pelo pró-Évora e o conjunto de iniciativas institucionais já realizadas contribuíram decisivamente para a manutenção do quadro institucional da Biblioteca Pública de Évora que quer o anterior quer o actual Governo procuravam alterar.

O compromisso foi assumido pelo ministro da Cultura com a Câmara Municipal, e para o PCP «era a única solução para o problema» faltando agora fixá-lo através de medida legislativa adequada.

Numa reunião promovida pela Concelhia de Évora do PCP,

comunistas e independentes concluíram que uma vez «garantida a ligação institucional e funcional com o Ministério da Cultura, importa definir com clareza as responsabilidades da autarquia no programa de intervenção na Biblioteca de modo a que esta instituição se modernize».

O PCP frisa que «o modelo de gestão a adoptar não poderá facilitar ou proporcionar qualquer futuro desmantelamento da Biblioteca, nem poderá traduzir-se no não aproveitamento de toda a capacidade disponível na centenária instituição». Sublinha ainda que a «indispensabilidade de a Biblioteca continuar a receber o Depósito Legal, sem o qual esta instituição seria amputada e perderia, no futuro, a importância e a qualidade que dois séculos de história nela acumularam».

Realçando o empenhamento nesta questão do Grupo Parlamentar do PCP, a reunião exigiu que sejam tomadas várias medidas para melhorar o funcionamento da Biblioteca, designadamente nomear um director, remodelar e preencher o quadro de pessoal e acelerar a informatização dos serviços.

Refira-se ainda que, já no próximo mês de Abril, a Assembleia Municipal de Évora vai realizar uma reunião extraordinária, aberta à participação dos cidadãos e instituições, para debater o futuro da Biblioteca.

Comemorações do aniversário do PCP

Cerca de 40 pessoas reuniram-se no passado sábado, 21, num restaurante português em Frankfurt, para comemorar o 77º aniversário do PCP. O significado da data foi realçado nas três intervenções de membros do secretariado do organismo de direcção na Alemanha, tendo-se prolongado o jantar até cerca da meia-noite, num ambiente de alegria e confiança.

A sala foi decorada com materiais do PCP alusivos ao aniversário e aos 150 anos do Manifesto Comunista, estando expostos textos de Álvaro Cunhal, António Melo e José Barata-Moura. Durante o jantar, foram ainda debatidas questões relacionadas com o recenseamento eleitoral, com o Conselho das Comunidades e com o recrutamento de novos militantes para o PCP.

Em Amesterdão, a organização do PCP promoveu um encontro de aniversário na



Associação de Portugueses naquela cidade, que contou com cerca de uma centena de participantes. Entre estes estiveram representantes das associações de portugueses de Amesterdão e de Roterdão, o conselheiro de país pela Holanda, José Xavier, bem como uma delegação do Partido Comunista Chileno e membros do Movimento Sem Terra do Brasil.

Depois do almoço, uma feijoada à transmontana, realizou-se um debate sobre questões de política actual e as consequências do Euro para os emigrantes. A noite terminou com um animado convívio onde não faltou a música para dançar.



V Assembleia Concelhia de Ovar

Optimismo e confiança

A Organização de Ovar do PCP realizou recentemente, na Escola Secundária Júlio Dinis, a sua V Assembleia de Organização Concelhia. A mesa que dirigiu os trabalhos, composta por dirigentes locais, regionais e nacionais do Partido e da JCP, foi presidida por Maria Manuela Correia de Sá.

Durante mais de três horas, os numerosos delegados presentes, de forma viva e partici-

pada, fizeram o balanço circunstanciado da actividade desenvolvida nos últimos anos, apontando de igual modo as tarefas e medidas que, em sua opinião, permitirão elevar os níveis de organização e de ligação e intervenção pública do Partido.

Mais de 20 intervenções enriqueceram um debate que, desenvolvido em torno do projecto de resolução política aprovado, permitiu um conhecimento aprofundado de diferentes aspectos políticos, autárquicos, económicos, sociais e culturais da realidade concelhia, reafirmando a importância e a validade do projecto do PCP. Importância e validade confirmadas também no optimismo e confiança expressos pela Assembleia e a que não foram alheias as recentes adesões ao Partido e à JCP, cujo núcleo central se alarga e consolida.

A proposta da nova Comissão Política - renovada e rejuvenescida - foi aprovada por unanimidade.

No encerramento da Assembleia, Francisco Lopes, membro do Secretariado do Comité Central, enquadró a sua realização no momento político actual, denunciando a ofensiva do governo PS ao sector público, dada a «fúria privatizadora» e os prejuízos daí decorrentes para os trabalhadores e população em geral.

CAMARADAS FALECIDOS

Inácio António Matias

Com 74 anos, faleceu, no passado dia 2 de Março, o camarada Inácio António Matias, carteiro. O camarada militava na organização de Montelavar (Sintra), onde residia.

Joaquim Rodrigues Pinheiro

Faleceu, no dia 19 de Março, com 75 anos de idade, o camarada Joaquim Rodrigues Pinheiro. Operário, membro do Partido desde os 17 anos, foi organizador e participante activo em todas as lutas reivindicativas. Era divulgador do «Avante!», encontrando-se actualmente organizado na freguesia do Tortosendo.

O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar, nele se incorporando mais de 500 pessoas. Por vontade expressa do camarada, a bandeira do Partido cobriu o seu caixão.

Luís Filipe Santos Nobre

Faleceu, em 21 de Março, com 48 anos de idade, o camarada Luís Filipe Santos Nobre. Era membro da célula do Banco Português do Atlântico.

Marcelino Santos Silva

Faleceu, no passado dia 16 de Março, o camarada Marcelino Santos Silva, de 57 anos de idade. Natural de Cernache do Bonjardim, Sertã, militava na célula da Idanha, freguesia de Belas, Sintra.

Maria Inácia Duarte

Com 80 anos de idade, faleceu recentemente a camarada Maria Inácia Duarte, natural e residente em S. Julião do Tojal, Loures. Membro do PCP há largos anos, fez parte da Comissão de Reformados de S. Julião do Tojal. O seu funeral realizou-se no passado dia 21 de Março.

Maria Manuela Cruz Prazeres

Faleceu, no dia 21 de Março, a camarada Maria Manuela Cruz Prazeres, de 50 anos de idade. Foi grande activista sindical na União de Bancos Portugueses, onde trabalhava, e pertenceu ao secretariado da respectiva célula.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Reuniu Conselho Regional do PCP/Açores

PS não assume a mudança

«A vida política açoriana vive um momento que se pode transformar num perigoso impasse desmotivador e eventualmente gerador de tentativas de regresso ao poder daqueles que foram derrotados em 1996», concluiu o Conselho Regional do Açores do PCP que reuniu no passado fim-de-semana.

Para além da situação política regional, durante os trabalhos, em que participou Rosa Rabiais, membro do Secretariado do CC do PCP, foram debatidas as medidas e orientações no sentido de dar um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do partido na região.

A este propósito, os comunistas consideram que «a única forma de se evitar uma prática governativa conservadora e de direita do PS reside na possibilidade de serem aprofundadas as lutas e influência dos trabalhadores e das populações e de ser valorizado e mais fortemente apoiada a alternativa de esquerda defendida pelo PCP e pela CDU».

A necessidade de imprimir um «novo impulso na organização, intervenção e afirmação do PCP» levou o Conselho Regional a aprovar um conjunto de medidas dirigidas à DORAA, às comissões de Ilha, aos organismos e militantes do PCP/A e da JCP/A. Este esforço passa designadamente pela realização de assembleias e plenários que «mobilizem a vontade colectiva e que elejam e responsabilizem os dirigentes das estruturas partidárias».

Na vertente interventiva, «todo este trabalho será marcado por uma grande abertura à sociedade e por um grande esforço de mobilização de vontades, abertura e mobilização que já estiverem bem patentes, nalguns concelhos dos Açores nas últimas eleições autárquicas».

Prossegue política neoliberal

Em conferência de imprensa realizada no domingo, José Decq Mota afirmou que o Governo regional do PCP caracteriza-se «por

uma acentuada ausência de dinâmica governativa; uma inaceitável manutenção de alguns estilos do passado; e uma visível falta de vontade para adotar novas políticas em especial de aprofundamento da democracia, de valorização dos trabalhadores e de acentuação da justiça social».

Os comunistas açorianos afirmam que no essencial «a política neoliberal e conservadora que o PSD aplicou à economia está a ser mantida». Por isso exigem que sejam avançadas propostas concretas que visem a redução dos custos de insularidade, tendo especial importância a questão da redução dos tarifários dos transportes, nomeadamente aéreos para o Continente e interilhas».

Sublinham ainda a necessidade de maior «justiça remuneratória relativa»; de se «generalizar por portaria de extensão à região instrumentos de regulamentação de trabalho» inexistentes nos Açores; de se «repensar e intensificar programas de combate do desemprego estrutural»; de se apoiar a formação profissional e de se «intensificar os programas habitacionais dirigidos às famílias desprovidas de recursos».

Em matéria europeia, o PCP/A considera que «o actual governo deixou criar uma acentuada vazios no relacionamento com a União Europeia» e espera que a reunião, marcada para hoje, quinta-feira, pelo presidente do Governo regional com os líderes dos partidos parlamentares e com deputados europeus, seja «utilizada para se procurar uma base comum de actuação, na região e no Parlamento Europeu, no sentido de se conseguirem medidas permanentes de carácter específico, adequadas à ultraperiferidade».

O Conselho Regional condenou ainda a recente fusão da Escola Secundária Manuel de Arriaga com a Escola Básica 2 da Horta, afirmando que se trata de uma medida que «contraria totalmente o Programa do Governo que defende a criação de mais escolas com menos alunos». O PCP/A acrescenta que este processo decorreu sem consulta aos órgãos escolares, aos trabalhadores docentes e não docentes e aos alunos, tendo a oposição declarada de ambas as escolas e das respectivas associações de pais.

5ª Assembleia na Suíça Combater pelos direitos

Foi na bonita cidade de Thun que se reuniram largas dezenas de militantes do PCP vindos de diferentes cantões suíços para em conjunto avaliarem o trabalho partidário no seio da emigração portuguesa, elegerem a sua direcção e definirem orientações e prioridades para o trabalho futuro.

A Assembleia foi também motivo, no intervalo dos seus trabalhos, de visita e realização de um animado almoço de convívio num cuidado e amplo espaço que funciona como apoio à actividade do núcleo de Thun e que foi preparado pelo trabalho dos camaradas deste núcleo.

Foi feita a prestação de contas do trabalho realizado desde a última Assembleia em 96, foi debatida a distribuição do «Avante!», de o nosso jornal dar eco e ser voz também dos problemas e da actividade do PCP na emigração e discutidas medidas para incrementar a sua difusão na Suíça. Abrir o Partido à participação dos jovens, assegurar a vida e dinamização descentralizadas dos núcleos e o funcionamento dos 3 secretariados regionais que os agrupam, aproveitar as potencialidades existentes de recrutamento e de elevar decididamente as cotas e contribuições para o Partido, são alguns dos principais aspectos consagrados na Resolução aprovada.

No debate dos problemas da emigração portuguesa, salientou-se a questão do desemprego,

A Assembleia manifestou preocupação quanto ao futuro das reformas de invalidez e velhice e criticou a má qualidade dos serviços consulares e o seu deficiente grau de cobertura.

associativo. Sempre com uma efectiva participação e intervenção dos comunistas portugueses!

Na Resolução aprovada por unanimidade na assembleia, foram destacadas como orientações e iniciativas prioritárias a concretizar: a Campanha de Recenseamento Eleitoral; a Festa Nacional do PCP na Suíça marcada para 24 Maio, perto de Yverdon.

Foi também eleito por unanimidade o novo Secretariado do PCP na Suíça composto por Adelino Ferreira, António Rosa, António Soldado, Isaque Ferreira, Manuel Alho, Manuel Neves e São Belo.

Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, que acompanhou os trabalhos, a par da abordagem da situação política em Portugal e das propostas do PCP, sublinhou na sua intervenção a necessidade de os comunistas portugueses na Suíça se empenharem activamente no duplo combate pelos direitos e aspirações da emigração portuguesa, quer através da sua relação com Portugal e com o Estado português quer na sua relação com a sociedade suíça onde vivem e trabalham e em cooperação com as outras comunidades emigrantes, reivindicando justamente ser tratados como cidadãos de corpo inteiro e com direitos.



que atinge já quase 8 000 portugueses (9,5% dos seus activos). Reconhecendo o aumento de qualidade na coordenação do ensino da língua e cultura portuguesas na Suíça, onde funcionam 80 comissões de pais, incansáveis nos apoios aos professores e ao funcionamento dos cursos frequentados por mais de 11 mil das 16 mil crianças portuguesas, a Assembleia constatou um insucesso escolar mais elevado que entre crianças suíças, bem como a falta de apoios oficiais à sua integração e participação.

Por outro lado, a Assembleia foi testemunho de sinais de esperança, de mobilização e de participação dos emigrantes portugueses no combate pelos seus direitos: a elevada taxa de sindicalização dos trabalhadores portugueses, a maior nas comunidades emigrantes; a vitória da lista unitária na eleição para o Conselho das Comunidades Portuguesas na Suíça; a constituição de um Comité pela conquista dos direitos políticos dos emigrantes em Zurique; a diversificada iniciativa e actividade do movimento

SETÚBAL Mulheres reforçam PCP

«Como reforçar o Partido através da participação das mulheres no exercício do poder local», foi o tema em torno do qual se desenvolveu a reunião promovida pelo PCP em Setúbal com mulheres eleitas nas listas da CDU de quase todos os concelhos do distrito em diversos órgãos autárquicos.

A valorização da capacidade de comunicação das mulheres e o melhor aproveitamento da visão feminina sobre os problemas de gestão autárquica foram outras ideias surgidas num debate onde igualmente se focou a importância da inserção das eleitas em organizações específicas de mulheres e a necessidade de conhecerem mais e melhor as «decisões» nacionais e internacionais não cumpridas que lhes dizem respeito.

PORTO Deputados visitam distrito

João Amaral e José Calçada, deputados do PCP na Assembleia da República, visitaram recentemente o interior do distrito do Porto. Acompanhados de elementos da Direcção da Organização Regional e das organizações locais, os deputados comunistas encontraram-se com a Associação de Municípios do Vale do Sousa, na pessoa do seu presidente Jorge Magalhães, tendo abordado a evolução do Plano Integrado da Região, sujeito a sucessivos adiamentos.

João Amaral visitou ainda o Centro de Saúde da Livração, em Marco de Canavezes, e encontrou-se com os presidentes das Juntas de Freguesia afectas a esta unidade de Saúde que criticaram as deficientes condições de assistência médica. José Calçada, por sua vez, acompanhado do presidente da Junta de Sebolido e de outros autarcas, visitou e constatou os problemas da localização do aterro sanitário da freguesia.

UISEU UP - um factor de fixação

A criação da Universidade Pública em Viseu é «uma velha aspiração das populações viseenses» e constitui «um inquestionável factor de desenvolvimento regional, económico, social, educativo e cultural», e de fixação da população jovem. Trata-se, assim, de uma reivindicação há muito defendida pelo PCP e que antecede declarações de dirigentes do PSD, no sentido de que «não se abrem Universidades como tabernas» ou as promessas lançadas pelo PS no início da sua pré-campanha eleitoral para as legislativas de 95. Daí que a «anunciada e eventual» criação de uma Faculdade de Medicina ou Faculdade de Ciências Médicas para Viseu, sem a Universidade Pública, pareça ao PCP uma «estranha manobra de diversão» que indicia a viabilização de «um pólo de uma qualquer Universidade já existente».

A Universidade Pública cria-se com a apresentação e aprovação pela AR de propostas ou projectos de lei, diz a DORV, perguntando por que não se juntam os nove deputados do distrito (PP, PS, PSD) para a apresentação de um projecto num tal sentido?

PORTO Um trabalho positivo

A reunião de eleitos das autarquias do distrito do Porto, realizada no passado sábado, com a participação de Luís Sá, da Comissão Política, e de Daniel Branco, da Comissão Nacional de Autarquias, trouxe à discussão as dúvidas e incertezas, as críticas e as expectativas sobre o trabalho nas autarquias onde, apesar do trabalho muito positivo realizado, os comunistas e os seus aliados não foram ainda reconhecidos como uma alternativa à gestão do PS ou do PSD.

A necessidade de uma troca mais frequente de opiniões e experiências de trabalho, os meios a que a intervenção do PCP e da CDU tem de recorrer para vencer os bloqueios da comunicação social e chegar às populações, o trabalho persistente, a utilização dos instrumentos legais e regimentais para que as autarquias funcionem viva e colegialmente, as formas de protesto e indignação a assumir, foram outras questões trazidas e discutidas na reunião.

A fechar o debate, Luís Sá chamou a atenção para os resultados do trabalho e da luta dos comunistas e dos seus aliados que, embora ainda não expressos em votos, «estão à vista nas conquistas sociais e políticas de que o nosso povo hoje disfruta».

AÇORES CDU actuante

Os corpos Sociais da Cooperativa Agrícola de Laticínios do Faial (CALF) - que transforma todo o leite produzido na ilha e possui uma importante estrutura de distribuição de factores de produção -, encontrou-se recentemente com uma delegação da CDU do Faial, a quem apresentaram o projecto de construção da nova fábrica de laticínios avaliado em 1,5 milhão de contos.

A CDU, que defende a aprovação e financiamento, nos termos legais deste importante projecto, disponibilizou-se para actuar no sentido da viabilização de investimento, «essencial para a actualização tecnológica da indústria local de laticínios».

A reunião permitiu ainda uma longa troca de impressões sobre a agro-pecuária da região e a importância da produção de leite e laticínios para a ilha.

Em matéria de "jobs for the boys" Entre PS e PSD venha o diabo e escolha

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo do PS de, a exemplo do que anteriormente fez o PSD, "partidarizar e governamentalizar a administração pública". Os números, a este respeito, não toleram dúvidas, como demonstrou o deputado comunista Rodeia Machado ao lembrar que, desde a aprovação da nova lei, em 20 de Março do ano passado, que obriga ao concurso para a nomeação de pessoal dirigente, o Executivo já "nomeou mais 3228 clientes, dos quais 1758 deveriam ter sido legalmente sujeitos a concurso".

A questão veio a lume na semana transacta em debate de urgência suscitado pelo PSD a propósito das "nomeações de dirigentes da Administração Pública". Apesar da iniciativa do agendamento ter partido da bancada laranja, o Grupo comunista situou-se claramente na primeira linha do debate, assumindo com frontalidade a denúncia "às promessas não cumpridas por parte do actual poder do PS", acusação que fundamentou com números detalhados dos "jobs" até hoje autorizados por todos os ministros e secretários de Estado que já passaram pelo Governo atra-

vés de nomeações que constam no Diário da República.

Recordados foram, nomeadamente, os "expedientes diversos" a que o Governo recorreu por forma a possibilitar as nomeações já depois da entrada em vigor da nova lei, a qual obriga à abertura de concursos públicos. Entre os expedientes utilizados contam-se as nomeações em regime de substituição, bem como a criação de cargos equiparados a director de serviço, ou de chefes de divisão, mas com outros nomes, prática esta em que se revelou exímio, de modo flagrante, por exemplo, o Ministério da Cultura.

O governo aproveitou o agendamento, entretanto, para apresentar na Assembleia da República o anteprojecto de proposta de lei que estabelece o estatuto do pessoal dirigente da administração pública. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia.

"O anteprojecto que hoje apresentamos torna mais coerente a legislação, nomeadamente sobre os concursos, ressaltando que os que estão em curso não param enquanto este processo legislativo decorrer", disse.

Mas o debate acabou por se transformar num palco de acusações mútuas entre o PS e PSD sobre quem tem ou teve mais "jobs" e mais "boys". De tal modo que depois de Pacheco Pereira ter acusado o Governo de esquecer uma promessa eleitoral e "violou um compromisso de honra", o ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, deixou escapar ter procedido a nomeações a pedido do PSD.

Ambos comprometidos e com

as "mão sujas" por esta prática éticamente inaceitável, coube à bancada comunista, pela voz de Rodeia Machado, colocar as coisas no lugar, lembrando, nomeadamente, que se o PSD primou pela total falta de transparência e de princípios relativamente a esta matéria, não lhe reconhecendo autoridade para levantar a questão; também o PS, "que enquanto oposição criticava e bem a atitude política do PSD de nomeações sem concurso", no Governo, adopta um procedimento em tudo igual.

"O Governo do PS não cumpriu, mais uma vez, aquilo que foi seu compromisso de honra com o eleitorado, a transparência de atitudes em actos de administração na nomeação de dirigentes, transformando-os em actos políticos de cariz partidário", sublinhou, antes de exigir o fim dos expedientes e das nomeações assentes em razões de natureza político-partidária e o cumprimento escrupuloso da lei que estabelece os concursos públicos.



Com o apoio do PCP

Vizela é concelho!

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, os três projectos de lei do PCP, PP e PS visando a criação do concelho de Vizela. Os diplomas acolheram os votos favoráveis de comunistas, populares e verdes e da quase totalidade dos deputados socialistas. O PSD votou contra.

Foi um momento que se constituiu, sobretudo, num acto de justiça para com o povo de Vizela. "Vencidos os bloqueios, traições e falsas promessas com que durante todos estes anos foi sendo enganada a aspiração de Vizela de ser concelho", como assinalou o deputado comunista João Amaral, aludindo ao comportamento do PS, PSD e CDS, do que se trata agora, com a aprovação do novo município, é de "dar resposta aos problemas concretos das populações".

E a convicção da bancada comunista, que apresentou o seu primeiro projecto de criação de Vizela há 15 anos, é que esse caminho será trilhado, razão pela qual, no entender de João Amaral, existem motivos para que não sejam apenas os vizelenses a estarem de parabéns, mas sim toda a área onde se insere o novo município, incluindo os municípios de onde emerge.

"É toda uma área que assim fica mais forte, com uma melhor estrutura de Poder Local no seu conjunto, por isso mais apta a dar satisfação às aspirações de toda a população respectiva", sustentou, antes de fazer notar que, "votando Vizela, estamos a robustecer a democracia e a vivê-la; estamos a reconhecer, como diz a canção, que é o povo quem mais ordena; estamos a reconhecer que a democracia representativa tem de saber compreender e interpretar a vontade popular".

Sublinhando que o poder local é um "instrumento fundamental de democracia na organização do Estado e de resposta aos problemas dos cidadãos", reiterada por João Amaral foi ainda a confiança de que com a criação do município de Vizela, com os órgãos autárquicos que serão eleitos nas próximas eleições, "o Poder Local fica mais forte e as populações abrangidas vão sentir-se representadas da forma que desejam".

Em causa discriminação salarial dos jovens

Assembleia da República aprova projecto de lei do PCP

A Assembleia República reparou, na passada semana, uma enorme injustiça que atinge os jovens trabalhadores portugueses. A iniquidade de que falamos prende-se com uma disposição legal que discrimina os jovens no que se refere ao salário mínimo nacional; isto é, a uma remuneração mínima, já de si insuficiente. Foi a esta grave discriminação, que fere inclusivamente o princípio constitucional de "a trabalho

dores, uma vez que subsistirá o crescente desemprego e a precarização dos vínculos laborais, como observou o deputado comunista Bernardino Soares, a revogação daquela norma não deixará de produzir efeitos positivos e, simultaneamente, de assumir um "profundo simbolismo: o de igualar o direito dos jovens ao dos outros trabalhadores naquele que é o limiar mais baixo e insuficiente da retribuição

redução em 20 por cento do salário mínimo aos jovens com menos de 25 anos que estejam em situação de formação (praticantes, aprendizes, estagiários) para profissões qualificadas.

"Ambas as normas - sublinhou Bernardino Soares - violam claramente o princípio de a trabalho igual salário igual, discriminando os jovens trabalhadores em função da idade".

Projecto de lei do PSD sobre sistema eleitoral PCP recorre da admissão por inconstitucionalidade

O Grupo Parlamentar do PCP recorreu da admissão do projecto de lei do PSD de revisão do sistema eleitoral para a Assembleia da República. Na base desta iniciativa, formalizada em carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República, estão razões de inconstitucionalidade que o Grupo comunista considera existirem no diploma apresentado pela bancada laranja.

Esta não é, aliás, uma opinião exclusiva do PCP, porquanto, no despacho de Almeida Santos, embora este proceda à admissão do projecto, não deixa de levantar "reservas sobre a conformidade constitucional de algumas das suas normas".

No documento, os deputados comunistas recorrem do despacho de "admissão do projecto de lei do PSD", visando, deste modo, impedir que este seja discutido no Parlamento.

Invocada pelos deputados comunistas no seu texto é a Constituição, a qual estabelece que o sistema eleitoral para a AR deve assegurar o princípio da representação proporcional, princípio este que, do seu ponto de vista, é desde logo ferido com a criação de círculos uninominais prevista no diploma do PSD.

"Os círculos uninominais conduzem inevitavelmente ao duelo eleitoral entre os candidatos dos diversos partidos que nesse cír-

culo se apresentem como os melhores posicionados para obter a maioria dos votos", refere a missiva dirigida a Almeida Santos.

Lembrado é igualmente o facto de o sistema proporcional de eleição dos deputados não ser "um mero método matemático de conversão de votos em mandatos, mas sim um critério, um objectivo e uma preocupação que tem que estar presente nos diferentes aspectos que integram o sistema eleitoral que permitem no conjunto aferir em que medida este é proporcional".

Não deixa também de ser "estranho e ofensivo do princípio da igualdade (também inserido na Constituição) o facto de se prever 85 círculos uninominais no continente e dois círculos regionais dos Açores e Madeira", assinala a bancada comunista, que recorda ainda estar igualmente ferida de inconstitucionalidade a atribuição aos círculos das regiões autónomas de um número ímpar de deputados.

O grupo parlamentar do PCP refere igualmente que a criação de três círculos eleitorais fora do território português (com dois deputados para cada um deles) sem atender aos eleitores inscritos corresponde a estabelecer diferenciações entre o número de eleitores e o número de deputados.



igual salário igual", que o Parlamento agora põs termo ao aprovar um projecto de lei do PCP que, pura e simplesmente, revoga aquela disposição. Com os votos favoráveis de todas as bancadas, à excepção do PP que optou pela abstenção.

Não resolvendo todos os problemas dos jovens trabalha-

devida ao seu trabalho - o salário mínimo"

O que está em causa, pois, é a revogação de duas alíneas do artigo 4 do D.L. n 69-A/87, as quais estabelecem, num caso, a diminuição em 25 por cento do salário mínimo devido a jovens apenas e só pelo facto de terem menos de 18 anos, no outro, a

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pergunta para o referendo sobre o aborto

Um conluio PS/PSD que afronta o Parlamento

A Assembleia da República aprovou, faz hoje oito dias, a proposta de pergunta do PS para o referendo sobre aborto. O texto acolheu apenas os votos favoráveis da bancada socialista. PSD e PP abstiveram-se, tal como doze deputados da Juventude Socialista. Aos votos contra do PCP juntaram-se, não sem surpresa, os deputados independentes do PS Maria do Rosário Carneiro e Cláudio Monteiro.

A questão a colocar aos eleitores, depois de duas alterações de última hora, fica com a seguinte redacção: "concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?"

Destino diverso tiveram as duas perguntas propostas pelo PSD para o referendo sobre aborto, as quais foram rejeitadas com os votos das bancadas do PS e do PCP.

O PSD pretendia interrogar o eleitor, em primeiro lugar, se "concorda que o aborto seja livre nas primeiras 10 semanas de gravidez". Formulada na segunda pergunta era se "concorda que razões de natureza económica ou social possam

justificar o aborto por constituírem perigo grave para a saúde da mulher".

No decorrer da apresentação e discussão das perguntas, apesar das críticas que dirigiram à proposta socialista, PSD e PP justificaram o sentido de voto favorável invocando o seu interesse na realização efectiva do referendo ao aborto.

Mas de onde as críticas partiram, essas sim, justificadamente, de modo virulento, em coerência com todas as posições por si assumidas anteriormente sobre esta matéria, foi do Grupo Parlamentar do PCP. Não comentando o conteúdo de cada uma das questões em análise, Octávio Teixeira optou por denunciar o comportamento político do PS, que "em 22 horas mudou de opinião" em matéria de aborto, aprovando

primeiro a lei na Assembleia da República e depois juntando-se aos seus opositores.

O líder parlamentar comunista acusou ainda o PS de ter uma "duplicidade de critérios", uma vez que, recordou, os projectos de lei sobre aborto, rejeitados em 1997, nunca tiveram oportunidade de ser submetidos a referendo. Por outras palavras, os portugueses só serão consultados sobre a interrupção voluntária da gravidez porque uma lei foi aprovada na generalidade.

A finalizar, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP verberou o que do seu ponto de vista foi o "manobristo" do PS e do PSD ao longo de todo este processo. "Um manobristo que ainda não terminou e que foi visível ao fazer-se a aprovação da pergunta sobre referendo ao aborto sem que a Lei Orgânica do referendo se encontre ainda em vigor".

Esta foi, aliás, uma das questões sobre a qual o Grupo comunista já anteriormente se pronunciara, ainda antes do debate, em conferência de imprensa, no decorrer da qual

Octávio Teixeira denunciou a "vergonhosa negociata" selada entre PS e PSD a propósito desta matéria.

Octávio Teixeira viu neste conluio não apenas uma "afronta à Assembleia da República", como também uma "provocação ao Presidente da República", acusando aqueles dois partidos de "entrarem na via do confronto com as instituições para servirem os seus interesses político-partidários e para se desfazerem da embrulhada em que se metem".

Ao acordarem na pergunta do referendo sobre o aborto, resulta claro que PS e PSD tentaram "impedir o presidente da República e o Tribunal Constitucional de exercerem de forma livre as suas competências", no entender de Octávio Teixeira, para quem se trata de "despudoradas pressões", inaceitáveis num quadro de regularidade do funcionamento das instituições".

Também o facto de, segundo os prazos previstos, o Presidente da República ser obrigado a convocar a consulta sobre o aborto antes de terminada a

actualização dos ficheiros eleitorais foi criticada pelo PCP, que considerou que Jorge Sampaio é assim colocado "na posição absurda" de decidir "quando não estão preenchidas as condições para o referendo". "É de todo inaceitável que o Presidente da República tenha de decidir na base de presunções manipuláveis", frisou Octávio Teixeira, adiantando que "também aqui PS e PSD colocam o ónus para cima" de Jorge Sampaio.

Acerca do acordo estabelecido no início da semana transacta entre o PS e o PSD para que o referendo tenha apenas uma pergunta, abdicando os socialistas da intenção de alargar o aborto terapêutico das 12 para as 16 semanas, o deputado comunista considerou-o uma "afronta à Assembleia da República".

"PS e PSD quando retiram do projecto aprovado pela Assembleia da República aquilo que ele continha chegaram aos últimos extremos de desprezo e afronta da vontade, poderes e prestígio" do Parlamento, sublinhou o líder parlamentar comunista.

Defender as pescas



O Parlamento aprovou um projecto de resolução do PCP visando definir as principais

orientações que devem ser asseguradas na futura Política Comum de Pescas e na política nacional de pescas. Dois outros projectos de resolução subscritos pelo PSD sobre a mesma matéria mereceram idêntica aprovação.

A importância do tratamento dado a esta questão pela AR resulta do facto de se tratar de um sector vital para o País, o qual atravessa graves dificuldades que resultam, no fundamental, como sublinhou no debate o deputado comunista Rodeia Machado, de uma "má negociação no acto de adesão" à Política Comum de Pescas em 1996, bem como da política de abate indiscriminado de navios, a que se junta o potencial risco de outras frotas invadirem as nossas águas no mar territorial das 12 milhas.

Como advertiu o parlamentar do PCP, trata-se de um "assunto demasiado sério e de consequências dramáticas para as pescas portuguesas e para a economia nacional, se nada se fizer para inverter tal tendência, sabendo-se desde já que a actual Política Comum de Pescas deverá ser revista até ao final de 2002".

Despejo de reformados da GNR



A ameaça de despejo que paira sobre um número significativo de idosos (reformados da GNR ou

suas viúvas) residentes na área de Alcântara e Rampa das Necessidades, em Lisboa, em resultado da intenção nesse sentido manifestada pelo Comando Geral da GNR e Direcção Geral do Património, motivou uma posição de solidariedade e apoio aos moradores por parte do Grupo Parlamentar do PCP. A iniciativa partiu dos deputados comunistas João Amaral e António Filipe, que, em requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República, lançam concretamente a questão de sabe se o ministro da Administração Interna vai "atender à situação" daqueles inquilinos, determinando o cancelamento dos despejos.

Tanto mais que, assinalam, em causa estão pessoas com idades rondando os 70 anos, que ali moram há muitos anos, a quem foi assegurado, em 1977, que aí poderiam viver até ao fim dos seus dias, que pagam renda e sempre o fizeram. Pessoas que, por conseguinte, como refere o texto dos parlamentares do PCP, "deveriam merecer todo o respeito" e não ser sujeitas a ataques numa altura da vida em que "pela sua idade, estão frágeis e indefesas".

Nota da Comissão Política

Sobre a decisão do Presidente da República de não requerer a fiscalização prévia da constitucionalidade da lei orgânica do referendo

A decisão do Presidente da República de não requerer a fiscalização prévia da constitucionalidade da lei orgânica do referendo foi objecto de um comunicado da Comissão Política do PCP, tornado público no passado dia 19, no qual é sublinhado "o grave significado político" que a mesma assume na "presente conjuntura política". É esta posição da direcção comunista que transcrevemos na íntegra.

1. O PCP discorda frontalmente da decisão do Presidente da República de não requerer a fiscalização preventiva da constitucionalidade da Lei Orgânica do Referendo e não pode deixar de sublinhar o grave significado político que tal decisão assume na presente conjuntura política.

2. Esta atitude do Presidente da República contraria inequivocamente a sua afirmação pública, constante do comunicado de 26 de Fevereiro, de que em todo

este processo o Presidente da República «exerceria as suas competências constitucionais próprias (...) quanto à análise da constitucionalidade dos processos legislativos» de forma «a que não subsistam dúvidas de natureza jurídica» e a garantir «sem sombras para dúvidas, a plena constitucionalidade dos instrumentos legislativos e um calendário de consultas eleitorais compatível com o debate rigoroso e sério das questões que são da maior importância política».

Do incumprimento desta promessa, que tinha sido formulada nestes precisos termos, decorre a evidência de que todo o processo referendário ficará irremediavelmente manchado pelas mais sérias dúvidas de natureza jurídico-constitucional.

3. Com efeito, para além de registar os diferentes critérios usados pelo Presidente da República quanto à Lei de Criação das Regiões Administrativas e quanto à Lei Orgânica do referendo, o PCP salienta que este diploma contém normas indiscutivelmente controversas e que plenamente justificavam a apreciação preventiva da sua constitucionalidade.

De entre estas, são de destacar, designadamente:

- a discriminatória consagração legal da exigência de uma participação superior a 50% dos eleitores inscritos como condição do carácter vinculativo da vitória do «sim» no referendo da regionalização, enquanto o carácter vinculativo de uma vitória do «não» será garantido seja qual for a participação eleitoral que se verificar, o que constitui uma solução legislativa que manifestamente despreza a letra do artº 256º da Constituição e a natureza específica do referendo sobre a regionalização;

- a instituição de um sistema de atribuição de tempos de antena e outros meios específicos de campanha que, consagrando a sua atribuição a partidos e grupos de cidadãos que nem sequer declarem que posição defenderão no referendo, não garante a equidade e a igualdade de oportunidades das posições em confronto;

- a eliminação na presente lei da norma anteriormente em vigor que proibia a convocação ou a realização do referendo nos três meses posteriores à realização de outro referendo, com o patente significado de representar a admissão indirecta da realização em simultâneo de vários referendos, o que

se pode considerar como uma violação do espírito do nº 6 do artº 115º da Constituição.

4. A decisão agora anunciada pelo Presidente da República significa objectivamente que permitiu que o exercício soberano de um dos seus mais importantes poderes ficasse anulado, condicionado ou aprisionado pelos acordos, trapalhadas e factos consumados engendrados pelo PS e pelo PSD. Assim sendo, não será de admirar que, também para outras matérias, PS e PSD venham a concluir que a sua arrogante invasão política da área de competências do Presidente afinal compensa.

5. É agora de temer que, na mesma lógica que explica, mas não justifica, a sua decisão de poupar a Lei Orgânica do referendo a uma apreciação preventiva de constitucionalidade, o Presidente da República possa vir a convocar um referendo sobre o aborto antes de estar concluído o processo de actualização do recenseamento e o possa vir a marcar para uma data - 5 ou 12 de Julho - em que uma parte dos eleitores, nomeadamente residentes em zonas urbanas, já se poderá encontrar em férias.

TRABALHADORES

Governo com boicote

O contrato colectivo da fabricação de papel está a ser boicotado pela associação patronal, com a cobertura do Ministério do Trabalho, acusa o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, numa exposição que enviou a Ferro Rodrigues e da qual deu conhecimento ao primeiro-ministro, presidente da AR, PR e Provedor de Justiça. Em nota à imprensa, o sindicato relata que, depois de a Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão (sediada em Espinho) não ter respondido nos termos legais à proposta sindical de revisão da contratação que foi entregue em Novembro, requereu ao Ministério a passagem à fase de conciliação. Os serviços do Ministério, no Porto, deveriam ter convocado a ANIPC para uma reunião tripartida nos primeiros dias de Fevereiro, mas «não só não cumpriram a lei, como seguiram o entendimento que lhe transmitiu a associação patronal prevaricadora». Esta pretendia condicionar o início das negociações à apresentação de uma proposta de revisão salarial, por parte do sindicato, que fosse compatível com a posição dos patrões (atualização de dois por cento, num sector onde os salários são extremamente baixos).

Unicervi – greve suspensa

A greve na Unicervi foi suspensa na semana passada, numa reunião que teve lugar no Ministério do Trabalho, em Setúbal, e onde foram criadas condições para um acordo sobre a actualização salarial pretendida pelos trabalhadores, informou dia 17 o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul. O acordo deveria ser formalizado numa reunião marcada para ontem, depois de ter sido aprovado em plenário de trabalhadores.

Acordo no Calçado

Só com a unidade e a luta dos trabalhadores será possível atingir melhores resultados na negociação com os patrões do sector do calçado, malas e luvas - sublinha a Fesete/CGTP, num comunicado em que anuncia o acordo sobre a revisão salarial deste ano, obtido na semana passada. A federação revela que face aos valores muito baixos em que a associação patronal insistiu e que contrastam com os bons resultados económicos do sector, os sindicatos (excepto o do Calçado do Porto) só o subscreveram para melhorar a situação de milhares de trabalhadores que não têm os salários actualizados há quase ano e meio.

Em denúncia pública na AR e nas televisões

CGTP aponta mais motivos para parar as privatizações

Os representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado afirmam que há um premeditado silenciamento das posições contrárias às privatizações, ao mesmo tempo que «prosegue uma ignominiosa campanha propagandística para sustentar a liquidação do património público».

A denúncia é feita num documento aprovado em reunião das estruturas da CGTP-IN e das coordenadoras de comissões de trabalhadores do SEE, e que foi entregue em mão aos deputados na passada quinta-feira. Parte dos membros de ORTs constituiu-se depois em delegação, deslocando-se às sedes da RTP, SIC e TVI. Esta ida às televisões, para fazer entrega de cópias do dossier que ficou nos grupos parlamentares, foi também uma forma de protesto contra o silenciamento sistemático a que são votadas as posições dos que se manifestam contra a política de privatizações, como explicou, ao «Avante!», António Quintas, da Comissão Executiva da CGTP.

Os documentos foram também entregues, por delegações das organizações promotoras desta jornada, aos governadores civis de Viana do Castelo, Porto, Setúbal e Coimbra.

Parar, reflectir e inverter

As estruturas representativas dos trabalhadores entendem que «não há nenhuma razão económica e social que faça prosseguir as privatizações, designadamente as já agendadas pelo Governo para 1998 e 1999 (ANA, Brisa, Cimpor, Companhia das Lezírias, Dragapor, EDP, Estaleiros

Navais de Viana do Castelo, EPAC, GDP, PEC, Petrogal, Portucel, Silopor, Siderurgia Serviços, Tabaqueira, TAP e Tertir)».

O documento entregue aos deputados retoma a denúncia feita há poucos meses, na «tribuna pública» que traçou o «quadro negro» das privatizações. São criticadas, em especial, as decisões de privatização da TAP, de indústrias de Defesa e de funções sociais do Estado.

«Enquanto noutros países já se questiona se não terá de se voltar a nacionalizar sectores que foram privatizados, o Governo português continua a vender para fazer “dinheiro de caixa”, como se o património fosse seu (e não propriedade colectiva) e como se o dinheiro da venda não fosse rapidamente superado pelo volume dos lucros e impostos que o Estado deixou de auferir», protesta as organizações dos trabalhadores das empresas do SEE.

Distinguindo **utentes** - detentores de direitos que ao Estado compete assegurar - e **clientes** - os que auferem os serviços quando pagam e na razão das suas possibilidades -, no documento frisa-se que «o abastecimento de água, o saneamento, a saúde, o ensino, a Segurança Social, os transportes, os correios e comunicações e as funções sociais do Estado, em geral, correspondem a direitos dos cidadãos e não a qualquer mercadoria ou negócio».

Depois de realçarem que «a vida já nos está a dar razão», os representantes dos trabalhadores reclamam «dos órgãos de soberania, em especial da AR, que intervenham para pôr termo ao espólio da propriedade colectiva do povo português, parando as privatizações, zelando pela eficácia do SEE e dos serviços públicos e instaurando um inquérito às privatizações já concretizadas».



Conferência da Interjovem no sábado em Aveiro

Com a participação prevista de mais de 400 delegados, realiza-se no dia 28 de Março, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro (antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos), a 3ª Conferência Nacional da organização de juventude da CGTP-IN. A Interjovem pretende que esta seja uma tribuna para as reivindicações dos jovens trabalhadores, que

defrontam a elevada precarização do emprego, os salários baixos e o desemprego, que estão na origem dos problemas da habitação, da toxicod dependência e do abandono escolar precoce. O folheto distribuído durante as actividades de preparação da conferência aponta ainda, como tema a tratar em Aveiro, a intervenção dos jovens nos sindicatos.

Sindicatos de Santarém com a regionalização

«As recentes declarações do aparelho distrital do PS, onde dizem querer antecipar a criação da Região do Ribatejo e Estremadura, pelo ridículo e demagogia de que se revestem, só dão vontade de rir», comenta a União dos Sindicatos de Santarém.

Num comunicado que distribuiu sexta-feira, a USS/CGTP lembra que sempre apoiou o processo de criação das regiões administrativas, «como um dos instrumentos político-administrativos capaz de potenciar o nosso desenvolvimento, reforçar a nossa identidade cultural e possibilitar uma maior aproximação dos centros de decisão às populações».

«Pelo historial do processo, somos levados a admitir que o PS, enquanto Governo, nunca quis, nem quer, as regiões», afirma a união, para quem os dirigentes distritais socialistas «coniventes com a solução referendária do seu Governo, não podem vir agora tentar limpar a face, inventando truques para tentarem fugir às suas responsabilidades».

EDP insiste na direcção errada

A decisão do Governo, anunciada dia 19, de alienar a privados mais 15,5 por cento do capital social da EDP foi considerada como «mais um passo na direcção errada» pela federação das Indústrias Eléctricas. Em comunicado aos trabalhadores, a FSTIEP/CGTP repara que a decisão foi tomada «duas semanas depois da administração ter declarado publicamente que foram obtidos 93 milhões de contos de lucros em 1997».

Na mesma data, o conselho de administração «afirmou, com grande levandade, que até ao ano 2000 pretende reduzir em 15 por cento os efectivos do grupo, o que significaria o despedimento de cerca de 2400 trabalhadores nos próximos 20 meses».

A FSTIEP diz que «os resultados da privatização já se fazem sentir no grupo EDP», apontando os mais graves: «são eliminados empregos, são encerrados locais de trabalho, tentam impor transferências a centenas de trabalhadores, degradam-se as condições em que é assegurado apoio técnico a clientes».

No comunicado, que apela à participação nos plenários sindicais marcados para esta quinzena nos locais de trabalho, contrapõe-se que «para a FSTIEP, os sindicatos federados e os trabalhadores, continua a haver valores mais importantes que o gráfico das cotações na Bolsa: um serviço público de qualidade, prestado por uma empresa sólida, moderna e eficiente, onde os direitos dos trabalhadores sejam respeitados».

A federação considera que, no processo de actualização salarial, «a EDP podia ir mais longe» do que os 3,3 por cento acordados a 16 de Março para a tabela.

Fica também um alerta aos trabalhadores do grupo EDP para o processo negocial relativo ao acordo colectivo de trabalho. As estruturas da CGTP exigem que o quadro actual de direitos, consignado nos instrumentos de regulamentação colectiva anteriores ao desmembramento da EDP e à privatização, deve manter-se no novo ACT. No entanto, a administração da holding mantém posições que põe em causa direitos dos trabalhadores relativamente a admissões, contratação a prazo, insenção de horário de trabalho, trabalho penoso ou desgastante, trabalhadores-estudantes, local de trabalho e área de serviço - previne a FSTIEP.

Férias na Expo

Os enfermeiros têm direito a gozar férias nos períodos que escolhem conforme os planos delineados no início de cada ano, reafirma o SEP, ao comentar na passada sexta-feira as notícias sobre um «plano de emergência» pretendido pelo Ministério da Saúde para o período da Expo'98. O sindicato considera «gravoso» que medidas desta natureza não mereçam um tratamento «mais responsável», lembrando que desde 1992 se sabia que a última exposição mundial do século teria lugar em Portugal, «pelo que deveriam ter sido tomadas medidas políticas atempadamente, nomeadamente no que diga respeito à carência de enfermeiros nas instituições de saúde».

O sindicato recorda ainda que apresentou à ministra, em Janeiro, um conjunto de preocupações sobre a matéria, a que não obteve resposta, e que «há muito vem a exigir medidas que minimizem a carência de enfermeiros, «sem que nada tenha sido feito nesse sentido». Nestas circunstâncias, o SEP afirma que, se as notícias se confirmarem, «tomará uma posição frontal contra as intenções do Governo/Ministério da Saúde, na defesa dos direitos dos enfermeiros».

Prazo esgotado

As negociações sobre o estatuto da carreira docente não foram restabelecidas no prazo que a Fenprof concedera ao Ministério da Educação, surgindo agora a alegação de que ainda não foi possível reunir com o novo secretário de Estado do Orçamento. Para a Federação Nacional dos Professores, «esta é apenas mais uma justificação, que engrossará a longa lista de “desculpas” que desde 1996 vêm servindo para adiar este processo negocial», encontrando-se «a verdadeira razão» dos sucessivos adiamentos na «intenção mal disfarçada do Governo de não pretender valorizar efectiva a carreira dos educadores e professores».

Espinho I

A Segurança Social tem responsabilidades no processo desencadeado após a alienação do Centro Infantil Espinho I e a sua transformação em instituição privada, reafirmou na semana passada a União dos Sindicatos de Aveiro. Citando declarações do responsável pelo centro que confirmam os alertas lançados então pela USA, a estrutura distrital da CGTP opõe-se aos projectos de transferência de trabalhadoras para que o centro passe a ter menos encargos mas continue a receber os mesmos apoios do Estado.

TRABALHADORES

Reestruturação
no comércio

Tomaram posse terça-feira os órgãos nacionais do CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, que resultou do processo de fusão da maioria dos sindicatos deste sector e que «implicou a maior reestruturação sindical dos últimos anos» nas estruturas da CGTP-IN, como refere uma nota da Comissão Directiva Nacional. Esta apresenta o CESP como «herdeiro das ricas tradições de luta dos sindicatos que, desde 1897, têm vindo a dar corpo a expressivas manifestações da vontade dos trabalhadores do sector», afirmando que, «com representação efectiva num universo de cerca de 300 mil trabalhadores do comércio e serviços, de Norte a Sul de Portugal, o CESP será uma importante referência no espaço sindical português».

Tentativa
gorada

Cumbre Tavares, vereador da CM da Amadora, quebrou sexta-feira um hábito de 18 anos e não autorizou que viaturas da autarquia fossem utilizadas para transportar trabalhadores do Bairro Janeiro aos estaleiros municipais dos Moinhos da Funcheira, para participarem num plenário convocado pelo STAL. A direcção regional de Lisboa do sindicato denunciou a atitude do vereador como uma tentativa de inviabilizar a realização do plenário, ao qual os trabalhadores acabaram por se deslocar a pé, percorrendo cerca de 4,5km. Por unanimidade, o plenário aprovou uma moção repudiando o comportamento «autoritário e prepotente» de Cumbre Tavares.

Apelo
ao ministro

Os trabalhadores da Corfi expressaram em plenário o seu protesto contra a posição da Associação dos Industriais de Cordoaria e Redes, que recusou subscrever o acordo assinado entre a Fesete/CGTP e as associações patronais do sector têxtil, malhas, lanifícios e têxteis-lar, sobre o fim do trabalho ao sábado e a aplicação do horário máximo de 40 horas semanais com respeito pelas pausas nos turnos. Enquanto o pessoal da Corfi (empresa do Grupo Violas, de Espinho) decidiu continuar a fazer greve ao trabalho ao sábado, o Sindicato do Sector Têxtil de Aveiro solicitou publicamente o empenhamento pessoal do ministro do Trabalho «para que intervenha de forma a que seja encontrada uma solução que ponha fim ao conflito».

Vale a pena insistir na luta
SODIA, ferroviários e EFFAs
manifestam-se hoje em Lisboa

Em defesa dos postos de trabalho, dos direitos conquistados e de melhores salários, os trabalhadores e as suas estruturas representativas continuam a pressionar as administrações e o Governo. A luta em unidade é o último argumento de quem tem razão contra quem detém o poder.

Quando o pessoal da Carris completa o segundo período de greve desta semana, Lisboa alberga também hoje jornadas de luta da ex-Renault de Setúbal, dos ferroviários e das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento. Este não é «o dia de todas as lutas», mas nos últimos tempos tornou-se muito difícil descobrir um dia sem qualquer conflito laboral.

Sem respostas

A falta de respostas concretas por parte do Governo às inquietações dos trabalhadores da Sodia, cujo encerramento está anunciado para Julho, ficou mais uma vez patente na reunião que a CT teve há uma semana com os secretários de Estado das Relações Laborais e do Emprego.

Na bagagem para a audiência de dia 19, a Comissão de Trabalhadores da antiga fábrica sadina da Renault levava o

registro das promessas feitas pelo Governo acerca da garantia dos empregos. A CT perguntou aos secretários de Estado qual é a solução para evitar o desemprego, que empregos existem noutras empresas e em que condições serão propostas as admissões dos despedidos da Sodia. Quis ainda saber que acções de formação estão previstas e como pensa o Governo resolver o problema dos trabalhadores de idades mais avançadas.

A reunião, no entanto, «não trouxe nada de novo, até porque os dois governantes desconheciam a situação actual do dossier Sodia», disse Carlos Ricardo, da CT, à Agência Lusa.

Esta situação levou a que, no plenário realizado segunda-feira, os trabalhadores decidissem que os seus representantes deveriam ir hoje a Lisboa, para se manifestarem junto ao Conselho de Ministros. Para 3 de Abril, vai ser marcada uma greve, com deslocação ao Ministério da Economia.

Sem diálogo

«O tão propalado diálogo não tem qualquer efeito prático», conclui a federação dos Ferroviários, numa resolução aprovada na semana passada pelos seus órgãos dirigentes. O plenário nacional de sindicatos e o Conselho Nacional da FSTFP/CGTP entendem que tal ficou demonstrado depois de o Governo se ter recusado a negociar um protocolo sobre a garantia dos direitos e dos postos de trabalho dos ferroviários.

A federação, apelando a todos os ferroviários para que reforcem a unidade na acção em torno dos objectivos comuns, decidiu levar a cabo acções de esclarecimento e mobilização nos locais de trabalho.

Para hoje, em Lisboa, foi convocado um plenário de organizações representativas dos trabalhadores. Ficou também decidida a realização de uma greve de 24 horas, entretanto marcada para dia 3 de Abril e que será antecedida de uma série de reuniões nos locais de trabalho. Ao anunciar o prosseguimento da luta, o Sindicato dos Ferroviários do Centro nota que a greve de 9 de Março obrigou as administrações das empresas do grupo CP a evoluírem nas propostas salariais, o

que também sucedeu depois de receberem o pré-aviso para dia 3. Só que os valores se mantêm em níveis «claramente insuficientes» e há um conjunto de reivindicações que não tem resposta.

Sem precedentes

«O Governo e o Chefe de Estado-Maior do Exército avançaram com uma série de medidas que, no âmbito da chamada reestruturação dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, irão a muito breve prazo conduzir à destruição das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento», afirma o STEFFAs. O sindicato referiu antontem estudos que «apontam a curto prazo e numa primeira fase para uma redução de cerca de 500 trabalhadores, num quadro de 633». Este problema e a resposta dos trabalhadores serão abordados no plenário marcado para esta tarde, junto às instalações das OGFs, com a participação de Carvalho da Silva.

Na passada sexta-feira, um plenário de ORTs do sector repudiou a «forma arrogante, irresponsável e falaciosa» como o secretário de Estado da Defesa, José Penedos, se apresentou na reunião de 18 de Março.

Desemprego
no Rali

A Fábrica da Bouça decidiu encerrar a sua actividade a partir de segunda-feira, dia em que o Rali de Portugal passou pelo concelho de Felgueiras.

A ocasião foi aproveitada pelo Sindicato dos Têxteis do Porto e Aveiro para denunciar aos jornalistas os motivos por que os trabalhadores da empresa (oficialmente denominada Têxtil Antero Ferreira da Cunha) estão em protesto desde 12 de Março junto aos portões da fábrica.

«Tendo encetado um processo de recuperação, a Fábrica da Bouça jamais encontrou uma situação de normalidade», decidindo agora «encerrar a sua actividade por não ter condições para pagar o salário do mês de Fevereiro e seguintes».

À exigência de pagamento dos salários de Fevereiro, a administração respondeu pedido paciência e «o resultado final foi apenas disponibilizarem-se para passar os documentos para o desemprego».

Impasse
no Estoril-Sol

A breve prazo poderão iniciar-se formas de luta para pressionar a administração do Estoril-Sol a caminhar para um entendimento nas negociações do acordo de empresa, designadamente na matéria salarial, admitiu na semana passada a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo. A Feshot/CGTP lembra que os cerca de 300 trabalhadores daquela unidade, através da sua organização sindical, apresentaram há vários meses uma proposta de revisão do actual AE, reivindicando aumentos salariais, enquadramento de categorias, melhoria das condições de trabalho e de higiene. No entanto, a administração persiste em posições muito distantes das reivindicações dos trabalhadores.

Estes, informa a federação, «têm assistido a uma forte redução do quadro de pessoal e, por via disso, a um aumento substancial do trabalho», o que vem somar-se aos motivos para que a administração aceite «aplicar medidas credíveis e sérias para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

Eleições

A secção regional de Setúbal do SNTCT teve os seus dirigentes eleitos por 473 trabalhadores, num universo de 589 inscritos e 497 votantes. Ao proclamar a vitória da Lista A para aquela estrutura do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, a Comissão Eleitoral congratulou-se «por mais esta demonstração de unidade e reforço do

Pré-aviso demoveu Cimpor

A apresentação de um pré-aviso de greve de dois dias fez com que a administração da Cimpor propusesse uma reunião, realizada no sábado de manhã e onde a empresa finalmente alterou a sua posição.

Além de furar o «tecto» dos 3 por cento, que suportou durante três meses de negociações, a administração aceitou ainda negociar primeiro a actualização salarial, deixando para depois a discussão do restante clausulado.

Ao informar os trabalhadores de que a Cimpor propôs um acréscimo salarial médio de 3,49 por cento, a Federação da Cerâmica, Cimento e Vidro acrescenta que os sindicatos apresentaram uma contraproposta de 4 por cento e considera haver «condições para que se encontre o consenso», pelo que decidiu suspender a greve. Nova reunião de negociação foi já agendada para 1 de Abril. «A questão de fundo, ou seja, a defesa e salvaguarda dos direitos e garantias do contrato de trabalho, mantém-se, pelo que as razões da luta encontram-

-se apenas suspensas», alerta o comunicado.

Ao avançar para a greve, a estrutura sectorial da CGTP acusou a administração da Cimpor de querer «impor um acordo de empresa substitutivo que liquida direitos, regalias e garantias consignadas no acordo colectivo de trabalho existente e apresenta valores salarial que não repõem o poder de compra, não traduzem a produ-

tividade alcançada e afastam cada vez mais os salários dos trabalhadores da Cimpor quer dos salários europeus quer dos salários já praticados na Secil». No apelo à greve, distribuído quinta-feira, era denunciada a existência de dois pesos e duas medidas, pois «os administradores estão cada vez mais ricos» e «os trabalhadores estão cada vez mais mal remunerados».

Secil parou

A greve de 48 horas na Secil iniciou-se terça-feira, com uma adesão de cem por cento, que provocou a paralisação da produção na fábrica do Outão, em Setúbal. A confirmação da luta, por salários justos e contra a tentativa de compra de direitos por parte da administração, foi feita num plenário de trabalhadores, segunda-feira.

Governo não vê solução
para a Regina

O Ministério da Economia continua sem adiantar outra saída, que não seja a falência, para a Fábrica de Chocolates Regina, lamentou um dos dirigentes sindicais que participaram na reunião realizada antontem com o secretário de Estado, Vítor Ramalho.

Enquanto este governante se afirmou disposto a contactar ainda a Secretaria de Estado da Indústria, na busca de uma solução para a viabilização da empresa e a salvaguarda dos postos de trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos decidiu convocar para ontem um plenário na Regina, que deveria terminar com uma acção pública no exterior.

A luta pela regularização dos salários e por

medidas que assegurem o futuro estável da empresa vem desde 1995, mas a gerência da fábrica «continua a pagar as retribuições com atraso, a não garantir a manutenção dos postos de trabalho e não informa com clareza que tipo de negócio está a efectuar quando diz que está em negociações para a venda da Regina» - protesta o STI-AST/CGTP, numa nota que distribuiu à imprensa na semana passada. Segundo as informações disponíveis no sindicato, a dívida conhecida da empresa é de 1,6 milhão de contos; o maior credor é o Estado (804 mil), seguido do BCP (500 mil). Aos trabalhadores e outros credores são devidos mais de 400 mil contos.

CNA denuncia Reforma da PAC é inaceitável

Está neste momento em discussão, em Bruxelas, o pacote de propostas da Comissão Europeia relativo à PAC ainda mais penalizadoras que as contidas na Agenda 2000. Um pacote frontalmente contestado pela CNA que aposta na mobilização dos agricultores contra a reforma da PAC, "recusando as descidas do preço do leite, da carne e cereais e o agravamento da sua já difícil e delicada situação".

Em posição pública, a CNA reafirma, em documento agora divulgado, que as propostas em discussão em Bruxelas são inaceitáveis.

Antes do mais, de forma global, porque:

- São ainda mais gravosas do que as apresentadas na Agenda 2000, Junho/97

- Diminuem os preços de intervenção em 15, 20 e 30% no leite, cereais e carne de bovino

- Premeiam a extensificação e o pousio voluntário

- Renacionalizam parcial-

mente as OCM com a criação de envelopes financeiros nacionais, em que os países mais pobres menos poderão apoiar os seus agricultores, agravando assim as disparidades

- Substituem ajudas ao consumo e preços de intervenção por ajuda à armazenagem privada, criando dificuldades financeiras ao sector cooperativo e seus associados

- Eliminam ajudas diferenciadas aos pequenos produtores

- Baseiam-se em rendimentos históricos



Agricultura portuguesa ameaçada pela PAC

- Desligam as ajudas da produção, favorecendo ainda mais as grandes áreas, grandes proprietários e absentistas

- Inventam uma vaca virtual para servir de referência ao pagamento de prémios, penalizando as pequenas explorações e as produtividades inferiores ao padrão europeu.

Em particular, a CNA sublinha o carácter inaceitável das políticas implementadas em relação aos cereais, leite e azeite.

O documento cita as palavras do comissário Fischler, quando este afirma: "o aumento significativo da quota portuguesa resulta, em grande parte, da abolição das ajudas concedidas aos pequenos produtores, que passarão a receber o mesmo dos grandes". Palavras que a CNA comenta sublinhando que tal política se traduz, explicitamente, "num roubar de ajudas aos pequenos produtores para financiar o aumento de quota para Portugal".

Um conjunto de problemas recentemente abordados quando da comemoração do XX aniversá-

rio da CNA e da inauguração da sua nova sede.

Na intervenção então pronunciada, na presença do ministro da Agricultura, o dirigente da CNA, Joaquim Casimiro, referiu, como questões incontornáveis:

- Não haver novas baixas de preços

- A modulação das ajudas ao rendimento e ao investimento

- Um nível de apoio para as culturas mediterrânicas, vinho, fruta, hortofrutícolas, semelhante ao dos produtos fundamentais no Norte da Europa

- Combater mecanismos para as ajudas ou cotas históricas de produção que obriguem a agricultura portuguesa a ficar cristalizada em termos de produtividade e desenvolvimento tecnológico

- Não dissociar as ajudas da produção agrícola, apoiando mais quem mais trabalha

- Garantir o direito a produzir e a melhorar a produção nacional.

Exigências que impõem a necessidade de "manifestar a nossa indignação, lutar pelos nossos direitos e interesses e exigir que o governo seja, cá e lá fora, intransigente defensor da produção e da economia nacionais, da agricultura e dos agricultores portugueses.

Seguros agrícolas - mais uma calamidade

Milhares de agricultores, particularmente na zona do Douro, estão actualmente a ser chamados para receberem as indemnizações devidas pela perda de produção na campanha 1996/97.

"Para seu espanto e revolta, muitos recebem escassas dezenas ou centenas de escudos", denuncia a CNA, em comunicado agora divulgado.

Uma situação em que se coloca a questão - "Para que então fazer seguros? Para que aderir ao SIPAC - Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas?"

A CNA protesta contra esta situação, considerando "inadmissível que, pelo sistema imposto no SIPAC, à partida sejam logo descontados e não incluídos na indemnização 20% do valor seguro" e lembra que "tal não acontece com outros tipos de seguros (carro, casas, etc.), onde uma pessoa paga o Prémio de Seguro e em caso de ocorrência é indemnizado pelo valor segurado".

A CNA exige que se alterem os critérios de forma a que o seguro "constitua realmente um motivo de segurança e cubra a totalidade dos prejuízos sofridos".

Um mês de luto pela floresta

Dia 21 de Março, Dia Mundial da Floresta, o Partido Ecologista "Os Verdes" iniciou um mês de luto, face "ao estado avançado de delapidação do património florestal, tanto a nível planetário como em Portugal".

Durante este mês, "Os Verdes" irão promover quatro iniciativas, a primeira já realizada, dia 21, na baixa lisboeta, que consistiu numa acção de rua acompanhada de uma exposição fotográfica, alertando para a situação dramática das florestas, em que foi distribuído um documento que sublinha a urgência de uma política verde para a floresta.

Na próxima semana, irá realizar-se um conjunto de audiências para apresentar a proposta de "Os Verdes" relativa a uma intervenção da ONU face ao dramático incêndio que lavra na Amazônia.

A terceira, será uma acção de protesto por causa da destruição iniciada pela Câmara Municipal de Sintra de um pulmão verde localizado na Freguesia de Rio de Mouro.

A quarta, terá lugar em Abrantes e visa sublinhar a oposição de "Os Verdes" à monocultura do eucalipto, assim como as suas reivindicações para uma política florestal sustentável e medidas eficazes de prevenção e combate aos incêndios.

"Os Verdes" exigem, para Portugal, uma política florestal "compatível com o desenvolvimento sustentável, na base das espécies tradicionais e de acordo com as aptidões dos solos; o correcto ordenamento dos espaços florestais e a adopção de medidas preventivas face às situações de risco; o reforço da vigilância e dos meios humanos e materiais

disponibilizados para o combate aos incêndios".

Dia da Árvore assinalado em Lisboa

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Floresta e Dia da Árvore, foram inauguradas, em Lisboa, as novas instalações do "Curso de Formação de Monitores em Educação Ambiental nos Espaços Verdes de Lisboa".

Uma iniciativa - que envolveu também o arranjo paisagístico do logradouro em que o equipamento foi instalado - valorizada pelo vereador Rui Godinho como "um dos muitos projectos pioneiros" no sentido do desenvolvimento sustentável, "conceito às vezes difícil de explicar por palavras mas facilmente entendível quando é assim exemplificado, na obra concreta de requalificação da cidade".

Floresta portuguesa

A área florestal portuguesa era de 3,3 milhões de hectares, cerca de 37 por cento do território nacional, em 1995, segundo dados da Direcção-Geral das Florestas, divulgados pelo INE.

O Instituto Nacional de Estatística considera que o sector se caracteriza pela reduzida dimensão das explorações, "a que acresce a falta de organização a nível associativo e o absentismo dos produtores florestais", sublinhando que "a floresta é todos os anos devastada pelos incêndios".

Os dados do INE indicam que entre 1982 e 1995 arderam 1,2 milhões de hectares de floresta.

Salienta-se o crescimento da área de eucaliptal, de 12 por cento da área florestal total em 1982 para 21 por cento em 1995, tendo nesse período o pinheiro bravo recuado de 41 para 31 por cento.



Encontro da Lavoura do Distrito de Aveiro

Mais de centena e meia de agricultores participaram, dia 22 de Março, no V Encontro da Lavoura do Distrito de Aveiro, promovido pela ALDA - Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro.

Entre os assuntos abordados no encontro, destaca-se as lutas dos agricultores do distrito desde 1995. Em conclusão, a assembleia decidiu "continuar a desenvolver a luta em colaboração estreita

com a CNA, apontando iniciativas no sentido de mobilizar os agricultores em torno das suas aspirações e seus interesses, contra a reforma da PAC e por uma política agrícola que sirva os interesses dos agricultores da região e do país".

Nesta iniciativa esteve um representante da CNA que apelou à unidade de todos os agricultores e à participação para a grande mobilização nacional em Lisboa, que se irá realizar no mês de Abril.



A floresta está ameaçada

Dia do Estudante

Um dia de luta

O carácter elitizante do ensino e a desresponsabilização do Estado são duas tónicas da crítica à actual política de ensino, na Declaração à imprensa da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, por ocasião do Dia do Estudante.

Um Dia do Estudante marcado pelas mais diversas lutas, em véspera da manifestação nacional de estudantes do ensino superior contra a Lei do Financiamento.

A actual situação do sistema educativo português, sublinha a Declaração, "justifica só por si a manutenção do carácter reivindicativo e de luta deste dia".

Num sucinto balanço da actual situação, o documento da JCP começa por referir as dificuldades agravadas do ensino básico e secundário, "fruto da implementação de uma reforma educativa desajustada da realidade das escolas, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de avaliação e acesso ao ensino superior".

Como exemplos do carácter elitizante, gerador de maiores injustiças, das políticas que têm vindo a ser promovidas, o documento refere o sistema de avaliação e acesso ao ensino superior, a possibilidade de cada estabelecimento de ensino superior seleccionar os seus candidatos segundo critérios próprios, o diploma do regime disciplinar, que "mais não vem do que tipificar castigos para os estudantes ditos indisciplinados, presidindo-lhe um espírito de exclusão dos estudantes do sistema".

Quanto ao diploma de autonomia e gestão escolar, "é clara a intenção do governo PS de se desresponsabilizar pelo financiamento das escolas". Ao prever o alargamento de formas de autofinanciamento, este diploma abre caminho para "uma lógica empresarial de gestão das escolas".

Os jovens comunistas denunciam a "situação completamente incomportável" que se vive no ensino superior. Uma situação que a Lei-Quadro de Financiamento não só não resolve como "mantém ou piora".

"A asfixia financeira das instituições, os orçamentos de Estado que não dão resposta às necessidades de desenvolvimento do sistema de ensino superior (cerca de 90% dos orçamentos das instituições são para financiar o pagamento de salários); a falta de verbas para a investigação e desenvolvimento científico; os níveis altíssimos de insucesso e abandono escolar; a falta de condições infra-estruturais e pedagógicas; a quase estagnação do sistema de avaliação das instituições e a clara insuficiência da acção social escolar, quer no número de estudantes abrangidos por bolsas de estudo, quer nos seus montantes médios, quer nos valores quase ridículos dos estudantes deslocados que têm acesso a alojamento em residências ou na clara incapacidade de resposta das cantinas, tanto na quantidade de refeições como na

qualidade dos serviços prestados; os valores altíssimos das despesas que os estudantes e suas famílias têm que suportar para poderem continuar os seus estudos no ensino superior e, por fim, a inexistência de um plano de desenvolvimento estratégico do ensino superior" são alguns

que não se vê "que o ensino seja encarado pelo mesmo como uma prioridade". As leis entretanto promovidas "não têm como objectivo melhorar o ensino mas sim torná-lo mais barato".

Também os jovens comunistas da Madeira afirmam a necessidade de clamar por "medidas mais justas e eficazes para salvar o ensino das terapias de choque que tem vindo a sofrer" e sublinham que "enquanto o nosso ensino for laboratório de testes, e os estudantes considerados como meras cobaias das novas medidas educativas, enquanto o elitismo e a injustiça social servi-

rem de rótulo para critérios de acesso, estamos certos (e a experiência do dia-a-dia tem-nos mostrado isso) de que os estudantes nunca irão descansar e tudo farão para que a sua situação melhore".

A Organização Concelhia da JCP do Seixal refere o carácter de festa da juventude do Dia do Estudante, contrapondo-lhe, entretanto, a necessidade de reflexão sobre "situações bastante negras" na vida de muitos jovens: "são jovens os que começam as aulas com meses

de atraso, que não têm escolas com infra-estruturas capazes de responder às necessidades correntes dos estudantes; são jovens os que não têm acesso ao ensino superior e que não prosseguem os estudos por não terem condições financeiras; são jovens os que procuram o primeiro emprego e acabam por encontrar sempre uma porta fechada; são os jovens os primeiros a serem vítimas dos chamados «recibos verdes», dos contratos a prazo e de despedimentos".

Campanha de afirmação em Ovar

Sob o lema "Sonhar, viver, intervir, construir", o Núcleo de Ovar da JCP iniciou, no dia 24 de Março, uma campanha de afirmação que irá decorrer até ao 1º de Maio.

Nesta campanha serão abordados os problemas concretos da juventude do concelho de Ovar, em particular os problemas relacionados com o ensino secundário, o acesso ao ensino

As mesmas reivindicações, neste Dia do Estudante



Estudantes contestam Lei do Financiamento

O Dia do Estudante foi este ano marcado pelos esforços canalizados para a manifestação nacional contra as propinas, inserindo-se assim num mais amplo processo de luta.

Dia 18, os estudantes da Universidade de Lisboa, reunidos em assembleia magna, aprovaram uma moção apresentando a possibilidade de uma greve nacional, caso a manifestação nacional contra as propinas e por um ensino superior de qualidade, realizada ontem, não seja suficiente para impor a revogação da lei do financiamento do ensino superior.

A assembleia magna aprovou também outras iniciativas, a concretizar dia 31 de Março, dia em que termina o prazo de pagamento da primeira prestação das propinas, com o objectivo de chamar a atenção da opinião pública para os problemas estruturais com que se defrontam as universidades.

Dia 1 de Abril, dia das mentiras, os estudantes de Lisboa vão pagar propinas, enviando ao ministro da Educação uma carta com uma nota emitida pelo banco universitário no valor de 56.700 escudos com a efígie de Marçal Grilo.

No fundamental, as comemorações do Dia do Estudante foram organizadas pelas Associações de Estudantes das faculdades e dos institutos.

dos problemas que os estudantes "à muito tempo apontam e que mereciam uma resposta decidida".

Assim, "se a situação se mantém, se a acção deste Ministério se iguala de forma infeliz à dos passados", a resposta dos estudantes, que a JCP apoia, terá de ser a mesma - a "contestação generalizada a esta política educativa", um "redondo e fortíssimo não!".

Saudação não inclui Governo

A Saudação da JCP de Coimbra a "todas as entidades integradas no ensino em Portugal", não pode incluir o Governo, por-

CDU/Madeira promove encontro sobre saúde

"Serviço Regional de Saúde: que futuro?" foi o tema do encontro promovido pela CDU da Madeira, que decorreu dia 21 numa unidade hoteleira do Funchal e em que esteve presente Silva Santos, médico e docente na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa. Um encontro que se insere no âmbito do projecto Nova Política, Novo Desenvolvimento.

Este encontro, que contou com a presença de representantes da Ordem dos Médicos, do Sindicato dos Médicos do

Sul, do Sindicato dos Enfermeiros da RAM (Região Autónoma da Madeira) e da Escola Superior de Enfermagem, teve como finalidade a análise dos principais problemas que afectam o Serviço Regional de Saúde.

Entre as inúmeras deficiências referidas, ressaltam a enorme pressão exercida sobre o serviço de urgências do principal hospital da região, o Centro Hospitalar do Funchal, que lida diariamente com situações de falsa urgência provocadas pelo deficiente funcionamento dos centros de saúde, e o longo

tempo de espera para as consultas de especialidades.

Na sua intervenção, Silva Santos preconizou uma reforma geral dos serviços de saúde, que passa por três linhas fundamentais: democratização dos serviços (maior participação, não só dos profissionais mas também da população), maior rentabilização dos recursos investidos na saúde e a humanização dos serviços (que permita ao utente ter os cuidados de que necessita no momento em que deles mais precisa).

superior e a juventude trabalhadora.

Referindo questões concretas da região, o comunicado da JCP/Ovar assinala a ausência de estruturas para a prática desportiva em Válega e Maceda e a deficiente qualidade da água que abastece os estabelecimentos de ensino, em particular na sede do concelho e Maceda.

Quanto à juventude trabalhadora do concelho, os jovens comunistas denunciam as crescentes dificuldades no dia-a-dia, devido ao "número crescente de contratos a prazo, aos baixos salários e ainda aos ritmos intensos de trabalho que causam doenças profissionais graves, como é o caso da multinacional Yazaki Saltano, onde recentemente surgiram numerosos casos de tendinites".

Portugal fora do BCE

Portugal não vai integrar o primeiro directório do Banco Central Europeu (BCE). A decisão foi tomada no sábado pelos ministros das Finanças dos Quinze, reunidos em York, na Grã-Bretanha. O BCE, a instituição que vai dirigir a política monetária europeia após a criação da moeda única, terá um directório de seis membros presidido pela Holanda, cabendo à França a vice-presidência. Os quatro vogais que completam o directório serão indicados pela Alemanha, Espanha, Finlândia e Itália. Os mandatos são de oito anos para a presidência e de quatro para a vice-presidência, enquanto os vogais serão nomeados por seis ou oito anos.

10 mil na Bielorrússia contra presidente

No domingo, as ruas da capital da Bielorrússia foram invadidas por cerca de 10 mil manifestantes, que se juntaram para repudiar o presidente Alexander Lukachenko. A iniciativa, realizada no dia do 80.º aniversário da independência do país, serviu para a população demonstrar a sua insatisfação face às medidas do presidente e reclamaram eleições presidenciais em 1999. A nova Constituição bielorrussa, adoptada por referendo em 1996, pôs na mão de Lukachenko quase todo o poder político. Recentemente, o presidente prolongou o seu mandato até Novembro de 2001, embora tenha sido eleito apenas até ao Verão de 1999.

EUA fazem ensaios nucleares

O Departamento de Energia dos Estados Unidos inicia esta semana uma série de ensaios nucleares subterrâneos, com o objectivo de proceder a experiências com plutónio radioactivo. As autoridades alegam que os ensaios não violam o Tratado para a Eliminação Global dos Ensaios Nucleares, mas várias organizações vieram já a público chamar a atenção para a possibilidade de estas experiências poderem incentivar outros países a manterem operacionais os seus arsenais nucleares.

Redução da produção de petróleo

A Argélia, a Arábia Saudita, o México e a Venezuela assinaram,

França

Contestada aliança com Frente Nacional

Os franceses saem à rua, no sábado, contra «a banalização e o enraizamento das ideias da Frente Nacional». Para o Comité Nacional de Vigilância contra a Extrema-Direita, que agrupa cerca de 45 organizações, associações, sindicatos e partidos políticos, esta iniciativa será «um forte sinal dos cidadãos que rejeitam o fascismo em França».

Para os organizadores, trata-se de lutar contra a possibilidade de «no futuro ver os eleitos da extrema-direita, tanto da FN como os seus aliados, decidir a política de educação e formação, a acção cultural, a assistência social, com base em discriminações e em exclusões, no racismo e no ódio».

Este conjunto de manifestações é fruto de um vasto movimento de contestação contra as alianças da direita tradicional e da FN nas eleições para os Conselhos Regionais, e segue-se a outras iniciativas semelhantes que se têm realizado nos últimos dias.

Quatro dias depois de Lionel Jospin considerar que as alianças entre os partidos de direita e extrema-direita constituem «um perigo para a democracia», o presidente francês seguiu a mesma linha e criticou estas coligações, na passada segunda-feira.

Pressionado por uma opinião pública revoltada, Jacques Chirac apelidou o partido de Jean-Marie Le Pen de «racista e xenófobo» e pediu aos seus eleitores para «medirem a sua responsabilidade».

«Estamos num processo que desacredita a França, a sua ima-

gem, os seus valores», afirmou o presidente numa declaração televisiva. «Só posso desaprová-los aqueles que preferiram os jogos políticos à voz da sua consciência. Esta atitude não é digna e pode ser perigosa», acrescentou.

Os resultados do escrutínio são claros e reforçam os números das eleições regionais realizadas na semana anterior: a «Esquerda Plural» - constituída pelo Partido Comunista, pelo Partido Socialista e pel' «Os Verdes» - recebeu 47 por cento dos votos, enquanto os partidos de direita ficaram com 44 por cento.

A contestação atingiu tais níveis que os cinco elementos da UDF que foram eleitos com o apoio da FN e que assumiram o seu cargo foram suspensos pelo seu próprio partido. Na segunda-feira Marc Censi, eleito nos Pirinéus com os votos da extrema-direita, demitiu-se de imedi-



ato, à semelhança da decisão que Jean-François Humbert tomou dias antes, na região de Franche Comté.

Por seu lado, Le Pen viu frustradas as suas intenções de assumir o cargo de presidente da Provenças-Alpes Cote d'Azur, região tradicionalmente de extrema-direita mas que ficou

nas mãos dos socialistas nestas eleições.

As manifestações contra os extremistas da FN pedem aquilo que a maioria dos franceses pretendem: o afastamento da extrema-direita. Cabe agora aos políticos da União Democrática Francesa e da União para a República responder-lhes.

Milão

50 mil pelas 35 horas

Mais de 50 mil pessoas reuniram-se em Milão, na tarde de sábado, para reivindicar a implantação das 35 horas de trabalho. Uma verdadeira maré humana invadiu a baixa desta cidade italiana manifestando-se não só a favor da redução dos horários de trabalho, mas também pela criação de empregos para todos.

A manifestação veio mais uma vez demonstrar o fosso económico que separa o Sul e o Norte, no seio de um país que se prepara para aderir à União Económica e Monetária. De um lado o Sul, mais do que nunca símbolo da pobreza e do desemprego - com uma taxa de desocupados superior aos 20 por cento -, do outro o Norte, exemplo típico da industrialização.

O vento frio que varreu Milão não impediu os manifestantes de continuar a sua marcha e de perseguir os seus objectivos. Os seus problemas são mais fortes. É que, se não têm de lidar directamente com dificuldades económicas, assistem com toda a certe-

za aos problemas dos vizinhos, dos familiares, dos amigos. O desemprego afecta toda a população de uma forma ou de outra.

À cabeça do desfile estava o secretário da Refundação Comunista, Fausto Bertinotti, que fez da diminuição do horário de trabalho um dos pontos essenciais do seu programa político e uma das condições para manter o apoio do seu partido ao governo de centro-esquerda.

«Nesta manifestação, não reivindicamos apenas a redução do horário de trabalho como instrumento da luta contra o desemprego, mas igualmente como meio de enriquecer a própria ideia de vida», afirmou Fausto Bertinotti na ocasião.

O líder da Refundação Comunista qualificou de «reaccionária» a posição da federação patronal italiana, a Cofindustria, ao se opor ao projecto de lei sobre a matéria. «A Cofindustria não aceita o facto que é o Parlamento que faz as leis e não a associação dos industriais», acrescentou.

Rússia

Governo muda para tudo ficar igual

Numa atitude aparentemente inesperada, o presidente russo demitiu o seu governo, na segunda-feira, e assumiu as funções de primeiro-ministro. Pedindo aos ministros demissionários para permanecerem nas seus lugares até à eleição de um novo executivo, Boris Ieltsin nomeou horas mais tarde o novo primeiro-ministro em funções: Serguéi Kiriyenko.

Estas destituições não trazem quaisquer novidades práticas no campo político. Como Ieltsin sublinhou, o governo liderado por Kiriyenko garantirá «a total continuidade» do anterior.

Então, o que levou o presidente

a operar esta mudança de caras? Nas suas palavras, trata-se de «dar mais energia e eficácia às reformas económicas, de lhes dar um empurrão suplementar, um novo impulso». Referindo-se ao governo de Viktor Chernomirdin, Ieltsin disse que «ainda que em geral cumpriu as tarefas a que se propôs, desgrazadamente não conseguiu solucionar uma série de problemas-chave», nomeadamente na «esfera social».

«Faltava-lhe, nos últimos tempos, dinamismo, iniciativa, novas ideias, novas abordagens», explicou. «Resumindo, o país necessita de uma nova equipa, capaz de obter resultados reais, palpáveis».

Chernomirdin, o primeiro-ministro demitido, longe de perder a confiança de Ieltsin, terá como função «concentrar-se no trabalho político, organizar os preparativos para as eleições parlamentares de 1999 e as presidenciais do ano 2000», como explicou em conferência de imprensa.

O Partido Comunista saudou a demissão do Governo, mas decidiu continuar os preparativos para as acções de protesto previstas para o dia 9 de Abril que exigirão «uma mudança imediata do actual curso e a formação de um governo de confiança popular».

Iraque

De bem com a ONU de mal com os EUA

O parlamento iraquiano, reunido em sessão extraordinária no início da semana, votou por unanimidade uma resolução que classifica Bill Clinton e o seu antecessor, George Bush, de «criminosos de guerra» e pede o respectivo julgamento por «crimes de guerra».

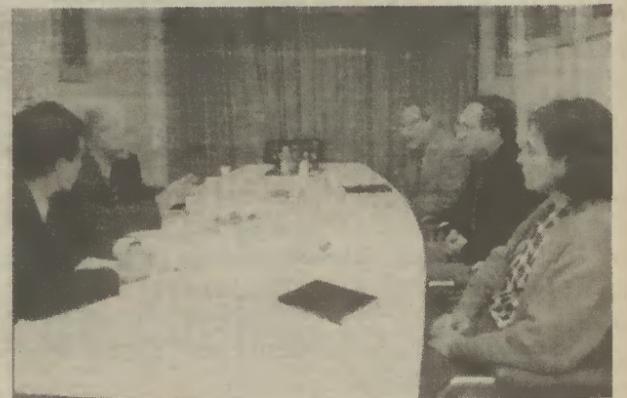
Esta tomada de posição é a resposta iraquiana a uma medida idêntica do Senado norte-americano apelando ao julgamento do presidente iraquiano Saddam Hussein.

Apesar destas trocas de galhardetes, a situação no Golfo é hoje bastante menos tensa do que há um mês. O representante especial do secretário-geral da ONU para o Iraque, Prakasha Shah, encontrou-se há dias com o vice-primeiro-ministro iraquiano, Tareq Aziz, que reafirmou a decisão do Iraque em «prosseguir a sua cooperação com a ONU».

Shah, cuja missão «é fiscalizar todos os desenvolvimentos nas relações entre o Iraque e as Nações Unidas a fim de evitar qualquer escalada», tem como principal tarefa «melhorar a comunicação» entre o governo iraquiano e a ONU.

O clima de desanuviamento permitiu já melhorar as relações entre as autoridades iraquianas e o chefe da Comissão especial da ONU encarregada de desarmar o Iraque (UNSCOM), Richard Butler.

Butler elogiou recentemente o «novo espírito de cooperação» entre Bagdad e a UNSCOM, apesar de ele próprio continuar a ser olhado com desconfiança pelos iraquianos, que o acusam de não ser imparcial e de estar ao serviço dos Estados Unidos.



PCP recebe Alberto Arufe

A convite do PCP, encontra-se de visita a Portugal Alberto Rodriguez Arufe, vice-chefe do Departamento Internacional do Partido Comunista de Cuba.

Arufe encontrou-se com o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e manteve conversações com Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável da Secção Internacional, e Manuela Bernardino, do CC e da Secção Internacional.

Alemanha

SPD e CDU cantam vitória

O resultado das eleições de domingo em Schleswig-Holstein (Norte da Alemanha) traduz a luta renhida que o SPD e a CDU travam enquanto se preparam para a batalha das eleições gerais de Setembro. Os dois maiores partidos alemães conseguem aumentar a sua votação e os Verdes perdem terreno. As posições do eleitorado radicalizam-se.

O SPD tem razões para estar satisfeito: no escrutínio de domingo conseguiu 42,4 por cento dos votos, o que representa um aumento de três pontos em relação a 1994. Mas também a CDU do chanceler Helmut Kohl pode cantar vitória, pois chegou aos 39,1 por cento, conseguindo uma subida, ainda que modesta, em relação aos resultados de há quatro anos (37,5 por cento).

Os grandes derrotados do escrutínio foram os Verdes, que desceram para 6,8 por cento; uma perda de 3,5 por cento atribuída à defesa, em plena campanha eleitoral, de um drástico aumento do preço dos combustíveis.

Coligados com o SPD no governo regional, os Verdes arriscam tornar-se uma ameaça para as pretensões social-democratas a nível nacional.

Em franca expansão neste escrutínio esteve a abstenção, que passou de 30 para 37 por cento.

A leitura do comportamento eleitoral dos cerca de 2,2 milhões de eleitores inscritos em Schleswig-Holstein não é linear, sobretudo se se pretende extrapolar para o que se vai passar nas eleições gerais de Setembro próximo.

O PSD centrou a sua campanha em dois temas que dominam as atenções dos alemães:



As manifestações contra o desemprego continuam a mobilizar os alemães, cada vez mais descontentes com a política económica do Governo

economia e emprego. Mas as respostas a estas preocupações, a nível local, não diferem muito das que vêm sendo aplicadas pela coligação no poder - resolver os problemas orçamentais através da privatiza-

ções, favorecendo a flexibilização dos salários e das condições de trabalho, o que naturalmente não agrada aos sindicatos. A diferença, segundo o responsável local do SPD, Andreas Paust, é que, em contrapartida, o governo regional apoia a criação de pequenas e médias empresas. Resta saber se chega para justificar em Setembro a escolha de Gerhard Schröder para chanceler.

camadas médias e aos investidores com vistas largas, aos criadores de riqueza.

Lafontaine entusiasmou, Schröder nem tanto.

Entretanto, dois dias antes das eleições de Schleswig-Holstein, Helmut Kohl recebeu em Bona o seu homólogo britânico, Tony Blair, na tradicional cimeira germano-britânica. Os dois governantes manifestaram-se em total acordo sobre as questões da actualidade da União Europeia (UE), que dominaram o encontro.

Kohl salientou a «estreita, amistosa e cordial» colaboração entre os dois governos em temas como o futuro alargamento da UE ao Leste, a Agenda 2000 ou a entrada em vigor do euro.

Num encontro com a imprensa, Kohl não se furtou a falar das eleições gerais. Questionada sobre se «a Alemanha precisa de um Tony Blair», respondeu: «não posso saber: nós não temos nenhum Tony Blair».

Contradições

A direcção nacional do PSD tem consciência destas contradições. Num comício em Kiel, durante a campanha eleitoral, o presidente do partido, Oskar Lafontaine, teve a seu cargo o discurso «de esquerda», advogando o aumento do poder de compra, a luta contra o desemprego, a defesa dos trabalhadores e das conquistas sociais. A Schröder coube o discurso da modernização, acenando às

África

Clinton no «berço da humanidade» com negócios na carteira

«Hoje, do Gana a Moçambique, da Costa do Marfim ao Uganda, economias em crescimento estão a alimentar uma transformação em África» - as palavras são do Presidente dos EUA, Bill Clinton, que desde segunda-feira, e durante onze períodos, está a efectuar um périplo africano anunciado como destinado a «pôr no mapa uma África nova».

Para o maior périplo africano da história da diplomacia norte-americana, Clinton não levou mais do que promessas de novas formas de «parceria», mas no discurso presidencial não faltam promessas da sua intenção de contribuir para «acabar com este-reotipos», de forma a que os investidores e comerciantes se interessem pelo continente e o ajudem a integrar-se no movimento de globalização económica. Um «interesse» e uma «ajuda» de reflexos suficientemente importantes na economia dos EUA para justificar a viagem de Clinton acompanhado de uma comitiva de cerca de mil pessoas.

Enquanto no Senado norte-americano continua pendente, à espera de aprovação, uma lei para a promoção de oportunidades e negócios entre os dois continentes, o Presidente vai afirmando que o seu objectivo é conseguir, a nível global, a realização do «sonho» de Martin Luther King: «que todos os homens sejam livres e iguais».

Para Clinton, o «sonho» ganhou pés para andar porque a

África subsaariana mudou na última década, tendo chegado à fase da sua história «em que está disposta a aprender com o passado e a imaginar o futuro», para uma «nova começo».

Para atalhar caminho, os EUA vão dando conselhos: «Para que a prosperidade e a democracia ganhem raízes», há que generalizar os direitos humanos para todos e «erradicar e prevenir a violência». E aprofundar as relações económicas com Washington, naturalmente.

O périplo de Clinton, que começou no Gana, inclui visitas ao Uganda, Ruanda, África do Sul, Botsuana e Senegal.

Aliadas com os interesses na esfera dos negócios estão as preocupações norte-americanas com a defesa. Neste âmbito, as conversações terão o seu ponto alto na África do Sul, onde se espera que Clinton analise com Nelson Mandela a criação de uma força de paz africana. Os dois Presidentes encontram-se no fim-de-semana na Cidade do Cabo, altura em que será pedido o apoio da África do Sul, nomeadamente em termos de treino, à força projectada pelos EUA para intervir em caso de crises no continente africano. A África do Sul preside actualmente à Organização de Unidade Africana.

A criação da referida força de paz, proposta pela primeira vez em 1996 pelo antigo secretário de Estado norte-americano Warren Christopher, conta hoje com o apoio dos governos francês, britânico e norte-americano, e

recebeu já o acordo «de princípio» do conselho de ministros da OUA. Reunido no início do mês em Adis Abeba, Etiópia, o conselho manifestou a sua «gratidão» pela iniciativa.

A concretizar-se, a força de paz interafricana será comandada em conjunto pelas Nações Unidas e pela OUA.

Angola

Conselho de Segurança ameaça UNITA com mais sanções

A UNITA corre o risco de sofrer novas sanções se continuar a não respeitar os acordos de paz de Lusaca. A decisão consta da resolução aprovada sexta-feira, por unanimidade, no Conselho de Segurança da ONU.

A resolução 1157 exorta a UNITA a cumprir «com urgência e sem condições» todos os seus compromissos no processo de paz angolano.

Caso se concretizem, as sanções suplementares tornariam ainda mais problemática a situação do movimento de Jonas Savimbi, já a braços com um embargo aéreo, a interdição de funcionamento das suas delegações no estrangeiro e restrições de viagens dos seus dirigentes.

Nomeadamente, o Conselho «exige que a UNITA cesse de usar manobras dilatórias e de tentar impor novas condições» aos acordos de Lusaca, e cumpra «imediatamente» os compromissos assumidos no respeitante à desmobilização de todos os seus militares e extensão da administração do Estado a todo o território nacional.

A resolução sublinha ainda a necessidade de despartidarização da Vorgan, rádio oficial da UNITA, bem como o desarmamento da população civil por parte das autoridades angolanas.

O novo prazo dado ao movimento de Sabimbi para cumprir as suas obrigações expira a 30 de Abril, a mesma data proposta pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para se proceder à redução progressiva dos cerca de mil efectivos da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

Aparentemente, o Conselho de Segurança parece apostado em que o calendário para a implementação do processo de paz não volte a sofrer mais adiamentos, mas a UNITA continua a esticar a corda na expectativa de mais contrapartidas, designadamente para Savimbi. É o que se infere da decisão da UNITA em rejeitar a institucionalização de Savimbi como líder da oposição. O diploma foi promulgado pelo Governo de Luanda no dia 20, mas a organização do Galo Negro continua a achar insuficientes as prerrogativas dadas a Savimbi.

no fim-de-semana, um acordo que visa travar a descida dos preços do petróleo. Este acordo, que entrou ontem em vigor, prevê a redução da produção petrolífera argelina em 50 mil barris diários, enquanto Riad terá de produzir menos 300 mil barris por dia até ao fim do ano. A Argélia, que produz cerca de 900 mil barris diários, perde actualmente quase dois milhões de contos por dia devido à baixa dos preços.

EUA aligeiram embargo a Cuba

A secretária de Estado norte-americana, Madelein Albright, anunciou, na semana passada, um atenuamento do embargo a Cuba por «razões humanitárias». As medidas referem-se ao estabelecimento de voos directos entre os dois países que transportem religiosos ou elementos de organizações culturais e humanitárias; a diminuição de requisitos para a venda de alimentos a Cuba; e a autorização do envio de dinheiro de imigrantes cubanos. Estes poderão mandar até 1200 dólares anualmente, sem que se saiba se esta medida se refere a cada indivíduo a ou a cada família.

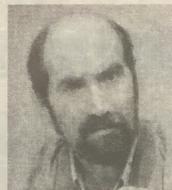
«Racismo não!», dizem belgas

Cerca de sete mil pessoas participaram numa marcha em Bruxelas, na Bélgica, contra o racismo, o anti-semitismo e a xenofobia, na segunda-feira. A manifestação, convocada pela Cooperação Nacional de Acção pela Paz e Democracia e apoiada por diversos sindicatos e associações, serviu para reivindicar o direito de voto para todos os estrangeiros nas eleições autárquicas e a simplificação da burocracia para aceder à nacionalidade belga. Djamel Zahal, falando pela comissão organizadora, considerou «anormal que pessoas que vivem e trabalham no nosso país não possam participar na vida do município». «O sufrágio universal não é mais que parcial na hora actual», afirmou o deputado ecologista Vicent Decroly, pedindo «mais cidadania, mais democracia e sufrágio verdadeiramente universal».

Índia com novo governo

O nacionalista hindu Atal Behari Vajpayee é o novo primeiro-ministro da Índia. Tendo tomado posse na quinta-feira passada, Vajpayee lidera um governo de coligação que reúne 17 partidos e que conta com 42 ministros.

Lino de Carvalho na Conferência Parlamentar sobre os Oceanos



O respeito pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, preservando, designadamente, os conceitos de Zona Económica Exclusiva, Zona Contígua e Mar Territorial, a par da consideração e valorização das diferentes formas de pesca, bem como da adopção de procedimentos de controlo do esforço de pesca, com compensações adequadas a pescadores e armadores, constituem algumas das medidas preconizadas por Lino de Carvalho, deputado à Assembleia da República e do Grupo Unitário da Esquerda Europeia, em relatório por si apresentado no Conselho da Europa, no quadro da conferência parlamentar sobre os oceanos.

Apreciado faz hoje oito dias, em Paris, aquele importante documento subscrito por Lino de Carvalho, na qualidade de relator, para além desse conjunto vasto de medidas concretas, define simultaneamente os princípios a que devem obedecer as orientações de política em matéria de gestão das pescas e as medidas de controlo do esforço pesqueiro.

Defender os recursos biológicos marinhos e intervir no sentido de uma adequada política de pescas, eis, em síntese, as grandes linhas e objectivos que percorrem todo o texto ao longo das suas 40 páginas.

Da importância que estas questões assumem sobretudo para o nosso país falámos ainda muito recentemente nas páginas do "Avante!", por ocasião da divulgação pública do relatório, em conferência de imprensa na Assembleia da República.

Na altura, o parlamentar do PCP não deixou de chamar a atenção para a relevância que o assunto tem para Portugal, pondo em destaque, por um lado, a questão da progressiva escassez de recursos, e, por outro, as crescentes medidas restritivas ao seu acesso, sem falar das pressões sobre os mares territoriais (12 milhas) e zonas económicas exclusivas.

Em vésperas da revisão da Política Comum de Pescas - quando são notórias as pressões com vista à total liberalização do sector, tendo por trás interesses que não escondem a sua ambição de comunitarizar todas as águas, incluindo o mar territorial até às 12 milhas -, ganham, pois, acrescida importância as propostas agora defendidas por Lino de Carvalho, na exacta medida em que podem constituir-se, também, como

Em defesa dos oceanos e das pescas

O relatório elaborado pelo deputado comunista Lino de Carvalho, a solicitação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no quadro da subcomissão de Pescas da Comissão de Agricultura e do Desenvolvimento Rural, tem como base temática a exploração sustentada dos recursos biológicos marinhos. Ao longo das suas 40 páginas, o documento, elaborado com o apoio da Comissão de Pescas do PCP, desenvolve-se em vários capítulos cobrindo um conjunto vasto de temas, desde a questão dos recursos biológicos marinhos, até à protecção do ambiente marinho e ordenamento das zonas costeiras, passando pela gestão e conservação dos recursos de pesca, até aos regimes de acesso aos recursos biológicos marinhos (ZEE, Mar Territorial e Zona Contígua). São alguns dos aspectos essenciais desse documento que deixamos ao cuidado do leitor.

(...)
A importância dos recursos biológicos marinhos

A importância das pescas não pode ser medida apenas pela sua contribuição para o PIB ou através de outros indicadores que são habitualmente utilizados para avaliar os aspectos económicos das diferentes actividades, mas devemos ter em consideração o facto de que os recursos e os produtos da pesca são uma parte fundamental da alimentação e do emprego.

No quadro da alimentação, deve-se referir que em certos países da Europa 40% das proteínas necessárias provêm da pesca, o que corresponde a 15% das despesas com a alimentação da população.

(...)
Se juntarmos à pesca as possibilidades que a aquacultura marinha oferece (peixes, moluscos e crustáceos), podemos estimar que o oceano representava em 1994 (estatísticas da FAO) um recurso explorado em 90,4 milhões de toneladas a nível mundial (84,3 milhões de toneladas pela pesca marinha e 6,1 milhões de toneladas pela aquacultura). No que

factor de esclarecimento no sentido de formar uma opinião e uma consciência internacional que contribua para a defesa dos interesses nacionais e do sector pesqueiro.

Aspectos estes que não puderam deixar de estar presentes na intervenção proferida por Lino de Carvalho, na passada semana, em La Villette, e que se substantiaram no apelo final por si deixado no sentido de ser lançada - quando 1988 foi eleito pela ONU como o Ano Internacional dos Oceanos e em Lisboa decorre a Exposição Mundial tematicamente dedicada aos oceanos - uma "campanha de informação e sensibilização da opinião pública europeia sobre a importância dos oceanos e dos seus recursos".

Intervindo no painel dedicado aos recursos biológicos marinhos, Lino de Carvalho começou por destacar a importância que os recursos pesqueiros nas suas vertentes "económica, social e ambiental" assumem nas políticas do Mar.

Os factores que interferem nos "equilíbrios oceânicos", designadamente o conjunto de "actividades que interagem entre si" com consequências nesse plano - desde o esforço de pesca até ao processo de crescente urbanização nas orlas costeiras com impactes de natureza ambiental -, foi outra das questões por si levantada, a qual, em sua opinião, coloca com grande agudeza a necessidade de "articulação entre as várias disciplinas e instituições que se interrogam e se preocupam com os oceanos".

A resposta a esta necessidade, do seu ponto de vista, a exemplo do que defende também o Conselho da Europa, pode ser a criação de uma "Agência Europeia do Mar". Este "instrumento de articulação", no entanto, terá de possuir adequados meios financeiros e humanos, do mesmo modo que, observa, terá de ser respeitada e valorizada a especificidade e a autonomia daquilo a que chamou os "diferentes subsistemas que operam nos oceanos", como é o caso das pescas.

Protecção dos recursos marinhos exige novas regras e medidas

Foi sobre esta área específica - no quadro da exploração sustentada dos recursos biológicos marinhos - que mais desenvolvidamente se deteve Lino de Carvalho, fazendo notar que o "problema do controlo do acesso aos recursos transformou-se, nos últimos anos, na pedra de toque de toda a política de pescas".

"O relatório da FAO de Março de 1997 e que analisa a evolução das 200 principais espécies marinhas exploradas no mundo realça a rápida intensificação do esforço de pesca e revela um crescimento progressivo da percentagem de stocks que devem ser objecto de medidas de controlo. De uma percentagem de praticamente zero por cento em 1950 passou-se para mais de 60% em 1994. O volume de peixe pescado no mundo passou, entretanto, de 20 milhões de toneladas em 1950 para cerca de 90 milhões de toneladas em 1995", assinalou

A explicação para a evolução operada, segundo Lino de Carvalho, reside sobretudo em duas ordens de razões: "o incremento do esforço de pesca mas também razões de natureza ambiental". Em qualquer dos casos, porém, a situação "não é uniforme" para todos os países ou regiões, explicou, como o não é para todas as frotas e para todos os segmentos de pesca.

Assim sendo, para o parlamentar comunista, importa que as medidas de política em matéria de gestão das pescas e as medidas de controlo do esforço pesqueiro assentem em determinados princípios. Deles falou também, destacando, basicamente, os seguintes:



diz respeito à Europa (Europa Ocidental e de Leste), as mesmas estatísticas da FAO revelam que em 1995 a produção da pesca marinha elevava-se a 11,4 milhões de toneladas e a da aquacultura a 1 milhão de toneladas. A Noruega é o primeiro país europeu em actividades de pesca e de aquacultura marinhas (uma produção total de 2,5 milhões de toneladas), elevando-se as capturas dos países da União Europeia a cerca de 7 milhões de toneladas.

(...)
Os perigos da sobrepesca

O relatório apresentado por ocasião da 22ª Sessão do Comité das Pescas da FAO, em Março de 1997, em Praga, ao fazer a análise da evolução das 200 espécies marinhas mais exploradas mundialmente, põe em evidência a rápida intensificação do esforço de pesca e salienta "um crescimento progressivo da percentagem de stocks que devem ser objecto de medidas de controlo: de praticamente zero por cento em 1950 a mais de 60% em 1994". Preconiza, enfim, "medidas eficazes para controlar e reduzir a capacidade de captura e o esforço de pesca".

(...)
Em todo o caso, o problema do controlo do acesso aos recursos é a pedra de toque de qualquer política de pescas.

Em resumo, a situação actual das pescas europeias exige das autoridades responsáveis pela sua gestão, medidas que permitam futura-

mente uma exploração dos stocks compatível com a renovação dos mesmos e com a sobrevivência e bem-estar das comunidades de pescadores e dos armadores.

(...)
Todas as medidas de gestão que impliquem um ajustamento das actividades das frotas de pesca aos recursos disponíveis em cada ano, devem ser aplicadas com o acordo das organizações representativas dos trabalhadores do sector da pesca e dos armadores, e devem ser acompanhadas de medidas adequadas para responder às consequências sociais.

(...)
Regimes de acesso aos recursos biológicos marinhos
Zona económica exclusiva, Mar Territorial / 12 Milhas e Zona Contígua.
A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 definiu a zona económica exclusiva como uma zona que vai até às 200 milhas marítimas das linhas de base e onde o Estado costeiro tem "direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão de recursos naturais" e exerce a respectiva jurisdição.

(...)
A mesma Convenção definiu também o Mar Territorial como parte integrante do território nacional e, em consequência, atribuiu ao País ribeirinho a soberania exclusiva dessa zona.

(...)
Neste quadro mais se justifica a manutenção do regime existente que limita o acesso às águas do Mar Territorial, defendendo-se o princípio da exclusividade das 12 milhas para as frotas do respectivo Estado costeiro.

Como igualmente se justifica a defesa de um conceito de preferencialidade no acesso aos recursos numa faixa contígua ao Mar territorial,

"Exploração dos recursos compatível com a sua renovação e a viabilização, sobrevivência e desenvolvimento das comunidades piscatórias;

- Descentralização das medidas de gestão adaptando-as à especificidade e à biodiversidade geográfica de cada zona;

- Investigação integrada, no quadro de uma abordagem global dos problemas dos Oceanos e de uma cooperação científica reforçada entre os Estados e os institutos de investigação científica e tecnológica da Europa. Aplicação do princípio de precaução, isto é, tomar em consideração as previsões científicas quando apontem para a sobreexploração dos stocks mesmo com incertezas e falta de informação completa".

Lino de Carvalho defendeu ainda que qualquer restrição de pesca não poder deixar de ser acompanhada por "medidas compensatórias de apoio para pescadores e armadores", considerando, por outro lado, ser necessário que todos aqueles que operam no sector - pescadores, armadores e indústria - "sejam envolvidos na análise dos resultados das investigações".

No que se refere às medidas concretas por si preconizadas, destaca, desde logo, para o que considerou ser o respeito devido à Convenção nas Nações Unidas sobre o Direito do Mar, preservando, designadamente os conceitos de Zona Económica Exclusiva, Zona Contígua e Mar Territorial.

Em relação a este último - onde se concentra grande parte dos recursos disponíveis, das frotas e do emprego -, especificou, "deve o acesso continuar a ser reservado exclusivamente às frotas nacionais de cada um dos Estados", defendendo, por outro lado, no que se refere à Zona Contígua, que "deve ser concedido o direito preferencial de pesca ao Estado ribei-

- 3% a 5% do PIB dos países marítimos europeus resultam das actividades marítimas
- 300.000 pescadores estão directamente envolvidos no sector
- Mais de 100.000 barcos de pesca operam no sector
- Mais de um milhão de empregos estão directa ou indirectamente associados às pescas.
- A «pequena pesca» representa 80% das frotas de Espanha, França, Grécia e Portugal
- Em Portugal, 83% dos desembarques são provenientes dos recursos das águas territoriais, onde é gerado 80% do emprego total da pesca

permitindo cobrir os recursos pesqueiros mais importantes para a viabilidade das frotas costeiras e como zona de controlo e protecção dos recursos.

É de notar que a Espanha estabeleceu recentemente no Mediterrâneo uma zona de protecção pesqueira até às 49 milhas marítimas para o exercício dos direitos soberanos tendo em vista a conservação dos recursos marinhos vivos e a gestão e o controlo da actividade das pescas.

(...)
Investigação haliéutica
A investigação haliéutica é um instrumento essencial de uma política de pescas. Permite identificar os factores que condicionam a evolução dos recursos, avaliar os stocks e pôr em funcionamento modelos que permitam prever a sua evolução.

A investigação haliéutica deve também tomar em conside-

rhino, admitindo, para certos países, quando as especificidades geográficas o justificarem, a possibilidade do seu alargamento até às 50 milhas náuticas".

Já em relação à Zona Económica Exclusiva, na perspectiva de Lino de Carvalho, devem manter-se os direitos de soberania e o exercício da respectiva jurisdição por parte do respectivo Estado costeiro.

Como segunda grande medida por si advogada surge o "respeito pelo Código de Conduta para uma Pesca Responsável", da FAO, a que deve ser acrescentada, disse, a "ideia de comércio responsável".

Em terceiro lugar, no entender do parlamentar do PCP, deve atender-se à "valorização das diferentes formas de pesca", sendo que a pesca de forma artesanal constitui, do seu ponto de vista, "o segmento das frotas com maior importância estratégica", importância essa que advém não apenas pelo contributo essencial que dá para o abastecimento de pescado fresco, como também "pela economia de meios utilizados e pelo emprego que gera", como ainda "pelo contributo para a fixação e estabilidade das comunidades piscatórias", sem contudo deixar de ser igualmente valorizada a pesca comercial e industrial.

Defendidas por Lino de Carvalho - e este foi o quarto item de grandes medidas por si elencadas - foram igualmente várias acções de controlo e de redução do esforço de pesca, entre as quais citou, por exemplo, a limitação de capturas por zona, a contingentação do número de dias de saída dos navios para os mares, a redução das capturas acessórias, o controlo por satélite dos grandes navios de pesca, bem como o controlo do número de licenças de pesca e da duração de pesca, a definição de quotas, ou medidas de protecção da fracção juvenil do stock.

Sublinhando que a Política Comum de Pescas "não tem sido uma história de sucesso", reconheceu, por último, que há, nos países do Conselho da Europa, diferentes modelos de gestão das pescas. Lino de Carvalho alertou, contudo, para as desvantagens de sistemas usados em países como a Islândia - os chamados "direitos individuais de pesca" - por conduzirem à "privatização dos mares", com a concentração monopolista das frotas e por serem inaplicáveis nos casos de pescarias multiespecíficas".

ração a relação cada vez mais estreita entre a pesca e o ambiente, particularmente nas zonas costeiras que apresentam problemas específicos. Estas zonas são o local privilegiado da prática da pesca artesanal.

(...)
A investigação das pescas, além da componente biológica, deverá contar também com o apoio científico sobre a tecnologia das pescas e do pescado, do ambiente, da sociologia, da economia e com a opinião e experiência de pescadores e armadores mas de qualquer modo deverá estar sempre associada ao organismo governamental com a responsabilidade das pescas.

O importante é que:
- A investigação se realize e se desenvolva orientada para as pescas e para os recursos pesqueiros.

- A obtenção de informação e de dados necessários seja intensificada e melhorada.

- A informação seja levada ao conhecimento e analisada, em tempo útil, por todos os interessados.

- Os recursos financeiros e económicos para o desenvolvimento e para a formação e aperfeiçoamento dos investigadores e técnicos sejam disponibilizados e não reduzidos.

- Os recursos humanos sejam adequados ao preenchimento de quadros científicos e técnicos promovendo-se o recrutamento de novos elementos considerados necessários.

Da protecção dos oceanos ao avanço da ciência

A Conferência Parlamentar sobre os Oceanos realizada faz hoje oito dias em La Villette, Paris, por iniciativa do Conselho da Europa, desenvolveu-se em três painéis temáticos. Após a sessão de abertura, na qual interveio Mário Soares, na qualidade de presidente da comissão mundial independente sobre os oceanos, iniciaram-se os trabalhos sobre o primeiro tema, subordinado à protecção dos oceanos e cooperação internacional. A questão dos recursos biológicos marinhos foi o segundo tema proposto à discussão dos participantes num painel em que interveio o deputado comunista Lino de Carvalho, que apresentou o relatório sobre esta matéria por si elaborado a pedido da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Neste painel intervieram também os ministros da Agricultura e Pescas da França e da Islândia. Os maiores desafios da ciência e tecnologia do mar na Europa foram, por sua vez, o tema que preencheu o terceiro painel, no qual intervieram o ministro português da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, e o deputado Pedro Roseta.

Está, entretanto, já agendada uma outra reunião, na sequência desta Conferência Parlamentar, a realizar em Lisboa, em 31 de Agosto e 1 de Setembro, após o que, em Setembro, em sessão plenária do Conselho da Europa, haverá lugar ao debate e votação final do relatório elaborado por Lino de Carvalho, no âmbito do Ano Internacional dos Oceanos.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP tem já agendado para o próximo dia 27 de Abril, na Assembleia da República, um colóquio sobre os recursos pesqueiros.

- A investigação se possa realizar, desenvolver e ser divulgada com independência e responsabilidade.
- a colaboração se concretize entre institutos, organismos científicos e universidades associados directa ou indirectamente à pesca.

Protecção do meio ambiente marinho e planeamento da costa

A zona costeira, que compreende a costa, a superfície continental e os mares regionais, denominado litoral no sentido geográfico do termo, é uma zona frágil e em constante evolução. A produtividade biológica do litoral é muito importante e é também local de uma intensa actividade humana: pesca, aquacultura, cabotagem, indústrias portuárias, turismo. Recebe as águas carregadas de contaminantes (dejectos urbanos, agrícolas e industriais), drenadas pelas bacias vazantes dos rios e reunidas em direcção aos estuários.

(...)
É necessário compreender o conjunto de fenómenos físicos, químicos e biológicos que condicionam a evolução do litoral, em particular a evolução da sua morfologia e dos ecossistemas que aí se desenvolvem e que, por exemplo, podem conduzir à erosão de uma costa ou à proliferação periódica de algas, por vezes tóxicas, que representam um verdadeiro prejuízo para a aquacultura e para o turismo.

(...)
A protecção e o planeamento do litoral são indispensáveis à escala europeia e devem ser tomados em conta nas políticas de planeamento do território, designadamente na perspectiva das alterações climáticas apontadas para as próximas décadas.

(...)
Uma política de planeamento das costas deverá também ter em consideração a necessidade de sanear o meio costeiro, eliminando as fontes de poluição industrial ou urbano.

Deve também respeitar o ambiente, muitas vezes desfigurado por um urbanismo descontrolado.

(...)
O Conselho da Europa, numa resolução votada em 1993, convidou os Estados membros a constituir uma Agência Marítima Europeia, encarregada de coordenar iniciativas que contribuam para que a Europa consiga atingir progressivamente uma concepção coerente de uma política marítima, definindo os seus objectivos e os meios necessários para os atingir, no quadro de uma necessária abordagem interdisciplinar e intersectorial.

■ JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Os trabalhadores precisam deste Partido

DAS ORIENTAÇÕES mais relevantes que incorporam as conclusões do Comité Central do PCP, na sua reunião de 14 e 15 de Fevereiro, destacam-se a acção para o reforço da organização junto dos trabalhadores, a priorização de uma linha de luta reivindicativa e iniciativa política, a defesa activa de uma política de desenvolvimento e de emprego com direitos e de uma justa repartição do rendimento nacional.

A situação actual e o grau da ofensiva aos direitos e interesses dos trabalhadores reclamam um Partido de luta e de proposta, reforçado e dinamizado a partir de um novo impulso militante. É que o Governo PS, embora de forma e com estilo diferentes, insiste e persiste na desvalorização do trabalho e dos trabalhadores procurando, ainda que de forma doseada, desregular e minar alguns fundamentos do direito do trabalho.

Situemo-nos em factos e afirmações

O Governo proclamou que havia crescimento económico, propagandeou a descida do desemprego, acentuou o seu discurso, a sua consciência social respeitadora dos direitos laborais. Parece que há crescimento económico e ganhos de produtividade. Quem ganhou com isso? Decreto que não foram os trabalhadores, referindo como exemplo a imposição unilateral dos 2,75% de aumento salarial para a Administração Pública e mais umas décimas para o Salário Mínimo Nacional. O ministro Cravinho desmentiu recentemente, em Bruxelas, o que o Governo vinha dizendo em Portugal sobre a realidade do desemprego, apanhado na contradição de querer "sol na eira e chuva no nabal". Ferro Rodrigues anuncia para breve a fórmula como o Governo quer paulatinamente pôr em causa o carácter universal da Segurança Social, começando por empurrar para fora do sistema os descontos mais elevados, há muito aguardados pelas seguradoras privadas.

Pina Moura, recém-promovido a ministro da Concertação, resolve apresentar aos parceiros sociais uma espécie de europacto, articulado com uma imensidão de medidas e iniciativas legislativas que resultam do "congelado" Acordo de Concertação Estratégica e do trabalho de "capelha corporativa" da tristemente célebre Comissão de Acompanhamento.

Não direi que o homem trocou Marx por Maquiavel, mas vale a pena ver no concreto como é que quer fazer a coisa.

Sabido que, com grande grau de probabilidade,

Portugal vai entrar no primeiro grupo do Euro, a anunciar pelas instituições comunitárias em 3 de Maio, haveria que, em primeiro lugar, envolver os parceiros sociais na co-responsabilização das implicações do Euro e, em segundo lugar, como um pouco de propaganda ajuda sempre, montar-se-ia em cima da data um daqueles actos públicos que, na gíria sindical, é caracterizado por mais um "tchin-tchin" concertacional.

Sobre a questão do Euro, o movimento sindical vai colocar-se, decerto, uma solução construída à força, porventura irreversível. O que não pode ser esquecido é que foi Maastricht, retocado em Amsterdão, que determinou o caminho e configurou toda uma construção europeia determinada para servir os interesses do grande capital multinacional e pela secundarização da coe-



são económica e social e do emprego, ou seja, se esquecêssemos as causas e as origens (e também as responsabilidades de cada governo concreto) isto levaria ao engano os sindicatos ou, pior, os trabalhadores, quanto às consequências de todo este processo. Decerto que num quadro contraditório, a CGTP não abdicará, em nenhuma sede, de lutar pelas suas propostas na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. Afirmou-o na reunião da sua Comissão Executiva sem omitir que "os trabalhadores e os povos da Europa já pagaram e vão continuar a pagar um preço muito elevado neste processo porque a Moeda Única foi construída à custa da secundarização da coesão económica e social da União Europeia".

O problema maior do ministro da Economia era o de saber como articular este projecto de europacto com as medidas, algumas delas bem gravosas, que incorporam o Acordo de Concertação Estratégica. Então... pronto! Acaba-se com a Comissão de Acompanhamento, aproveitasse o seu trabalho e o Governo chama a si a responsabilidade da iniciativa legislativa. Tal atitude repõe não só aquilo que política e institucionalmente nunca devia ter acontecido, designadamente quando o Governo abençoou aquela aberração corporativa. Mas, e os conteúdos dessas iniciativas? Só no plano laboral são vinte medidas e propostas de lei.

Os títulos obrigam a visitar o Acordo Estratégico e lá se encontra o que se pretende: alterar a Lei da Contratação, o lay-off, o conceito das férias, legalizar e alargar a

precarização, dar às associações patronais poderes de participação na elaboração da legislação laboral, que os constituintes recusaram, criar uma malha de contenção nos processos negociais.

Estilo pacote laboral? Nem pensar! Faseadas, intercaladas com uma ou outra peça que nem é má, jogando com a possibilidade de os trabalhadores estarem distraídos com o deslumbramento da Expo'98, com a dramatização do debate sobre o referendo da interrupção voluntária da gravidez, com a encenação da direita em torno das leis eleitorais.

Talvez o Governo, como outros anteriores, se engane. Certo e sabido é que mais uma vez vai ser a luta a influenciar não só o tempo e o modo como os desfechos legislativos. As engenharias concebidas por quem julga ser possível prever reacções e acções por antecipação podem ter efeito mediático, mas não duram sempre. A vida dirá.

Partido de luta e de proposta

Ao contrário do que faz o Governo PS, o PCP, tanto na sua acção política geral como na Assembleia da República, de uma forma combativa, consequente e responsável, continua a bater-se pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Fê-lo quando tomou a iniciativa legislativa da redução do horário de trabalho para as 40 horas, sobre a legitimidade da intervenção das associações sindicais nos processos jurídicos, sobre o fim da discriminação dos jovens no Salário Mínimo Nacional dá-lhes expressão concreta, quando ainda hoje, na Assembleia da República, continua a ser a porta mais franqueada às organizações dos trabalhadores, reformados, estudantes e agricultores. Mas também, e fundamentalmente, constitui na vida política nacional e no espectro das forças partidárias mais significativas a voz e a força ímpar que anima e dá confiança aos trabalhadores, como se provou na luta pelas 40 horas, que tem rosto e protagonismo generoso e militante nos têxteis, na Cabos Ávila, nas minas de Aljustrel ou da Somincor, nos ferroviários, na Carris, na Sodina (ex-Renault), nos EFFAs, na Administração Pública, na Gás Portugal, na construção e nos cimentos, nos rodoviários, na Central-Cer, no movimento sindical e nas comissões de trabalhadores.

Os trabalhadores precisam deste Partido. Também este Partido precisa dos trabalhadores que, com outros sectores da sociedade, com homens e mulheres de esquerda, serão a parte constitutiva que há-de possibilitar e abrir caminho a alternativas políticas reais onde pesem e contem as aspirações e o direito do trabalho direccionados para a concretização de um projecto de esquerda e de poder.



Em defesa do associativismo popular



■ António Filipe

O estatuto do dirigente associativo voluntário, proposto pelo PCP e já aprovado na generalidade na Assembleia da República, será debatido em breve na especialidade. Trata-se de uma iniciativa cuja aprovação final, a concretizar-se, representaria um acto de elemental justiça para com o associativismo popular, tendo em atenção o valor inestimável do trabalho que milhares de dirigentes associativos prestam diariamente ao povo português.

Em Maio do ano passado, a Assembleia da República aprovou na generalidade - com os votos favoráveis do PCP e do PEV e as abstenções dos restantes partidos - o Projecto de Lei do PCP sobre o estatuto do dirigente associativo voluntário, que baixou para discussão na especialidade à Comissão de Direitos, Liberdade e Garantias. Recentemente, esta Comissão deliberou constituir um grupo de trabalho para iniciar essa discussão, o que abre perspectivas de um desfecho a curto prazo deste processo legislativo. Qual o sentido desse desfecho, dependente, como é óbvio, da vontade maioritária da Assembleia da República, saber-se-á em breve. O PCP bater-se-á para que o conteúdo do seu projecto seja integralmente consagrado em lei.

O Projecto de Lei do PCP prevê, em breve síntese, a criação de condições para que os dirigentes associativos voluntários que trabalhem por conta de outrem possam dispor de alguma disponibilidade de tempo para dedicar, a título gratuito, às suas associações. Prevê, designadamente, a justificação de faltas ao emprego por motivos relacionados com a actividade associativa, dentro de limites razoáveis (sem perda de remuneração no caso da função pública); a bonificação fiscal de empresas que decidam assumir encargos remuneratórios decorrentes dessas faltas; bem como um regime especial de marcação de férias de acordo com necessidades de trabalho associativo.

A disponibilidade que este Projecto visa conferir aos dirigentes associativos não pode de forma alguma ser considerado exagerado, muito menos injustificado. Não se trata de conceder benefícios pessoais, nem sequer de dar aos dirigentes associativos mais tempos de lazer ou de convívio familiar, que aliás bem mereçam. Trata-se apenas de criar condições para que alguns dirigentes associativos possam trabalhar mais, e gratuitamente, em benefício de toda a comunidade. A criação do estatuto legal do dirigente associativo voluntário que o PCP propõe, é um acto de justiça, não apenas para com os dirigentes, mas para com o movimento associativo que insistentemente o reivindica.

O associativismo popular, composto por milhares de associações do mais diverso tipo, onde avultam as colectividades de cultura, desporto e recreio, presta um serviço de valor inestimável ao País, garantindo a centenas de milhares de portugueses condições de acesso à prática desportiva, à fruição cultural, à educação, à ocupação de tempos livres, ou a serviços de acção social. Na falta de uma lei-quadro do apoio ao associativismo, que o PCP insistentemente tem proposto perante a oposição dos partidos que têm alternado na governação do País, o apoio dos governos ao movimento associativo tem sido inexpressivo e determinado regra geral por compadrios ou objectivos eleitoralistas, de que são exemplo os célebres cheques dos governos civis em momentos eleitorais.

Assim, as associações que insistem em manter-se activas, apesar de todas as dificuldades, deparam com uma situação de enorme iniquidade. Sobrevivem à custa do enorme esforço dos seus activistas e dirigentes, são sustentadas pelas contribuições dos seus associados ou das

comunidades em que se inserem, através das autarquias ou de alguns donativos obtidos junto de empresários locais, e apesar do valioso serviço que prestam, pagam ao Estado para existir.

O estatuto de utilidade pública, vinte anos passados sobre a sua aprovação, tem hoje um valor puramente simbólico e irrelevante quanto ao apoio material que confere. Uma banda de música tem de pagar ao Estado 17% de IVA pelos instrumentos musicais que adquire, apesar do sacrifício que essa aquisição normalmente traduz e do fim mais que meritório a que se destina. Uma colectividade que faz uma recolha de fundos entre os seus associados e amigos para construir uma sede social, vê escoar pela porta das Finanças uma parte significativa do seu esforço. Ou seja: o associativismo substitui-se ao Estado em muitas das suas funções sociais e não obtém da parte deste um estatuto legal minimamente favorável ao desenvolvimento das suas actividades. É de elemental justiça alterar profundamente esta situação.

O movimento associativo popular, em toda a sua dimensão e diversidade, tem raízes profundas na História do nosso povo, assumindo-se como uma das suas mais notáveis criações. Tendo-se desenvolvido, em muitos casos, a par do movimento operário, contribuindo para a elevação da consciência social dos trabalhadores e das suas famílias, dinamizando a participação cívica, ajudando a superar carências educativas, o associativismo traduziu sempre nas suas actividades um exercício de liberdade que nem o fascismo conseguiu liquidar. E constitui, ainda hoje, não apenas uma expressão de profunda vivência democrática do povo português como um espaço de aprendizagem de vida colectiva, de solidariedade humana e de valores democráticos fundamentais.

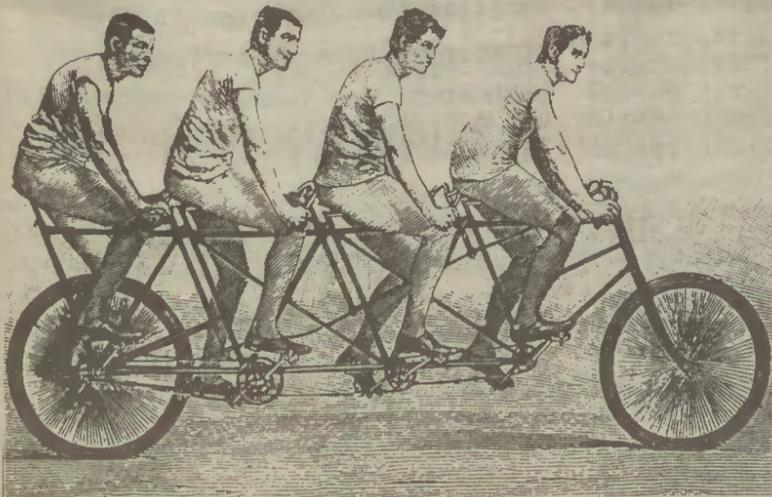
Na Assembleia da República, só o PCP tem lutado insistentemente pelo reconhecimento legal da importância do associativismo popular, não apenas em palavras mas no concreto, através da consagração de um quadro geral de apoios às suas actividades. As propostas do PCP para o associativismo assentam no conhecimento real dos problemas vividos pelas

associações, reflectem uma séria vontade de contribuir para o seu fortalecimento, e são parte integrante de um património de trabalho muito mais vasto e valioso que é a contribuição de sempre dos comunistas no desenvolvimento e na acção do movimento associativo popular.

O PCP e o movimento associativo compartilham as profundas raízes populares. Compartilham grandes objectivos comuns, de contribuir para a democratização da cultura e do desporto, para a criação e o desenvolvimento de laços de solidariedade, para o bem-estar e a emancipação social do povo português. O associativismo teve no passado um papel de relevo na luta pela conquista da democracia e continua a ter no presente um papel relevante na afirmação de valores democráticos. A actividade voluntária dos dirigentes associativos continua a ser um exemplo, num mundo que alguns querem crescentemente competitivo e desumanizado.

Não admira, pois, a estreita relação de sempre entre os comunistas e o movimento associativo. Quantos foram - e são - os comunistas que, dedicando muitas horas da sua vida e muitas das suas energias ao desenvolvimento do movimento associativo, contribuíram - e contribuem - de forma notável para a afirmação de valores que sempre nortearam a acção comunista, e para o prestígio do seu Partido? E quantos foram - e são - os cidadãos que se tornaram comunistas pelo reconhecimento desse exemplo e por reconhecerem no PCP o Partido que, pelos seus ideais e pela sua prática, mais se identifica com os valores que são caros ao associativismo popular?

No momento histórico que vivemos, em que o domínio do grande capital procura impor o egoísmo, a competição desenfreada e o conformismo social como valores dominantes, o movimento associativo depara com novas e grandes dificuldades, mas adquire uma importância que não é menor do que a que teve no passado. O movimento associativo é - e deve ser cada vez mais - terreno privilegiado de luta pela democracia, e como tal, terreno privilegiado de luta e de acção dos comunistas.



AMI

O rolo compressor

O Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI) continua envolto numa aura de mistério, que lhe foi conferido pelo secretismo em que decorreram as negociações que o moldaram. Mas essa aura de mistério dissipou-se lentamente para dar lugar à estupefacção e reacção contra a filosofia que lhe está subjacente e o alcance nocivo das suas medidas.

Cerca de quatro meses após o grito de alerta lançado em Paris pelos meios culturais franceses e o eco feito pelo PCP, em Portugal, com o pedido de realização de um debate na Assembleia da República, a discussão chegou ao Parlamento Europeu (PE).

Esta conversa decorreu no dia (11) em que o PE votou uma resolução apelando à não assinatura do AMI. Uma jornalista e um economista, com a característica de partilharem interesses literários e políticos, num encontro em que cada um abordou o AMI pelo lado que lhe era mais próximo.

Como é que a existência das negociações deste Acordo se torna pública e começam todas as movimentações?

Aline Pailier - Tal como a maioria das pessoas, eu fui alertada em 1996, após a publicação de um artigo no Figaro, que dizia que o governo francês - na época estava Juppé no governo - negociava o Acordo Internacional AMI. Era a primeira vez que ouvíamos falar em tal coisa e, face aos perigos que se esboçavam, começámos a recolher informação. Logo de seguida, reagiram os meios culturais, que se encontravam mobilizados para este tipo de coisa desde as negociações do GATT, ao aperceberem-se de que este acordo iria pôr em causa os direitos de autor, a propriedade intelectual, a chamada "excepção cultural".

Trabalhou-se com juristas, começou-se a alertar as pessoas. Por seu lado, as sociedades de autores e principalmente os cineastas estão verdadeiramente mobilizados a fazer apelos sobre as consequências do AMI para a cultura, mas também para avisar dos perigos para os direitos sociais e ambientais. Paralelamente, o Observatório da Mundialização, que envolve muitos dos nomes que escrevem no Monde Diplomatique, organizou uma conferência no Senado em Dezembro de 1997, para a qual convidaram Jack Lang, que é presidente da comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional francesa. É neste dia que Lang descobre tudo, pois ele não conhecia absolutamente nada. E foi nesta altura que se desencadeou a grande reacção em todos os meios de comunicação social, com toda a gente a perguntar-se sobre o que é que se estava a passar.

O ministro da Economia, que negocia o Acordo com os seus funcionários, disse ao início que não era perigoso, que não havia problema. Quando o primeiro-ministro Lionel Jospin viu esta movimentação, exigiu um inquérito em todos os serviços para saber as consequências do AMI em cada Ministério. Isto foi há dois meses. É extraordinário, pois ninguém, à parte o ministro da Economia, tinha conhecimento. E hoje ele recua.

O cúmulo do secretismo atingiu-se há cerca de um mês, quando o ministro francês do Interior, aquando da conferência de imprensa de 10 de Fevereiro dos cineastas, disse que não conhecia o documento. Ele pediu à Sociedade de Realizadores de Filmes (SRF) que lhe enviassem o projecto por fax. Mas ainda são 200 páginas! E a SRF disse que não o podia fazer. Então ele enviou um estafeta para ir buscar o documento. O ministro do Interior do actual governo não sabia nada!

Sérgio Ribeiro - Queria acrescentar uma coisa ao que a Aline disse a propósito do início do movimento contra o AMI. Há uma outra fonte neste movimento, que são os países periféricos da OCDE, como a Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Não tanto a um nível cultural, como em França, mas a nível económico, enquanto países da periferia que se sentiam arrastados por este processo. Isto deu origem a um movimento de



grande importância que converge, aqui no "centro", com o que se passa em França e que parte de um governo, e sobretudo dos intelectuais e de meios artísticos, o que me parece importante.

E em Portugal o primeiro-ministro e seus colegas de governo estão ao corrente do que se passa?

SR - Acho que pelo menos agora devem estar. Não sei se estavam há umas semanas, mas agora de certeza que sim, pois fizemos muito barulho em Portugal. Penso que também tivemos reacções muito importantes por parte de alguns intelectuais, como o artigo de José Saramago, além de outras coisas que começam a fazer-se notar, mas sem a amplitude que houve em França. Há ainda movimentação no seio da Assembleia da República, há movimento com expressão um pouco por toda a parte.

Acham que eles adoptaram este "low profile" por acharem ser um assunto essencialmente técnico, e que não valia a pena incomodar as pessoas?

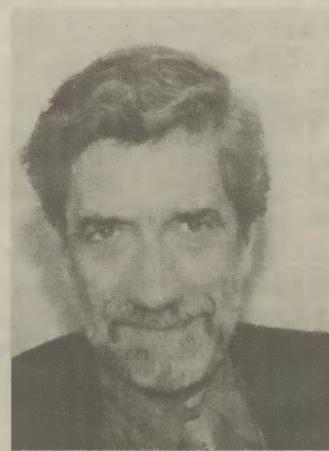
AP - Há aqui duas coisas. Não sei como é em Portugal, mas em França e noutros países europeus há um mau hábito de deixar aos peritos, seja funcionários de ministérios seja gente do exterior, a preparação da negociação. E dá-se-lhes confiança porque somos incompetentes, ou porque não temos tempo, mas por mil razões acabamos por confiar. Ora estes peritos são sempre os mesmos. No governo francês são os mesmo que negociaram pelos governos de direita. Mas não

podemos ter uma sociedade democrática que se baseie apenas no parecer de peritos, que não são eleitos, a quem nem sequer conhecemos o nome, e a quem não são pedidas contas. Isto é uma primeira razão. A segunda razão é para mim a mais grave. Ideologicamente, penso que o Ministério da Economia, independentemente do ministro e do governo, é um Ministério que está numa passada liberal, que não a põe em causa e a defende. Acho que isto é uma vitória ideológica do liberalismo.

O que achas das razões apresentadas pela Aline?

SR - Há muitas razões. Por exemplo, por que é que o AMI não foi

negociado no seio da OMC, como se pensou inicialmente? Porque no interior da OMC há cento e tal países, os quais poderiam levantar problemas, nomeadamente os do chamado Terceiro Mundo. Enquanto que se isso for feito apenas ao nível da OCDE, que tem vinte e nove países, que são os países mais desenvolvidos, a coisa é mais pacífica. Outro aspecto que também me parece importante é que na redacção das negociações não estão simples peritos. São peritos com ligações e relações com os grupos e empresas transnacionais. Outra coisa ainda é o papel da Comissão Europeia. A Comissão é um órgão muito importante em toda esta política. Há um grupo de comissários que está por detrás de todos



“A Comissão é um órgão muito importante em toda esta política. Há um grupo de comissários que está por detrás de todos estes

movimentos, gente que salta das transnacionais para a Comissão Europeia, da Comissão Europeia para as transnacionais, fazendo a ponte.”

estes movimentos, gente que salta das transnacionais para a Comissão Europeia, da Comissão Europeia para as transnacionais, fazendo a ponte. Atrás da Comissão está o G-7, o G-8, ou sei lá o quê, há os grupos transnacionais e o capital transnacional com toda a sua influência. Em Portugal, aplica-se o mesmo que a Aline disse sobre os responsáveis pelas negociações. São peritos e técnicos, com uma ideologia ultraliberal, integrados nos ministérios das Finanças e da Economia que estão totalmente de acordo com isto tudo.

Por que é que os meios culturais reagiram com tanta força?

AP - Basta olhar para as consequências deste acordo para a cultura. No AMI é recusado tudo o que possa aparecer como uma barreira ao

“Na História há queixas de Estados contra Estados, mas aqui serão empresas privadas que poderão levar os Estados à justiça. Está previsto no texto do AMI que um investidor possa processar o Estado, que um Estado possa processar outro, mas em caso algum um Estado poderá processar um investidor. É, no mínimo, extravagante.”



■ Daniel Rosário

do liberalismo

investidor. O direito de autor, por exemplo, confere ao autor, seja de um filme, de uma escultura ou de um texto, direitos económicos que lhe permitem obter dinheiro com as suas obras. Mas também lhe dá um direito moral muito forte que estabelecerá que um filme seu, por exemplo, não seja aproveitado para fins publicitários, e que ele pode preferir que o mesmo não seja difundido. Ou que a sua obra não possa ser exposta em tal exposição, etc. Isto é, cabe sempre ao autor a última palavra em relação à utilização de um trabalho seu. Para o AMI, uma obra de arte também é um investimento, o que significa que um autor não pode vir dizer que não quer que a sua música seja tocada em determinada manifestação política. Isto é uma barreira ao investidor pois ele não vai poder obter dinheiro proveniente do investimento que fez na obra de arte, o que significa que o produtor, aquele que paga, teria todos os direitos.

E o mesmo aconteceria com o nosso sistema de apoio ao cinema, que faz com que ele ainda exista e que ajude outras cinematografias, como a africana, a portuguesa e até mesmo filmes independentes americanos. Este sistema de ajudas passará a ser considerado ou como um entrave, e acabam as ajudas, ou então, todas as ajudas atribuídas a filmes franceses e africanos devem ser feitas à mesma escala a um filme de Hollywood que, a priori, não precisa desta ajuda.

Deixa-se de poder optar por uma determinada cinematografia, nacional ou de países com dificuldades e tem que se dar estas vantagens a todos os filmes. O que significa o fim da ajuda do cinema europeu, a morte do cinema europeu em proveito do cinema de Hollywood.

As consequências do AMI não são apenas "culturais"...

SR - De forma alguma. O que eu penso do que a Aline acaba de dizer é que se pode reduzir tudo a uma perspectiva: toda e qualquer produção resulta de investimentos e todo o produto é considerado mercadorias. Seja qual for o produto, seja qual for a produção. Isto pode resumir as coisas. Qualquer produção, seja ela de batatas, estaleiros navais, armas, livros ou filmes, é produção resultante de um investimento e tudo passa a ser tratado no mesmo plano, sem qualquer diferença. Esta é a filosofia que está por detrás de tudo isto. Quando digo que o problema não se refere apenas aos produtos culturais é porque há outros produtos que não são culturais, também muito importantes para a sociedade, ligados à saúde, à educação e a outros aspectos essenciais da vida das pessoas que passam a ser tratados como mercadorias, como fruto de investimentos. Quem quiser saúde tem que pagar, é o resultado lógico desta filosofia. Não são direitos, não temos direito à cultura, nem à educação, nem à saúde, teremos o acesso caso tenhamos os meios para adquirir os produtos em causa, que são meras mercadorias. É esta a filosofia que está por detrás do AMI.

O interessante é que quando esta filosofia atinge os meios culturais e artísticos há uma reacção muito importante para o denunciar. No entanto, não devemos lutar apenas por excepções culturais, devemos lutar contra esta filosofia, esta lógica. Eu sinto-me um homem de cultura, mas coloco ao mesmo nível de importância para as pessoas as questões ditas culturais e também as questões de saúde.

Este acordo tem a particularidade, em coerência, aliás, com a sua filosofia de "primado do investimento" de considerar legislações existentes de carácter social ou ambiental como "obstáculos". O que acontecerá a estas coisas?

AP - Se o acordo for assinado, desde que haja "obstáculos", o investidor poderá processar um Estado. Por exemplo, em países com zonas de elevado desemprego, os Estados por vezes impõem como condição à instalação de uma empresa que empregue uma determinada percentagem de jovens dessa área. Agora, o Estado ou deixa de fazer isso ou a empresa terá o direito de exigir um reembolso, pois as exigências do Estado serão encaradas como um obstáculo. O mesmo, naturalmente, no caso de haver greves. Tudo com o argumento de que se "perderam lucros"...

Por outro lado, os serviços públicos poderão ser considerados como um entrave, pois uma vez que têm uma "missão" pela qual recebem vantagens, as outras empresas terão direito a exigir as mesmas vantagens. Mas não se pede nada em troca. É verdade que as empresas públicas usufruem de benefícios. Mas é precisamente por serem públicas, ou seja, exige-se-lhes uma contrapartida, que prestem um serviço público. Aqui não.

Na História, há queixas de Estados contra Estados, mas aqui serão empresas privadas que poderão levar os Estados à justiça. Está previsto no texto do AMI que um investidor possa processar o Estado, que um Estado possa processar outro, mas em caso algum um Estado poderá processar um investidor. É, no mínimo, extravagante.

SR - No AMI, as únicas situações em que o Estado pode colocar obstáculos é no caso de haver problemas de ordem pública. Há também aqui uma parte ideológica muito importante. Se há uma manifestação, o Estado pode intervir por forma a restabelecer a ordem pública e, aí sim, pode ter o aspecto repressor, enquanto o capital financeiro se põe de lado. Aqui o Estado é chamado a cumprir o seu dever. Fica-lhe reservado o papel de polícia do capital financeiro que se encontra em livre circulação. Se há problemas, o capital pode suspender a sua circulação para dizer ao governo que restabeleça a ordem pública.

AP - Como para as florestas. Presumo que em Portugal, como um pouco por toda a parte, não se possa fazer o que se quer das árvores, pois há que proteger a floresta, ainda que a maior parte das vezes isso fique por fazer. Agora, caso os investidores comprem florestas, não se lhes pode dizer que não façam determinadas coisas em nome da defesa do ambiente. Eles explorarão o subsolo, tudo o que quiserem, poderão transformar tudo num deserto

e depois vão-se embora, como aconteceu no Chile com os investidores americanos que devoraram todo o capital natural do país deixando tudo entregue à poluição.

Face ao secretismo, qual a importância da decisão tomada hoje pelo PE?

AP - É importante, pois é um sinal de força, mas ao mesmo tempo é preciso reparar que a resolução não critica o fundo, fica-se pela forma. Critica-se fortemente a tentativa de suprimir a possibilidade dos Estados e dos cidadãos de controlar estes acordos, mas não se rejeita liminarmente o AMI. Mas já é importante que se apele à suspensão das negociações e se exija a colocação do debate em cima da mesa. Mas também acredito que se o PE chegar a pronunciar-se sobre o fundo do debate já não haja uma maioria tão grande. Mas isto é de grande importância, principalmente em relação à Comissão, dizendo-lhes que não podem fazer o que lhes apeteça nas costas dos Estados, dos políticos e dos cidadãos.

SR - Parece-me uma decisão muito importante, pois dá uma dimensão institucional a uma reacção muito forte e se tivermos em conta a composição do PE ainda é mais positiva. Assim como foi positivo o apoio dado à emenda do nosso Grupo sobre a moratória, apesar de não ter sido suficiente para aprovar. Além de que se dá um sinal a outros parlamentos e a outras instâncias. Creio mesmo que, a nível institucional, é a primeira grande tomada contra o AMI. Há, efectivamente, um movimento muito importante, que não se deve ficar pelas pequenas vitórias, que deve ir mais longe, na denúncia de tudo o que está implícito neste processo e ir ao fundo dos problemas.

E contra tudo isto?

AP - É a resistência dos povos esclarecendo, informando, com os sindicatos, as associações, as organizações não-governamentais, os partidos políticos. E chegará um dia em que toda a gente terá que se definir sobre de que lado está e muitos terão que voltar a questões em nada ultrapassadas como a luta de classes, ou o interesse do capital. Tenho muita pena, podem dar-lhe todos os nomes que quiserem mas as coisas são assim. É preciso que os cidadãos não confiem cegamen-

te. É preciso denunciar; debater, é preciso fazer política, praticar a cidadania activa.

SR - Cada dia que passa nós ganhamos e perdemos. O que é preciso saber é em que condições é que temos que fazer a luta. E a Aline disse uma coisa que é muito importante, que é que isto se liga à luta de classes, sem nenhuma dúvida. Luta de classes que ganhou uma dimensão que ultrapassa as formas antigas. O que eu quero dizer com isto é que o capital assumiu uma mobilidade, uma capacidade de explorar não importa onde, e que nós devemos manter e reforçar a luta onde ela se faz, mas é preciso também ver que temos que conduzir esta luta com outros níveis. E quando a Aline diz que é necessário reflectir e discutir, estou de acordo, fazendo a ponte para toda a gente, porque não poderemos ganhar esta luta no dia-a-dia se não formos capazes de mobilizar os trabalhadores, as pessoas, os povos. Pode até ser perigoso pensar que podemos lutar e ganhar uma batalha ideológica ao nível das ideias. É preciso ter sempre presente esta ligação entre os intelectuais, os artistas, quando são tocados pelo AMI, e as pessoas que são as verdadeiras vítimas de tudo isto, os trabalhadores, os desempregados. E termos de ter capacidade de mobilizar para esta luta.

No mesmo dia em que o Parlamento Europeu votou a referida resolução condenando a forma como foram seguidas as negociações sobre o AMI, a Comissão Europeia comunicou, no decorrer de uma conferência de imprensa nas instalações do próprio Parlamento, o desencadear do processo de negociação de um acordo bilateral entre a UE e os Estados Unidos. O acordo em causa, New Transatlantic Marketplace (NTM), pretende abolir as chamadas "barreiras comerciais" existentes entre estes dois parceiros.

Como é que o AMI se articula com o NTM?

AP - Isto é muito inquietante. No debate de ontem sobre o AMI, havia no PE uma grande maioria de deputados a dizer ao comissário Leon Brittan que era preciso parar com este tipo de coisa. Hoje, no dia imediatamente a seguir, o mesmo Leon Brittan e o comissário Bangemann fazem uma conferência de imprensa aqui, no PE, para anunciar que fizeram adoptar, sem votação, ou seja, com o acordo unânime dos demais comissários, o projecto NTM, um tratado que prevê a liberalização dos mercados públicos, dos serviços de todas as barreiras aduaneiras em relação aos investimentos, como no AMI, mais a propriedade intelectual. Dizem que, por enquanto, deixam a agricultura e o audiovisual de lado, mas que a prazo o objectivo é a eliminação total de barreiras, criando um mercado livre. É uma proposta que apresentamos aos americanos que já tem em consideração os seus interesses. Agora a Europa está à espera de uma contraproposta dos americanos para poder negociar. Quer dizer que partimos de uma posição de inferioridade e arriscamos vir a ter também

aqui uma zona de livre comércio que se impõe a todos os países que entrem para a UE.

Isto é um pequeno passo para o AMI e, na óptica das futuras negociações no seio da OMC, o NTM já está preparado entre a Europa e os EUA. Quando eles chegarem à OMC já haverá um acordo entre os EUA e os 15 países da UE. Está mesmo a ver-se o peso dos outros países para se oporem a isto...

É preciso agir desde já sobre os governos, pois este projecto vai agora ser entregue ao Conselho de Ministros da UE. Ainda não apagámos o fogo do AMI e já outro está a arder.

SR - O que prova que só podemos contar connosco mesmo, que não podemos abandonar a pressão.

Outra coisa que ainda não foi bem evidenciada é o papel dos EUA em todo este processo. A

OCDE é uma organização em que os EUA são predominantes, foi a partir da OCDE e da estrutura que lhe antecedeu que foi criado o mercado comum. É necessário recuar mais de 40 anos para se perceber como tudo isto é um percurso, com os seus acidentes, mas que tem vindo a arrasar tudo o que se lhe opõe. E o que é que se pode opor a isto? A informação, o aclarar dos objectivos, a luta das pessoas, dos eleitos, do povo. Senão, isto será um autêntico rolo compressor. E a conduzir este rolo vemos os EUA, as grandes empresas, os grupos transnacionais e organismos como a Comissão Europeia, que de um lado diz estar a construir a Europa, mas do outro cria condições para que a Europa se apague num mundo do capitalismo financeiro sem fronteiras.

“Chegará um dia em que toda a gente terá que se definir sobre de que lado está e muitos terão que voltar a questões em nada ultrapassadas como a luta de classes, ou o interesse do capital.”



“O capital assumiu uma mobilidade, uma capacidade de explorar não importa onde, e nós devemos manter força de luta nos



países, nas fábricas onde esta luta se faz (...) porque não poderemos ganhar esta luta no dia-a-dia se não formos capazes de mobilizar os trabalhadores, as pessoas, os povos.”

Aeroporto no Rio Frio

«**N**ão há hoje outro projecto de carácter nacional que seja tão consensual entre as principais forças políticas e a sociedade civil do distrito de Setúbal como o da localização do futuro Aeroporto Internacional de Lisboa, na zona do Rio Frio» – afirmaram na passada semana os presidentes de câmara eleitos pela CDU no distrito de Setúbal. Em conferência de imprensa, que o «Avante!» noticiou na edição anterior, foi divulgado um documento cujo conteúdo hoje publicamos.

trução do novo aeroporto, apontavam-se algumas desvantagens tanto ao Rio Frio como à Ota. Hoje, praticamente todas as desvantagens apontadas ao Rio Frio estão ultrapassadas. Provou-se ser possível uma alternativa de localização da pista que não põe minimamente em causa quer o Campo de Tiro de Alcochete quer a Base Aérea do Montijo. Quanto aos acessos rodoviários e ferroviários, tudo aponta para que a Ponte Vasco da Gama em conjugação com as novas acessibilidades construídas ou em curso (anel de Coina e criação da terceira via na Ponte 25 de Abril), somadas à nova ligação ferroviária Fogueteiro-Lisboa, com posterior prolongamento até ao Pinhal Novo, e a

- Possui alternativa de acesso a Lisboa, em caso de grave problema ocasional de trânsito, pela auto-estrada IP7, anel de Coina como parte integrante da futura Circular Regional Interna da Península e Ponte 25 de Abril.

- Disporá na sua área de influência de um meio de transporte colectivo de grande mobilidade e que através dos seus diversos interfaces com o comboio e auto-estrada será uma importante mais-valia de fluidez do tráfego – o Metropolitano Sul do Tejo.

- Situa-se junto do eixo ferroviário principal cuja descontinuidade litoral no atravessamento do Tejo deverá acabar a curto

Uma opção consensual

Como é do conhecimento geral, as hipóteses de localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa estão hoje reduzidas às hipóteses do Rio Frio (Palmela) e da Ota (Alenquer). Como parte interessada e também por isso, temos de aceitar como válidos os argumentos de que é necessário aprofundar os estudos dos impactos ambientais, urbanísticos, sociais, económicos, etc., de molde a escolher a melhor solução para a Área Metropolitana de Lisboa e para o País. Exigimos, no entanto, que esses estudos sejam feitos com rigor, com transparência, e essencialmente com o desenvolvimento e participação das autarquias e de outros agentes directamente interessados.

Os dados disponíveis apontam para a necessidade de ser tomada uma decisão sobre a localização já no decurso deste ano, se queremos ter um novo aeroporto no ano 2010, data previsível de saturação do Aeroporto da Portela. De facto, a situação do actual aeroporto, apesar dos investimentos e obras intermináveis que continuam em curso, principalmente para dar resposta aos fluxos previstos para a EXPO'98, será num futuro próximo perfeitamente insustentável. De acordo com os especialistas, no ano 2006, o actual aeroporto atingirá os 11 milhões de passageiros. Isto significa que haverá um voo a aterrar ou levantar de dois em dois minutos, sobrevoando o centro da cidade onde vivem e trabalham centenas de milhares de pessoas, numa situação única em todas as capitais europeias. Por tudo isto, e porque o tempo mínimo necessário à realização dos estudos e projectos, à negociação dos solos e à construção do aeroporto não é inferior a seis a oito anos, a decisão terá de ser tomada com urgência.

Nos estudos realizados anteriormente, quando foi decidido alargar o Aeroporto da Portela e adiar para o ano 2010 a cons-

inevitabilidade da construção da nova travessia do Tejo (Barreiro-Chelas) permitem dar resposta às necessidades imediatas do novo aeroporto.

Há obviamente ainda outras desvantagens em relação às localizações propostas mas que na opinião dos especialistas não são significativas. Estas contam-se nomeadamente a questão do impacto ambiental, cujos efeitos podem e devem ser reduzidos ao mínimo e, como a nossa postura tem demonstrado, somos os principais interessados em que isso aconteça. Tendo como objectivo obviar esses perigos, propomos a constituição de uma comissão de acompanhamento com a participação de representantes das autarquias, das associações ambientais, dos interesses económicos, sociais e culturais da região.

Vantagens do projecto

Quanto às vantagens da localização do Rio Frio, quer em termos gerais quer no que diz respeito ao desenvolvimento do distrito de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa, gostaríamos de enumerar nomeadamente as seguintes, já realçadas em inúmeras deliberações de câmaras e assembleias municipais do distrito:

- A zona de Rio Frio localiza-se no interior da Área Metropolitana de Lisboa (ao contrário da Ota), mas exterior ao seu limite urbano definido pelo eixo do Setúbal-Palmela-Montijo-Alcochete, sendo uma zona de baixo índice de ocupação populacional, não sujeita a pressões para expansão demográfica.

- Disporá em breve de ligação a Lisboa pela Ponte Vasco da Gama, constituindo a menor distância e o menor tempo de percurso possível ao centro da cidade de Lisboa.

prazo. Concluída que está a ligação Pinhal Novo-Lisboa, passará a ter acesso directo a todos os comboios intercity e internacionais, suscitando ainda a modernização da via férrea do sul e invertendo a tendência para a sua progressiva desactivação.

- Articula-se de forma excelente não só com os eixos



ferroviários e rodoviários internacionais como os portos de Lisboa, Setúbal e Sines (porto nacional de águas profundas).

- Localiza-se na sub-região, Península de Setúbal, que possui uma taxa de desemprego superior à média nacional, mão-de-obra com qualificação igualmente superior à média nacional, vastas áreas industriais para reconversão e uma estrutura urbana polinucleada e consolidada, apoiada em planos directores municipais que lhe conferem as características ideais para potenciar as sinergias induzidas pelo aeroporto.

- Situa-se numa região que se articula e projecta para sul e para leste com o Alentejo, região desfavorecida do País, onde é mais urgente promover o desenvolvimento económico. Deste modo, a localização no Rio Frio irá ao encontro da tão falada e sempre adiada deslitoralização do País.

- Localiza-se junto ao principal itinerário internacional, IP7, a menos de 1.30 hora da fronteira pelo que o seu «interland» terá dimensão ibérica, incluindo parte do território de Espanha, facto que viabilizará um maior número de carreiras aéreas e permitirá ao futuro aeroporto de Lisboa concorrer com Madrid e Sevilha.

- Ao contrário de qualquer outra localização situada no eixo Lisboa-Porto, o seu «interland» não irá colidir com o «interland» do aeroporto internacional de Pedras Rubras, permitindo a continuação do desenvolvimento deste, numa lógica de afirmação regional fundamental ao desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional.

- É ainda fundamental ao desenvolvimento do Algarve, dada a situação da pista de Faro e a aparente dificuldade do seu alargamento. Não sendo concorrente com o Algarve em termos de destino turístico, que é a sua principal vocação, o novo aeroporto de Lisboa tem também de conseguir dar resposta às restantes necessidades da região do Algarve.

Por todas estas razões, os presidentes de Câmara do distrito de Setúbal eleitos pela CDU, identificando-se totalmente com o grande movimento de apoio à construção do Aeroporto Internacional de Lisboa no Rio Frio, proveniente dos mais variados sectores da sociedade civil, vêm de forma clara e inequívoca manifestar os seus apoios a este grande projecto e comprometer-se com o seu envolvimento total na batalha pela sua concretização.



EM FOCO

“British India”¹⁹

A Índia era o império do Raj no próprio Império. Mas aquilo a que passou a, simplesmente, chamar-se “British India” não nasceu de decisões comerciais e políticas instantâneas para a consumação de objectivos pré-estabelecidos.

A Índia Imperial resultou de um conjunto de acontecimentos que tiveram lugar ao longo de três séculos durante os quais a ganância e o espírito de rapina de uns, aliando-se às belas intenções de outros, fizeram crescer a presença britânica em todo o subcontinente. A grande aventura do império do Raj começou com a formação da “East India Company” ainda nos dias de Elizabeth I (1533-1603). A finalidade desta empresa era concorrer com os portugueses e substituí-los, assim como aos holandeses, os seus maiores inimigos de sempre, nos mercados orientais.

O império dos nababos

A “East India Company”, apesar da sua vocação comercial, transformou-se numa espécie de potência ocupacionista e dispunha de meios poderosos. Adquiriu Madrastra e Bombaim. Fundou Calcutta (1668). Muitos dos seus quadros, entretanto, descobriram oportunidades que pretenderam não deixar fugir. Um deles, Robert Clive (1725-1774), lançou-se numa tremenda campanha de aquisições, anexações, assaltos, expropriações e construiu o seu próprio império pessoal. Na batalha de Plassey (1757), em que ele mesmo comandou as forças britânicas e outras, aliadas, materializou-se a conquista de Bengala, e as pretensões francesas na Índia sofreram um revés definitivo. Clive era um aventureiro. As suas iniciativas, porém, contribuíram para que a “British India” começasse a ganhar forma e a expandir-se. Mas o crescimento do império do Raj realizava-se em simultâneo com uma impressionante vaga de extorsões e apropriações de territórios que levaram os seus principais autores e beneficiários, Clive, Hastings e muitos outros, a ganhar o irónico tratamento de nababos. Robert Clive foi o primeiro a tomar consciência de que a Índia era, de facto, o império do Raj. A sua administração teria de passar das mãos da “East India Company” para as da Coroa.

O colapso do grande império dos Moguls reduziu o subcontinente a um desordenado e confuso xadrez formado por diferentes domínios e múltiplos principados. A instabilidade resultante forçaria os ingleses a intervenções militares cada vez mais possantes. Assim, Warren Hastings (1732-1818) presidiu à rendição dos Maratas, Burma (Birmânia) foi incorporada no Império e este alargou-se às imensas e inóspitas terras de fronteira onde viviam os Pathans (Afganistão) e às férteis planícies do Punjab, país dos Sikhs. Em breve, todos os Estados do subcontinente, grandes e pequenos, seriam integrados no Império. E, assim, a “British India” adquiriu a forma constante dos mapas imperiais quando a rainha Victória assumiu o título de imperatriz.

Mensagem ocidental

Estabeleceu-se, portanto, uma relação apaixonante mas também trágica, uma atração romântica e fatal entre dois povos. Em muitos aspectos da sua política colonial, a Inglaterra bramanizava-se. A Índia, por seu lado, ganhava acesso à mensagem ocidental – mas deixava-se, gradualmente, seduzir no império da perdição que a envolvia e apaixonava, que a mortificava e fazia desesperar, que a arrancava ao marasmo de séculos para introduzi-la à ilusão das condições modernas europeias ainda que insulares. A Índia transformou-se na mais preciosa de todas as jóias da Coroa de Alexandrina Victória. Nasceu e desenvolveu-se aquilo a que veio a chamar-se a sociedade britânica na Índia.

Este, estabeleceu-se com base no funcionalismo, na administração colonial, no ensino, nos negócios, no exército. A maneira de viver, “à inglesa”, causou a mais profunda impressão entre os milhões de novos súbditos do império. Nada conheciam da Europa ou da mais poderosa entre todas as nações do mundo de então, a Inglaterra. Aceitaram-lhe o patrocínio, a benevolente penetração, o domínio, a oferta de uma ilusão chamada democracia, um novo sistema de educação. E os mais qualificados começaram a ter acesso à administração. O uso da língua inglesa disseminou-se. O estilo de vida, a cultura, os métodos, os costumes, também. A paixão britânica por coisas como a ordem pública, a disciplina, a tranquilidade, surgia na base de todo um pacote de princípios que incorporava,

como salientou Trevelyan, “uma certa filosofia política, uma certa ideia de liberdade”.

Entretanto, as profundas contradições que, na realidade, existiam entre a Índia submetida e a Grã-Bretanha imperial apenas permaneciam adormecidas. Contrapondo-se às ideias, aos valores, ao conhecimento e à técnica dos ingleses, a Índia mantinha todo o seu complexo mosaico de velhos conceitos, hábitos e costumes. Três importantes acontecimentos, ainda que produzidos em épocas diferentes, conduziram ao despertar dos povos do subcontinente, à sua renúncia a viver na situação de filha adoptiva de um país estrangeiro: o motim das tropas indianas incorporadas no exército imperial de Bengala, a Revolução de Outubro, o início da luta pela independência. Esta seria conduzida pelo partido do Congresso, pelo Partido Comunista indiano e por uma estranha figura mística de “homem santo”, céptico, fanático, visionário, Gandhi, o “Mahatma Gandhi” ou a “Grande Alma”. Na verdade, após o motim de 1857, a Índia deixou de ser o que fora. Tudo começou com a revolta dos sipaios.

A Índia esfomeada faz tremer o império

Segundo os princípios ingleses de organização, muito daquilo que já era a administração colonial dependia, ainda, das estruturas da velha “East India Company”. Os meios de negócios, como convinha, dominavam o processo de colonização

A ocupação militar era mínima. Em muitos regimentos, o recrutamento e o serviço baseavam-se em pessoal indiano sob as ordens de oficiais britânicos. Como sempre, a Grã-Bretanha preferia limitar-se ao “management” da situação enquanto os “businessmen” exerciam, imperturbavelmente, a sua missão. Mas um “terramoto” ocorreu a 10 de Maio de 1857 – Delhi fora ocupada por regimentos sipaios; Cawpore entregava-se depois de três semanas de combates: o mesmo



sucedeu em Lucknow. Os meios colonistas britânicos foram lesto a afirmar que a razão para o levantamento em armas e para as revoltas civis que se lhe seguiram estava nas ambiciosas iniciativas institucionais do Governador-Geral, James Ramsey (1812-1860), marquês de Dalhousie, e no medo de que o cristianismo viesse a ser imposto pela força às massas indianas. A realidade era diversa.

Se observarmos as condições em que o império estrangulava a Índia, apesar de se servir das suas elites, verificamos que o povo indiano estava a sentir na pele e no estômago, pesadamente, os terríveis efeitos da exploração colonial. Empurrado para a miséria, expropriado das suas terras e casas por interesses financeiros que até então desconhecia e feito abrigar-se em lodosos e fétidos “ghetos”, faminto, desesperado, o povo aliou-se rápida e espontaneamente ao motim dos regimentos sipaios. Na sua alma vivia um legítimo anseio de liberdade, de uma genuína liberdade, não aquela de que falavam, pomposamente, os novos senhores da Índia. Por razões múltiplas largas regiões do subcontinente ficavam isolados do grande motim – as comunicações eram aquilo que eram. A Índia Central, Bengala, Madrastra, Bombaim, o Noroeste, Mysore, Hyderabad, segundo os britânicos, mantiveram-se leais à potência colonial e à Coroa imperial. Mas ficou uma lição: a Índia reagia à ocidentalização e transmitia ao mundo a sua real identidade. O Império, entretanto, também aprendeu alguma coisa. Procurou examinar mais de perto o que era a Índia, afinal, quais os reais motivos do seu desassossego, o porquê da sua permanente perturbação. E proclamou que, a partir de então, a fome e a miséria seriam atacadas sem a utilização de meios científi-

Formação, trajectória e fim

do Império Britânico

■ Manoel de Lencastre



cos. Em 1818, o Gabinete de Whitehall assumia, de facto, o governo de toda a Índia e, vinte anos mais tarde, Alexandrina Victória punha o manto de imperatriz.

A exploração consolidou-se. As condições pareciam, enfim, garantir uma certa estabilidade. Mas todas as prisões em todas as províncias estavam cheias. O país vivia ferido de um estranho sentimento de fatalidade e revolta. O ambiente britânico, todavia, estendia-se a todo o subcontinente. Os portos de mar registavam o movimento febril característico da mais intensa época colonial. Surgiram os caminhos-de-ferro, o telégrafo, os telefones. E o sempre investigativo e penetrante olhar da Índia esfarrapada e esfomeada mas inteligente, perdeu-se na adoração do mais complexo e apaixonante de todos os desportos, o “cricket”. Como é óbvio, o consumo de “whisky” acompanhava a expansão imperial. “Lorne”, uma das grandes arcas da era victoriana, gabava-se da preferência dos vice-reis e governadores, dos marajás de Rapur, do Gaetwar de Baroda, do Nizam de Hyderabad, do Nababo de Patandi.

A caminho da independência

Quando a Revolução de Outubro e os seus objectivos se tornaram conhecidos, a Índia percebeu a direcção do futuro. O movimento pela independência ganhou aumento e o país começou a exigir mudanças rápidas no sistema rejeitando quase todas as alterações cosméticas que o Império, vagarosamente, propunha. Por que não poderia um juiz indiano julgar um réu europeu nos tribunais indianos? Tal hipótese, para os ingleses, era impossível.

O Congresso Nacional Indiano já reunia desde 1885 sob a relutante “compreensão” de governadores-gerais e vice-reis. A Liga Muçulmana foi fundada em 1906. E a Lei do Governo da Índia (1919) previa que o Conselho Central Legislativo, uma espécie de Parlamento, funcionasse com a maioria de representantes indianos. Mas, a independência seria o fruto da luta de massas que se alargaria a todo o país – não das concessões que a potência colonial estivesse disposta a considerar. Assim, enquanto o Partido Comunista, largamente inspirado e fortalecido pelos princípios de Lenin, agitava entre milhões de trabalhadores, o Congresso procurava unir todo o movimento independentista. Jawaharlal Nehru (1889-1964) era dirigente desse partido desde 1918 e foi eleito seu presidente em 1936 tendo passado 18 anos nas prisões britânicas. Mas a sombra de Gandhi, uma personalidade que atraía o espírito contemplativo e religioso do povo indiano, tornava difícil a direcção do Congresso em termos propriamente políticos.

Com efeito, as campanhas do “Mahatma” Gandhi, originais e estranhas, apesar de terem gerado enormes vitórias entre as turbas obscurantistas e atrasadas, confundiam os mais lúcidos e melhor informados meios políticos nacionais. A luta contra o imposto sobre o sal levou 100 000 pessoas à prisão e o movimento de desobediência civil e de não violência cresceu. Gandhi, um profundo anticomunista, batia-se contra as greves operárias, freneticamente. Mas procedia com as suas próprias greves de fome que o iam levando à morte na prisão.

Em 1935, as posições da Inglaterra em todo o mundo começavam a enfraquecer. Graves crises financeiras, em 1825/6, 1847, 1857, 1860, 1878, 1890, 1914, 1920 e 1931 tinham demonstrado a vulnerabilidade do capitalismo. As falências sucediam-se. Todos compreenderam que o projecto da nova Constituição para a Índia, a que Sir Winston Churchill se opôs energeticamente, abriria as portas da independência à mais preciosa colónia. Mas cresciam as dúvidas e as ansiedades das populações muçulmanas que entendiam ter aquele projecto sido elaborado segundo uma óptica hindu. Os partidos muçulmanos uniram-se sob a presidência de Ali-Jinnah (1876-1948). E assim teve início a divisão fatal entre as duas grandes vertentes da população da Índia.

A eleição do governo trabalhista britânico, em 1945, deu uma nova dinâmica a todo o processo. A Índia, por assim dizer, vivia num estado de pré-independência em quase permanente insurreição. A máquina do poder estava já nas suas mãos. Mas a separação entre muçulmanos e hindus, realizada contra os desejos de Gandhi, deu lugar à formação de dois Estados – a União Indiana e o Paquistão. E a Grã-Bretanha disse adeus a “British India”, em 1947, enquanto a transferência de populações de um país para o outro deixava 250 000 mortos pelo caminho.

A esquerda no limiar do século XXI

Um livro importante de Marta Harnecker

Há muito que não lia um livro que me empurrasse para uma meditação tão profunda e complexa. Mas não é fácil definir a impressão por ele produzida. A palavra assombro talvez seja adequada. Não esperava nada daquilo quando iniciei a leitura. O desafio, entretanto, figura no título: "Haciendo posible lo imposible — La Izquierda en el umbral del siglo XXI" (1).

Como definir o género da obra? Trata-se simultaneamente de uma reflexão sobre acontecimentos da história contemporânea; de um ensaio político; e também de um manual para a acção revolucionária. O conteúdo está à altura do título. Na capa, figura uma informação incomum: *versão preliminar*.

Porquê? A autora explica na introdução: esta edição é o resultado de diferentes versões que incorporaram ideias e sugestões de amigos e companheiros. Admite que da ampliação e aprofundamento dos temas tratados possa resultar «uma obra colectiva de grande envergadura e utilidade para a militância, tarefa a emprender em Cuba, onde estão as melhores fontes e condições para realizar esse trabalho». «Em deter-

minado momento — esclarece — colocou-se-me o dilema de prosseguir durante uns anos aprofundando e ampliando o trabalho ou publicá-lo no estado actual, como um trabalho preliminar, inacabado, que servisse de instrumento para provocar o debate e me permitisse receber contribuições de muita gente, de muitos militantes que talvez não estejam dispostos a escrever, ou não saibam como fazê-lo, mas disponíveis com prazer para a discussão de um material já estruturado. Acabei, finalmente, por me inclinar para esta última opção e isso é o que aprendo aqui, esperando poder publicar algo mais definitivo dentro de um ou dois anos. Numerei os parágrafos para facilitar as recepções e sugestões.» São 774 os

parágrafos deste livro preliminar, simultaneamente ambicioso e modesto.

*
* *

Marta Harnecker (MH) afirma que o seu livro diz respeito «à esquerda latino-americana e aos seus desafios actuais». Mas o seu trabalho transcende essa meta: interessa a toda a humanidade progressista, sem distinção de continentes, nacionalidades e opções partidárias.

A Primeira Parte é uma síntese de acontecimentos importantes que tiveram peso na história da América Latina (e não só) desde a vitória da Revolução Cubana

Na Segunda Parte, a autora procura iluminar o mundo da transição do milénio tal como o vê e sente no âmbito da revolução técnico-científica instrumentalizada pela globali-

zação imperial e pela imposição do neoliberalismo como sistema hegemónico num contexto em que o controlo da informação proporciona um poder imenso.

Na Terceira Parte, MH reflecte sobre a posição em que se encontra a esquerda, mergulhada numa crise teórica, programática e orgânica. Assumindo a herança de Marx e reivindicando a actualidade do seu pensamento, a autora aborda a questão fulcral de uma alternativa ao neoliberalismo. Com modéstia, traz ao debate em torno da esquerda algumas ideias que lhe permitam reorganizar-se e enfrentar em

melhores condições os grandes desafios do século XXI.

A palavra "esquerda" é em si mesma — ela não o desconhece — uma fonte de equívocos. Mas não há outra tão breve e útil para o debate que possa englobar o conjunto de forças e cidadãos progressistas que, a nível planetário, condenam a exploração do homem, repudiam o neoliberalismo e a sacralização do mercado e rejeitam

o projecto de sociedade hoje imposto à humanidade.

*
* *

Perguntará o leitor do "Avante!", não sem motivo, onde está aquilo que diferencia este livro de dezenas de outros sobre a mesma temática?

Em primeiro lugar no poder e na técnica da comunicação. A reflexão de MH sobre o passado recente e as sínteses a que procede, bem como a muito cautelosa meditação em torno dos caminhos a percorrer (na busca de respostas à pergunta *que fazer?*), não são académicas. Um dos segredos da autora consiste na fórmula que lhe permite utilizar uma linguagem extremamente simples, acessível a trabalhadores sem cultura para tratar temas muito complexos. Ela demonstra mais uma vez que as grandes questões que condicionam o futuro da humanidade podem ser tratadas, com rigor metodológico e alto conteúdo, como se fossem assuntos da vida quotidiana.

A estrutura do texto é inabitual, por simples. Impressiona a secura da linguagem. O discurso, quase sem imagens, é despojado de metáforas, frio na forma. O estilo está, afinal, na sua aparente ausência.

Outra das originalidades do livro é a forma como MH utiliza a documentação: no espaço de 143 páginas maneja uma bibliografia torrencial. Evitando sempre que possível intervir de maneira ostensiva, evitando interpretações subjectivas, ela transcreve, em centenas de parágrafos, trechos de diferentes autores que ora informam sobre a história, ora clarificam grandes problemas em debate, ora contribuem para uma melhor iluminação da sinuosidade das estratégias neoliberais, ora ajudam o leitor a caminhar pela sua mão no terreno movediço da procura de alternativas, ora o mergulham num mundo de indagações sobre a ideia de revolução, as relações entre organizações de vanguarda e o movimento popular e as motivações e formas da militância.

A selecção dos autores e dos trechos transcritos é obviamente fundamental no desenvolvimento desta obra atípica. Mas isso não significa que MH esteja sempre de acordo com as opiniões que cita. Com alguma frequência servem para evidenciar discordâncias. Na fusão do que dizem autores muito diferentes e do que ela, MH, vai tentando colocar no tabuleiro em que as ideias são movidas como peças de xadrez, o livro adquire, pouco a pouco, uma estrutura sólida, torna-se lição e projecto.

MH confessa na Introdução que as leituras feitas para aprofundar os temas, em vez de a tranquilizarem, a foram angustiando cada vez mais. O cepticismo e o catastrofismo da maioria dos historiadores e cientistas sociais contemporâneos tendem a apagar a esperança e a conduzir ao desespero, ou pelo menos a uma atitude de passividade como a de Eric Hobsbawm, um grande historiador que olha hoje para o mundo actual como se este fosse a estrela Sirius.

O leitor já terá compreendido que o livro de MH é polémico do começo ao fim. Não vejo nisso defeito, mas uma virtude. Estamos, para mal da humanidade, pouco habituados a que a maioria dos intelectuais, num tempo dominado pelo poder da sociedade informacional (2), cultive a virtude revolucionária da autenticidade.



■ Miguel Urbano Rodrigues

Ninguém melhor do que Marx, insiste, elaborou uma crítica tão profunda e acertada do capitalismo da sua época, ninguém como ele «foi capaz de vislumbrar para onde caminhava a humanidade submetida às relações capitalistas de produção». De certa maneira, ele «previu com um século de antecipação o processo de globalização que o mundo está a viver hoje».

Nas páginas de «La Izquierda en el umbral del siglo XXI», MH ilumina bem o carácter monstruoso do projecto neoliberal e do funcionamento das engrenagens de uma sociedade concebida para minorias onde o poder informacional desempenha um papel decisivo. Mas vai muito mais fundo do que o fizeram recentemente autores como Ignacio Ramonet e Viviane Forrester em livros de grande êxito editorial.

Porquê? Ela não escreve como espectador angustiada. A sua perspectiva é a de alguém que dedicou a vida ao trabalho militante da transformação revolucionária da sociedade. Não pode assim permanecer apenas no terreno do diagnóstico da crise civilizacional.

Creio que comunistas e progressistas de muitas tendências vão ler com emoção — discordando muitas vezes, porque o livro, repito, é sempre polémico e desafiador — o que ela escreve sobre temas como os instrumentos políticos adequados aos novos desafios, os diferentes tipos de militância, o centralismo democrático na era neoliberal, os espaços para debate, a democracia nos partidos revolucionários, os quadros de direcção, a relação entre partido e sindicatos e partido e massas, e os desafios no terreno eleitoral e na esfera institucional.

Incluo-me entre aqueles que consideram ser hoje muito mais difícil a opção revolucionária do que noutras épocas, ao longo dos últimos dois séculos, porque tanto a actual geração como as próximas têm consciência de que não serão protagonistas de rupturas sociais que concretizem os ideais do socialismo.

Num encadeamento de ideias e factos fascinante, movendo-se de Marx a Fidel, de Lenine a Gramsci, de sociólogos da esquerda contemporânea a teóricos do neoliberalismo, entre as vitórias de movimentos revolucionários e derrotas do presente, MH, usando a palavra como pá e picareta de uma arquitectura simultaneamente simples e elaborada, empurra-nos sempre para o palco do grande desafio à imaginação e ao trabalho político: o que fazer?

Não traz naturalmente propostas de soluções. Chama a atenção para muitas questões esquecidas ou subestimadas, ajuda a reflectir na busca de caminhos, o que é muito, até porque não carrega certezas.

Nas últimas páginas, recorda palavras de um grande revolucioná-

rio por as julgar adequadas à compreensão das difíceis lutas que as forças progressistas terão de travar na próxima década: «para o verdadeiro revolucionário, o maior perigo, talvez o único, é exagerar o revolucionarismo, ignorar quais são os limites em que métodos revolucionários são adequados e eficazes». São de Lenine essas palavras, de enorme actualidade não obstante o contexto ser muito diferente daquele em que foram proferidas.

A nossa época é de desalento e confusão, de esperanças frouxas. Por isso mesmo é preciso ter sempre presente que as reformas pela via institucional não podem resolver problemas que exigem soluções revolucionárias. Mas com a actual relação de forças é também indispensável estar consciente de, perante a impossibilidade de assalto ao poder pela via insurreccional, não podemos abdicar da luta por reformas cujo conteúdo e alcance são incompatíveis com a lógica da engrenagem neoliberal.

Valorizando experiências muito importantes na área do Poder Local em cidades governadas por partidos de esquerda, MH alerta-nos para o trabalho pouco lembrado mas criador, que se pode desenvolver — a nível nacional — entre o terreno do legal e do ilegal, num campo que define como *alegal*, isto é, que abrange iniciativas que não são legais, mas também não são ilegais.

*
* *

O livro de Marta Harnecker é sobretudo dirigido às esquerdas latino-americanas; mas tem, repito, valor universal. O belo antetítulo é esclarecedor. Os progressistas de todos os continentes compartilham o objectivo: *tornar possível o impossível*. Todas as revoluções orientadas para a construção de uma sociedade sem explorados têm de lutar contra o impossível aparente.

Será positivo, creio, que o livro de Marta Harnecker seja lido pela gente progressista de Portugal e que da terra do 25 de Abril lhe cheguem também sugestões que a ajudem a transformar em definitiva a *versão preliminar*.

(1) Editado pelo Centro de Investigaciones Memoria Popular Latinoamericana; La Habana, Cuba, 1998.

(2) A expressão "sociedade informacional" parece ter sido criada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, (La Era de la información: la sociedad real, vol. I, Alianza Ed., Barcelona) repetidamente citado por MH. A sociedade informacional seria uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão da informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder.

Uma revolucionária chilena

Marta Harnecker é uma revolucionária de larga trajetória. Tornou-se famosa no final dos anos 60 quando, jovem, publicou um livro, "Os conceitos fundamentais do Materialismo Histórico", que cumpriu na América Latina o papel que a obra de Pulitzer desempenhou na Europa. Até hoje vendeu aproximadamente um milhão de exemplares.

MH foi uma grande divulgadora do marxismo na América Latina. Muita gente que, pela complexidade do texto, resistia a ler "O Capital" sentiu-se atraída para o comunismo pela mão de Marta. O seu nome andava de boca em boca durante o governo da Unidade Popular. Na época, ela militava no Partido Socialista (uma organização marxista que não se assemelhava minimamente à social-democracia europeia).

Não a encontrei nessa época no Chile. Creio que me parecia então um pouco esquerdistas. Não lera com suficiente atenção os seus trabalhos. Somente vim a conhecê-la agora, em Havana, onde dirige o Centro de Investigações Memória Popular Latino-americana (MEPLA), uma ONG mobilizada para a recuperação da memória neventa de um continente imperializado. MH reside em Cuba desde o golpe de estado de Pinochet em 1973. É uma mulher alta, loura, com uma figura elegante e uma distinção natural incomum.

Não perdeu o doce sotaque chileno.

Conheço poucas pessoas que vivam como ela de modo tão absorvente para a transformação revolucionária da vida. E, contudo, ela o faz na recusa de tudo o que possa desumanizar a maravilhosa aventura da existência individual. "O objectivo da revolução social — recorda — não é somente lutar para sobreviver, mas transformar a forma de viver." Por isso mesmo, considera indispensável penetrar «no mundo da moral e do amor, a transformação directa e quotidiana do modo de viver, pensar e sentir».

Fazendo da teoria prática, MH é uma pessoa realizada também no plano afectivo. Seu marido, Manuel Piñero — o famoso comandante Barba Roja da Sierra Maestra, há dias falecido num desastre de viação, era uma personalidade carismática da Revolução Cubana. Tem uma filha de 18 anos, Camila, que tornou sua a mundividência dos pais.

Psicóloga, autora de vídeos originais sobre experiências comunitárias em Cuba, no Brasil, na Venezuela e no Uruguai, Marta Harnecker aparece aos leitores como uma socióloga não académica que faz da militância, como intelectual revolucionária, um acto de coerência e de amor, no grande combate que deve ser a vida.



Teatro

O apeado líder do CDS/PP, Manuel Monteiro, sentenciou no seu discurso de despedida, no recente congresso do PP: «A política tem teatro a mais.» Como nós, muitos leitores terão pensado: foi preciso estar com os patins para dizer uma coisa acertada. E lembraram-se com certeza daquelas cenas em que Monteiro dizia “cobras e lagartos” e fazia grandes campanhas contra a moeda única para logo a seguir viabilizar os orçamentos de Estado do PS que privilegiam acima de tudo a concretização da entrada de Portugal para a moeda única. A tirada do ex-líder PP também fez recordar as suas proclamações demagógicas a favor dos pobres, ao mesmo tempo que fazia fielmente a política dos ricos senhores das confederações patronais, mesmo que tivesse que dar as mais vergonhosas cambalhotas. Mas Monteiro não pensava em si quando falou de teatro. Era uma farpa para o sucessor. Não fazia uma autocrítica, fazia teatro já a preparar o regresso.

«Bolinero»

Divertida também foi a intervenção de Paulo Portas, no mesmo Congresso, quando afirmou: «Não podemos virar mais à direita. A nossa direita está a parede.» E a garantir

PONTOS
CARDEAIS

depois que com ele o CDS/PP «iniciará o percurso em direcção ao centro-direita». Todos lembramos que foi este mesmo Portas, que quer agora virar ao centro, o grande inspirador da viragem à direita. Arrependido? Não! Apenas o gosto de dançar ao sabor do vento, como um verdadeiro «bolinero» - dito em castelhano que tem mais «salero». Na verdade, o que ele deseja profundamente é disputar as próximas legislativas debaixo da asa da aliança com o PSD, porque assim ninguém lhe poderá contar os votos e sobretudo compará-los com os obtidos por Monteiro.

Braços

Dizia Paulo Portas, ao fazer a intervenção da vitória ainda no mesmo Congresso, que quer «abrir os braços» «desde o primeiro CDS até ao último PP». Ao ouvi-lo, Monteiro, Zezinha e os outros do bando derrotado tinham o risinho mau dos «ladões de gado» quando o xerife os expulsa da cidade. «A gente volta!», pensavam eles com a mão no cinto desarmado. Horas antes tinha sido o grande tiroteio. Foi a altura em que Marques Guedes teve que gritar do palco de onde a oratória sangrenta borbotava: «Por amor

de Deus, parem de se atacar uns aos outros. Pensem no país!» Qual país?! O Portas é que precisa de braços para abarcar tanta discórdia e desarticular tanta vingança que o aguarda...

Segurança
e seguros

O ministro Ferro Rodrigues revelou recentemente alguns aspectos da reforma da Segurança Social que vai levar à Assembleia da República. Trata-se de matéria das mais graves implicações para a população trabalhadora e merecedora de estudo e debate atento e pronto. Anotemos aqui que o ministro fez grande questão de salientar que não aceitou as sugestões da Comissão para tornar obrigatório o recurso a esquemas privados de pensões acima de um certo nível de vencimentos. Mas foi anunciando que serão estabelecidos «incentivos fiscais... muitíssimo significativos» para que tal recurso seja feito. As companhias de seguros e os fundos privados de pensões devem ter respirado fundo. O «Diário de Notícias» até ironizou: «Providência pública “namora” privados.»

PONTOS
NATURAIS

■ Mário Castrim

O acto
de escrever

Um poema de amor, se eu encontrasse a palavra enviada do sentido aquela donde após se ter partido só a luz sem fim à proa se avistasse.

Um poema de amor se houvesse um beijo de Deus em cada gesto que eu lhe desse e se a poalha breve do desejo apenas com estrelas se escrevesse.

Um poema de amor, pudesse eu, quando ele viesse, ausentar-me, e no mistério de uma invenção de nuvens perpassando, ver o lado febril do outro hemisfério.

Um poema de amor só se aprender que mais do que o amor vale escrever.

Isto é um poema
de amor?

Tarde regresso. É quase madrugada. Sobe o elevador mais lentamente. Que diabo, um homem! Ardo na corrente. Oxalá, querida, estejas acordada.

Mas não estava. Nua e alongada na cama ou praia com o mar em frente lenta a respiração, um inocente passar voando sem pesar mais nada.

Fico a olhá-la. Um homem, que diabo! Vou-me despindo, devagar. Acabo por debruçar-me nela, de maneira

que nada quebre a mágica harmonia. Tapo-a com o lençol. A noite esfria. E deito-me sem ruído à sua beira.

E isto?

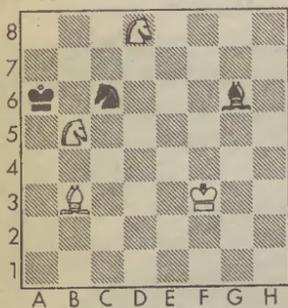
Quem é que dá o ser a um ser que voa? Como nasci? Como nasceste? Qual ou o quê te deu o indistinto sinal que na charneca as chuvas anuncia?

Meu pai José e minha mãe, a boa Hermínia da Agra? Sim, é natural. Mas não é isso, é o gesto inicial de sermos no futuro, ser pessoa.

Era uma vil e podre escuridão. Humberto Lopes estendeu a mão disse: “O Partido é aqui.” E eu fiquei

olhando-o como um pai a vida inteira. Se isto é um soneto? Ai é, feito à maneira. Se é um poema de amor, isso não sei.

XADREZ

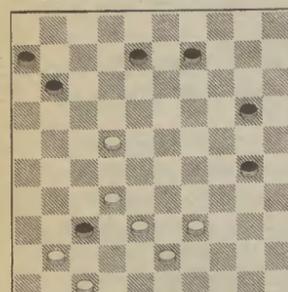
DCL - 26 DE MARÇO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X13Por: Ladislav Prokeš
«Práce», 1951Pr.: [3]: Cç6 - Bg6 - Ra6
Br.: [4]: Cs. b5, d8 - Bb3 - Rf3Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X13 [L.P.]

1. Cç7+!, Ra7; 2. Cç6+, Rb7; 3. Cd5, Bh5+; 4. Rg3, rç6; 5. Cf4 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

DCL - 26 DE MARÇO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D13Por: Pierre Garlopeau
Au Coeur du Problème, França, s/dPr.: [7]: 6-8-9-11-20-30-37
Br.: [7]: 22-32-38-39-41-43-47Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998D13 [P.G.]

1. 1. 38-32, 2. 47-42, 3. 38-32, 4. 33-28, 5. 47-42, 6. 38-32, 7. 47-42, 8. 38-32, 9. 47-42, 10. 38-32, 11. 47-42, 12. 38-32, 13. 47-42, 14. 38-32, 15. 47-42, 16. 38-32, 17. 47-42, 18. 38-32, 19. 47-42, 20. 38-32, 21. 47-42, 22. 38-32, 23. 47-42, 24. 38-32, 25. 47-42, 26. 38-32, 27. 47-42, 28. 38-32, 29. 47-42, 30. 38-32, 31. 47-42, 32. 38-32, 33. 47-42, 34. 38-32, 35. 47-42, 36. 38-32, 37. 47-42, 38. 38-32, 39. 47-42, 40. 38-32, 41. 47-42, 42. 38-32, 43. 47-42, 44. 38-32, 45. 47-42, 46. 38-32, 47. 47-42, 48. 38-32, 49. 47-42, 50. 38-32, 51. 47-42, 52. 38-32, 53. 47-42, 54. 38-32, 55. 47-42, 56. 38-32, 57. 47-42, 58. 38-32, 59. 47-42, 60. 38-32, 61. 47-42, 62. 38-32, 63. 47-42, 64. 38-32, 65. 47-42, 66. 38-32, 67. 47-42, 68. 38-32, 69. 47-42, 70. 38-32, 71. 47-42, 72. 38-32, 73. 47-42, 74. 38-32, 75. 47-42, 76. 38-32, 77. 47-42, 78. 38-32, 79. 47-42, 80. 38-32, 81. 47-42, 82. 38-32, 83. 47-42, 84. 38-32, 85. 47-42, 86. 38-32, 87. 47-42, 88. 38-32, 89. 47-42, 90. 38-32, 91. 47-42, 92. 38-32, 93. 47-42, 94. 38-32, 95. 47-42, 96. 38-32, 97. 47-42, 98. 38-32, 99. 47-42, 100. 38-32, 101. 47-42, 102. 38-32, 103. 47-42, 104. 38-32, 105. 47-42, 106. 38-32, 107. 47-42, 108. 38-32, 109. 47-42, 110. 38-32, 111. 47-42, 112. 38-32, 113. 47-42, 114. 38-32, 115. 47-42, 116. 38-32, 117. 47-42, 118. 38-32, 119. 47-42, 120. 38-32, 121. 47-42, 122. 38-32, 123. 47-42, 124. 38-32, 125. 47-42, 126. 38-32, 127. 47-42, 128. 38-32, 129. 47-42, 130. 38-32, 131. 47-42, 132. 38-32, 133. 47-42, 134. 38-32, 135. 47-42, 136. 38-32, 137. 47-42, 138. 38-32, 139. 47-42, 140. 38-32, 141. 47-42, 142. 38-32, 143. 47-42, 144. 38-32, 145. 47-42, 146. 38-32, 147. 47-42, 148. 38-32, 149. 47-42, 150. 38-32, 151. 47-42, 152. 38-32, 153. 47-42, 154. 38-32, 155. 47-42, 156. 38-32, 157. 47-42, 158. 38-32, 159. 47-42, 160. 38-32, 161. 47-42, 162. 38-32, 163. 47-42, 164. 38-32, 165. 47-42, 166. 38-32, 167. 47-42, 168. 38-32, 169. 47-42, 170. 38-32, 171. 47-42, 172. 38-32, 173. 47-42, 174. 38-32, 175. 47-42, 176. 38-32, 177. 47-42, 178. 38-32, 179. 47-42, 180. 38-32, 181. 47-42, 182. 38-32, 183. 47-42, 184. 38-32, 185. 47-42, 186. 38-32, 187. 47-42, 188. 38-32, 189. 47-42, 190. 38-32, 191. 47-42, 192. 38-32, 193. 47-42, 194. 38-32, 195. 47-42, 196. 38-32, 197. 47-42, 198. 38-32, 199. 47-42, 200. 38-32, 201. 47-42, 202. 38-32, 203. 47-42, 204. 38-32, 205. 47-42, 206. 38-32, 207. 47-42, 208. 38-32, 209. 47-42, 210. 38-32, 211. 47-42, 212. 38-32, 213. 47-42, 214. 38-32, 215. 47-42, 216. 38-32, 217. 47-42, 218. 38-32, 219. 47-42, 220. 38-32, 221. 47-42, 222. 38-32, 223. 47-42, 224. 38-32, 225. 47-42, 226. 38-32, 227. 47-42, 228. 38-32, 229. 47-42, 230. 38-32, 231. 47-42, 232. 38-32, 233. 47-42, 234. 38-32, 235. 47-42, 236. 38-32, 237. 47-42, 238. 38-32, 239. 47-42, 240. 38-32, 241. 47-42, 242. 38-32, 243. 47-42, 244. 38-32, 245. 47-42, 246. 38-32, 247. 47-42, 248. 38-32, 249. 47-42, 250. 38-32, 251. 47-42, 252. 38-32, 253. 47-42, 254. 38-32, 255. 47-42, 256. 38-32, 257. 47-42, 258. 38-32, 259. 47-42, 260. 38-32, 261. 47-42, 262. 38-32, 263. 47-42, 264. 38-32, 265. 47-42, 266. 38-32, 267. 47-42, 268. 38-32, 269. 47-42, 270. 38-32, 271. 47-42, 272. 38-32, 273. 47-42, 274. 38-32, 275. 47-42, 276. 38-32, 277. 47-42, 278. 38-32, 279. 47-42, 280. 38-32, 281. 47-42, 282. 38-32, 283. 47-42, 284. 38-32, 285. 47-42, 286. 38-32, 287. 47-42, 288. 38-32, 289. 47-42, 290. 38-32, 291. 47-42, 292. 38-32, 293. 47-42, 294. 38-32, 295. 47-42, 296. 38-32, 297. 47-42, 298. 38-32, 299. 47-42, 300. 38-32, 301. 47-42, 302. 38-32, 303. 47-42, 304. 38-32, 305. 47-42, 306. 38-32, 307. 47-42, 308. 38-32, 309. 47-42, 310. 38-32, 311. 47-42, 312. 38-32, 313. 47-42, 314. 38-32, 315. 47-42, 316. 38-32, 317. 47-42, 318. 38-32, 319. 47-42, 320. 38-32, 321. 47-42, 322. 38-32, 323. 47-42, 324. 38-32, 325. 47-42, 326. 38-32, 327. 47-42, 328. 38-32, 329. 47-42, 330. 38-32, 331. 47-42, 332. 38-32, 333. 47-42, 334. 38-32, 335. 47-42, 336. 38-32, 337. 47-42, 338. 38-32, 339. 47-42, 340. 38-32, 341. 47-42, 342. 38-32, 343. 47-42, 344. 38-32, 345. 47-42, 346. 38-32, 347. 47-42, 348. 38-32, 349. 47-42, 350. 38-32, 351. 47-42, 352. 38-32, 353. 47-42, 354. 38-32, 355. 47-42, 356. 38-32, 357. 47-42, 358. 38-32, 359. 47-42, 360. 38-32, 361. 47-42, 362. 38-32, 363. 47-42, 364. 38-32, 365. 47-42, 366. 38-32, 367. 47-42, 368. 38-32, 369. 47-42, 370. 38-32, 371. 47-42, 372. 38-32, 373. 47-42, 374. 38-32, 375. 47-42, 376. 38-32, 377. 47-42, 378. 38-32, 379. 47-42, 380. 38-32, 381. 47-42, 382. 38-32, 383. 47-42, 384. 38-32, 385. 47-42, 386. 38-32, 387. 47-42, 388. 38-32, 389. 47-42, 390. 38-32, 391. 47-42, 392. 38-32, 393. 47-42, 394. 38-32, 395. 47-42, 396. 38-32, 397. 47-42, 398. 38-32, 399. 47-42, 400. 38-32, 401. 47-42, 402. 38-32, 403. 47-42, 404. 38-32, 405. 47-42, 406. 38-32, 407. 47-42, 408. 38-32, 409. 47-42, 410. 38-32, 411. 47-42, 412. 38-32, 413. 47-42, 414. 38-32, 415. 47-42, 416. 38-32, 417. 47-42, 418. 38-32, 419. 47-42, 420. 38-32, 421. 47-42, 422. 38-32, 423. 47-42, 424. 38-32, 425. 47-42, 426. 38-32, 427. 47-42, 428. 38-32, 429. 47-42, 430. 38-32, 431. 47-42, 432. 38-32, 433. 47-42, 434. 38-32, 435. 47-42, 436. 38-32, 437. 47-42, 438. 38-32, 439. 47-42, 440. 38-32, 441. 47-42, 442. 38-32, 443. 47-42, 444. 38-32, 445. 47-42, 446. 38-32, 447. 47-42, 448. 38-32, 449. 47-42, 450. 38-32, 451. 47-42, 452. 38-32, 453. 47-42, 454. 38-32, 455. 47-42, 456. 38-32, 457. 47-42, 458. 38-32, 459. 47-42, 460. 38-32, 461. 47-42, 462. 38-32, 463. 47-42, 464. 38-32, 465. 47-42, 466. 38-32, 467. 47-42, 468. 38-32, 469. 47-42, 470. 38-32, 471. 47-42, 472. 38-32, 473. 47-42, 474. 38-32, 475. 47-42, 476. 38-32, 477. 47-42, 478. 38-32, 479. 47-42, 480. 38-32, 481. 47-42, 482. 38-32, 483. 47-42, 484. 38-32, 485. 47-42, 486. 38-32, 487. 47-42, 488. 38-32, 489. 47-42, 490. 38-32, 491. 47-42, 492. 38-32, 493. 47-42, 494. 38-32, 495. 47-42, 496. 38-32, 497. 47-42, 498. 38-32, 499. 47-42, 500. 38-32, 501. 47-42, 502. 38-32, 503. 47-42, 504. 38-32, 505. 47-42, 506. 38-32, 507. 47-42, 508. 38-32, 509. 47-42, 510. 38-32, 511. 47-42, 512. 38-32, 513. 47-42, 514. 38-32, 515. 47-42, 516. 38-32, 517. 47-42, 518. 38-32, 519. 47-42, 520. 38-32, 521. 47-42, 522. 38-32, 523. 47-42, 524. 38-32, 525. 47-42, 526. 38-32, 527. 47-42, 528. 38-32, 529. 47-42, 530. 38-32, 531. 47-42, 532. 38-32, 533. 47-42, 534. 38-32, 535. 47-42, 536. 38-32, 537. 47-42, 538. 38-32, 539. 47-42, 540. 38-32, 541. 47-42, 542. 38-32, 543. 47-42, 544. 38-32, 545. 47-42, 546. 38-32, 547. 47-42, 548. 38-32, 549. 47-42, 550. 38-32, 551. 47-42, 552. 38-32, 553. 47-42, 554. 38-32, 555. 47-42, 556. 38-32, 557. 47-42, 558. 38-32, 559. 47-42, 560. 38-32, 561. 47-42, 562. 38-32, 563. 47-42, 564. 38-32, 565. 47-42, 566. 38-32, 567. 47-42, 568. 38-32, 569. 47-42, 570. 38-32, 571. 47-42, 572. 38-32, 573. 47-42, 574. 38-32, 575. 47-42, 576. 38-32, 577. 47-42, 578. 38-32, 579. 47-42, 580. 38-32, 581. 47-42, 582. 38-32, 583. 47-42, 584. 38-32, 585. 47-42, 586. 38-32, 587. 47-42, 588. 38-32, 589. 47-42, 590. 38-32, 591. 47-42, 592. 38-32, 593. 47-42, 594. 38-32, 595. 47-42, 596. 38-32, 597. 47-42, 598. 38-32, 599. 47-42, 600. 38-32, 601. 47-42, 602. 38-32, 603. 47-42, 604. 38-32, 605. 47-42, 606. 38-32, 607. 47-42, 608. 38-32, 609. 47-42, 610. 38-32, 611. 47-42, 612. 38-32, 613. 47-42, 614. 38-32, 615. 47-42, 616. 38-32, 617. 47-42, 618. 38-32, 619. 47-42, 620. 38-32, 621. 47-42, 622. 38-32, 623. 47-42, 624. 38-32, 625. 47-42, 626. 38-32, 627. 47-42, 628. 38-32, 629. 47-42, 630. 38-32, 631. 47-42, 632. 38-32, 633. 47-42, 634. 38-32, 635. 47-42, 636. 38-32, 637. 47-42, 638. 38-32, 639. 47-42, 640. 38-32, 641. 47-42, 642. 38-32, 643. 47-42, 644. 38-32, 645. 47-42, 646. 38-32, 647. 47-42, 648. 38-32, 649. 47-42, 650. 38-32, 651. 47-42, 652. 38-32, 653. 47-42, 654. 38-32, 655. 47-42, 656. 38-32, 657. 47-42, 658. 38-32, 659. 47-42, 660. 38-32, 661. 47-42, 662. 38-32, 663. 47-42, 664. 38-32, 665. 47-42, 666. 38-32, 667. 47-42, 668. 38-32, 669. 47-42, 670. 38-32, 671. 47-42, 672. 38-32, 673. 47-42, 674. 38-32, 675. 47-42, 676. 38-32, 677. 47-42, 678. 38-32, 679. 47-42, 680. 38-32, 681. 47-42, 682. 38-32, 683. 47-42, 684. 38-32, 685. 47-42, 686. 38-32, 687. 47-42, 688. 38-32, 689. 47-42, 690. 38-32, 691. 47-42, 692. 38-32, 693. 47-42, 694. 38-32, 695. 47-42, 696. 38-32, 697. 47-42, 698. 38-32, 699. 47-42, 700. 38-32, 701. 47-42, 702. 38-32, 703. 47-42, 704. 38-32, 705. 47-42, 706. 38-32, 707. 47-42, 708. 38-32, 709. 47-42, 710. 38-32, 711. 47-42, 712. 38-32, 713. 47-42, 714. 38-32, 715. 47-42, 716. 38-32, 717. 47-42, 718. 38-32, 719. 47-42, 720. 38-32, 721. 47-42, 722. 38-32, 723. 47-42, 724. 38-32, 725. 47-42, 726. 38-32, 727. 47-42, 728. 38-32, 729. 47-42, 730. 38-32, 731. 47-42, 732. 38-32, 733. 47-42, 734. 38-32, 735. 47-42, 736. 38-32, 737. 47-42, 738. 38-32, 739. 47-42, 740. 38-32, 741. 47-42, 742. 38-32, 743. 47-42, 744. 38-32, 745. 47-42, 746. 38-32, 747. 47-42, 748. 38-32, 749. 47-42, 750. 38-32, 751. 47-42, 752. 38-32, 753. 47-42, 754. 38-32, 755. 47-42, 756. 38-32, 757. 47-42, 758. 38-32, 759. 47-42, 760. 38-32, 761. 47-42, 762. 38-32, 763. 47-42, 764. 38-32, 765. 47-42, 766. 38-32, 767. 47-42, 768. 38-32,

AGENDA

Plenários e outras reuniões das organizações do PCP

Mirandela

3ª Assembleia da Organização Concelhia
Domingo, 29, a partir das 15h30,
no Salão da JF de Mirandela
com a participação de
Henrique Sousa

Às 19h30:

Jantar-convívio comemorativo
do 77º aniversário do PCP
no Rest. «Terra Quente»

Baixa da Banheira

VI Assembleia da Organização
de Freguesia

Domingo, 29, a partir das 14h, na Soc. União Alentejana

CARLOS CARVALHAS

Secretário-geral do PCP

visita 26 de Março, Dia Nacional do Utente
de Saúde, o Centro de Saúde de Marvila
(Rua Dr. Estêvão Vasconcelos, junto à Estação
velha de Braço de Prata), acompanhado de
Edgar Correia, da CP do CC do PCP, de deputados e
membros da DORL do PCP
(a partir das 8h30)

Lisboa - CT Vitória - 2 de Abril às 18h
AMI-Acordo Multilateral sobre Investimentos
- O NOVO MANIFESTO
DO CAPITALISMO MUNDIAL

Intervenções de **Sérgio Ribeiro**,
Lino de Carvalho
e de **CARLOS CARVALHAS**,
que fará a intervenção de encerramento

Em debate

Amarante

À conversa com **ÁLVARO CUNHAL** sobre a vida e a luta
do PCP e a actualidade do pensamento comunista
Segunda-feira, 30, às 21h30,
na Cozinha dos Frades, CM de Amarante

«IVG» no distrito de Braga

A mulher deve ter ou não o direito de optar? Sim ou não ao
Referendo? - estas são questões para que se procurarão respostas nos
debates a realizar este fim-de-semana no distrito de Braga com a
participação da deputada do PCP

Odete Santos:

- Amanhã, sexta-feira, às 21h30, em Braga
- na Casa do Trabalhador -, também com a participação da médica

Judite Santos:

- Sábado, às 17h, em Vila Nova de Famalicão
- na Esc. Secundária Camilo Castelo Branco;
- Sábado, às 21h30, em Barcelos - no Auditório do Museu
da Olaria -, onde intervirá também o médico **Jorge Quintas**.

«IVG» em Caldas da Rainha

Sexta-feira, às 21h30, no Auditório Municipal, debate com a
participação de **Bernardino Soares**.

Segurança Social em Lisboa

«A Segurança Social em Portugal» é um debate integrado na
preparação da próxima VII Assembleia de Organização da Função
Pública da ORL. Vai decorrer no Hotel Berna, dia 28, a partir das
10h30, com a participação de **Edgar Correia**.

O «Manifesto Comunista» no Pragal

Debate sobre os 150 Anos do Manifesto Comunista,
antecedido de almoço-convívio, às 13h, no Restaurante
«Grão de Café»: sábado, 28.

A reconversão do Vale de Alcântara em Lisboa

Questões urbanísticas e sociais colocadas
pela reconversão do Vale de Alcântara
(em que o Casal Ventoso está inserido) estarão hoje, quinta-feira, em
debate numa sessão pública promovida pelos comunistas, e que terá o
concurso de especialistas nas áreas implicadas no processo de
reconversão. Na Junta de Freguesia de Alcântara, com início às 21h.

Amadora

CDU - Plenário de eleitos nas
autarquias do Concelho:
hoje, quinta-feira, às 20h30, nos
Recreios Artísticos da Amadora

Encontro de Quadros do PCP

do Concelho da Amadora:
sábado, 4, no Auditório da CM

Brandoa - Plenário de
militantes da freguesia: sexta,
27, às 20h30, no CT local
Venda Nova - Plenário de
militantes da freguesia:
sábado, 28, às 15,
no CT da Damaia
Falagueira - Plenário de
militantes da freguesia:
sábado, 28, às 15, no CT local

Coimbra

Assembleias plenárias
preparatórias da Assembleia da
Organização Regional de
Coimbra a realizar brevemente:

Sexta, 27, no CT - da
Organização da Cidade
Histórica; dos Sectores
Profissionais, Sindical e
Células de Empresa, com a
participação **Jerónimo de Sousa**.
Sábado, 28 - Em Coimbra, das
Organizações das freguesias do
Norte, de Torres do Mondego,
de Eiras, de S. Martinho do
Bispo. Em Miranda do Corvo,
às 19h30, Assembleia da
Organização Concelhia, seguida
de jantar-convívio, com a
participação de **Sérgio Teixeira**.
Em Montemor-o-Velho, às 15h,
Assembleia Concelhia, com a
presença de **Sérgio Teixeira**.
Quarta, 1 - Assembleia Plenária
do Sector Intelectual de
Coimbra, com a presença de
Sérgio Teixeira: às 21h30,
no Centro de Trabalho.

Lisboa

Sector de Empresas
- Plenário de militantes do
Sector, c/camaradas eleitos em
estruturas de trabalhadores:
sexta, 27, às 18h,
no CT Duque de Loulé.

Alcântara - Plenário de
militantes da freguesia: sábado,
28, às 15h, no CT de Alcântara
Alvalade/Campo
Grande/S. João Brito/S. João
Deus/S. Sebastião da Pedreira
- Plenário de militantes das
cinco freguesias: dia 28, às 15h,
no CT Vitória.

Loures

Reunião da Direcção
Concelhia: sábado, 28, às 15h,
no Complexo das 7 Casas

Sintra

Cacém - Plenário de militantes
da freguesia: sexta, 27, às 21h,
no CT de Cacém,
com a participação de
Henrique Sousa

Domingo, 29, às 12h30

Matança do porco na Quinta da Atalaia

organizada pela Com. Concelhia de Oeiras do
PCP com a presença de

José Casanova

Autocarro: saída de Oeiras às 10h,
paragem em Paço de Arcos (Mercado),
Porto Salvo (SIMPS),
Leceia (Largo), Tercena (GRT), Queijas (Igreja),
Carnaxide (ex-Vimeca), Linda-a-Velha (CGD),
Algés (Estação)

Jantar em Paredes (Parada de Todeia)

Terça, 31, às 20h, no Rest. «Maria Luísa»,
com a participação de

Álvaro Cunhal

Jantar em Almeirim

Sexta, 27, às 20h30, no Rest. «Moinho
de Vento»

com a participação de
Octávio Teixeira

Lanche na Amadora

Sábado, 28, às 15h30,
no Pq. Urbano Armando Romão,
com a participação de
Sérgio Vilarigues

Almoço

em Sobral de Monte Agraço
Domingo, 29, às 13h, na Garagem da CM
com a participação de
Agostinho Lopes

Jantar-convívio em Cantanhede

Sábado, 28, às 20h, no Rest. «O Figueiró»
com a participação de **Carlos Fraião**

Convívio

em Torres Novas
Sábado, 28, às 20h, na Esplanada
do CT do PCP
com a participação de
Jorge Cordeiro

«O PCP e o desporto do Séc. XXI»

Encontro promovido
pelo Grupo de Estudos do PCP

para a Política Desportiva
Sábado, 28, das 10 às 17h,
no CT Vitória

com a participação de
Agostinho Lopes

LENIN'S BAR
se pretendes conviver divertir-te trocar ideias
fazer novos amigos

LENIN'S BAR
construído por um pequeno grande grupo
da juventude comunista
em Tires, sexta e sábado às 21 e 30

PCP bar
Espaço de Convívio do PCP
de Alcântara
Obrigado pela visita!
Rua de Alcântara, 27 1º Tel.: 3638512

Todas as 6.as feiras

1921-1998

77.

aniversário
PCP



Do Manifesto

ao
Capital colóquio

Dia 28 de Março de 1998
Hotel Altis - Sala Madrid
Rua Castilho, 11 - Lisboa

10.00 horas Abertura
Intervenção de **José Barata Moura**
10.45 horas Comunicações de **Hemâni Resende**,
José Sobral, **João Maria de Freitas Branco**,
Fernando Oliveira Baptista
12.00 horas Debate
15.00 horas Comunicações de **Carlos Pimenta**,
Maria António Pacheco, **René Tapiá**,
Ana Nunes de Almeida, **Vitor Serrão**,
Manuel Gusmão
17.30 horas Debate

10.º ANIVERSÁRIO
31 1998
VÉRTICE

JCP

2º Encontro da Organização Concelhia do Seixal

Sábado, 28, no Espaço
Jovem do CT do PCP
em Arrentela

A partir das 18h: Convívio.
Café-concerto até às 24h

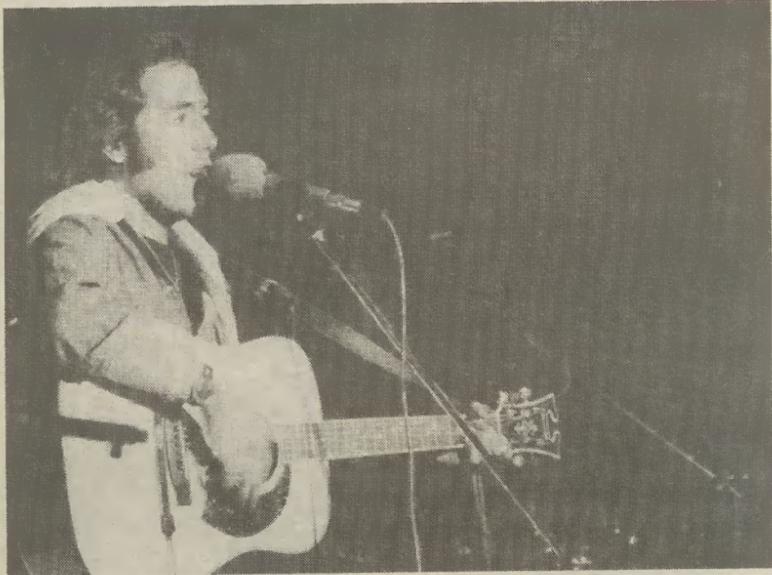
Prepara o Verão e as Férias viajando com amigos!

Em **ALMADA**, a Comissão Concelhia do PCP organiza e ainda tem inscrições abertas para
uma viagem de **8 Dias nos Açores** - na **Terceira, Faial, Pico e S. Miguel**, de **22 a 29 de Julho**.
Inscrições podem ser feitas junto do camarada **Artur Cabrita**, tels. 2752777 e 2753939.

Da Freguesia da **PENHA DE FRANÇA**, em Lisboa, a excursão é a **Benidorme** - de **19 a 28 de Junho**, com partida às 20h de sexta-feira da Av. General Roçadas, passagem por Montemor e Borba, Badajoz, Talavera de La Reina e Albacete, e chegada a Benidorme para seis dias de férias em pensão completa, com visitas a museus e à Ilha e um espectáculo no Benidorme Palace - tudo por um preço convidativo! Para informações e inscrições: Tel. 8138119 (lvone).

Da Freguesia de **Benfica**, também em Lisboa, a viagem é mais curta (e decerto mais barata...): no dia 5 de Abril vai-se numa **volta pelo Alentejo**, com almoço em Moura, visita à zona da Barragem do Alqueva, paragem em Évora e entrada em Lisboa pela novíssima Ponte Vasco da Gama. Para inscrições: Comissão de Freguesia de Benfica do PCP.

TELEVISÃO



A riqueza da conjugação voz/guitarra na música portuguesa - de a que a Festa do Avante! é desde sempre um grande palco - passa esta noite na RTP1, num desfile de talentos que inclui Sérgio Godinho, mas também Zeca, Adriano, Tim, Veloso e tantos outros...

Quinta, 26

RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.15 Isto Só Vídeo
15.50 Coração Selvagem
16.40 Concurso 1, 2, 3
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Terra Mãe
22.30 Maria Elisa
01.05 Musical: «Voz e Guitarra... na Música Portuguesa»

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2
22.40 O Grande Salto (de Joel e Eitan Coen, EUA/1994, com Tim Robbins, Jennifer Jason Leigh, Paul Newman, Charles Durning, John Mahoney. Ver Destaque)
00.30 Falatório
01.25 Magacine

SIC
08.10 Buêré
10.15 Trapalhões
11.15 Receitas do Dia
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bom Baião
21.30 Anjo Mau
22.30 Ponto de Encontro
23.30 Donos da Bola
02.00 Último Jornal
02.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Linha de Fundo
00.40 Seinfeld
01.10 Ponto Final

Sexta, 27

RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 Os Andrades
16.30 Coração Selvagem
18.05 Jardim das Estrelas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
21.45 Teatro: «O Gato»
00.35 24 Horas
01.25 Tango Feroz (de Marcelo Piñeyro, Arg./Esp./1993, com Fenan Miras, Cecilia Dopazo, Imanol Arias, Hector Alterio, Leonardo Sbaraglia. Drama)
03.15 Motores

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Quem Sabe, Sabe...
22.00 Jornal 2
22.40 Fargo (de Joel e Ethan Coen, EUA/1996, com Frances McDormand, Steve Buscemi, William H. Macy, Peter Stormare, John Carroll Lynch. Ver Destaque)
00.20 Falatório
01.15 Páginas Negras de Patricia Highsmith

SIC
08.10 Buêré
10.15 Trapalhões
11.15 Receitas do Dia
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bom Baião
21.30 Anjo Mau
22.30 Ponto de Encontro
23.30 Donos da Bola
02.00 Último Jornal
02.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 C - 16
24.00 O Perfeito Alibi (de Hector Elizondo, Teri Garr, Kathleen Quinlan, Alex McArthur, Lydie Denier, Anne Ramsey. Policial)
02.00 Seinfeld
02.30 Fora de Jogo

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Sábado, 28

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 Fórmula 1 - GP do Brasil
17.10 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques
18.10 Conan, o Guerrilheiro
19.10 After The Break
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.25 Jet 7
22.00 Há Horas Felizes
23.45 Riso, Mentiras e Vídeo
01.00 Serviço de Urgência
01.50 24 Horas
02.30 O Último Fôlego (de Jim McBride, EUA/1983, com Richard Gere, Valerie Kaprisky, William Tepper, John P. Ryan, Art Metrano. Drama)
04.25 Futebol Inglês

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Música Maestro - Concerto com Maria João Pires
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Onda Curta (Filmes de Mihail Kobakhidze, Georgia: O Casamento, Svadba, 1964; O Guarda-Chuva, Zontic, 1966; Os Músicos, Muzicanti, 1969. Curtas Metragens)
19.30 2001
20.15 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.50 Ondas de Paixão (de Lars von Trier, Din./1996, com Emily Watson, Stellan Skarsgård, Katrin Carlidge, Jean-Marc Barre. Ver Destaque)
01.30 Sinais do Tempo
02.25 Scopophilia

SIC
08.00 Buêré
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Imagens Reais
14.10 Príncipe de Bel Air
14.30 Norte e Sul
16.00 Xena, a Princesa Guerreira
17.00 Walker
18.00 Air America (de Roger Spottiswoode, EUA/1990, com Mel Gibson, Robert Downey, Jr., Nancy Travis, David Marshall Grant. Comédia / Guerra)
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Cowboy para Sempre (de Christopher Cain, EUA/1992, com George Strait, Lesley Ann Warren, Isabel Glasser, Kyle Chandler. Drama)

TVI
10.00 Animação
12.40 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
16.40 Danielle Steel - Zoya (de George KacZender, EUA/1995, com Lisa Rinna, George Hamilton, Robert Hayes. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Pensacola, Asas de Ouro
23.30 Causa Justa
00.20 Na Linha da Vingança (de Stephen Lieb, EUA/1994, com Rod Kei, Carl Vanmeter, Cheryl Kalanoc. Telefilme / Artes Marciais)

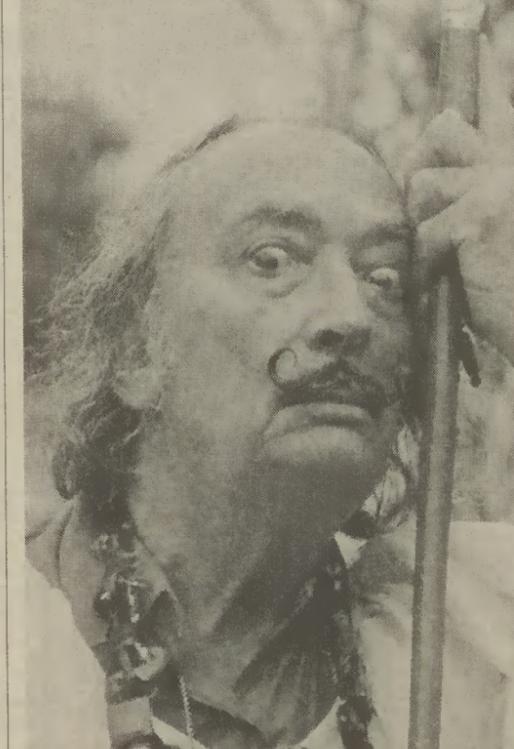
Domingo, 29

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
11.55 Cross - Campeonato do Mundo (Homens)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.05 Casa Cheia
16.50 Fórmula 1 - GP do Brasil
19.05 Riscos
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Domingo Desportivo (inclui Est. Amadora-Sporting)
00.15 Fórmula 1 - GP do Brasil
01.00 24 Horas
01.40 Nos Limites do Terror

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Maravilhas do Universo
12.10 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.10 O Cerco (de António Cunha Telles, Port./1969, com Maria Cabral, Miguel Franco, Rui de Carvalho, Mário Jacques, David Hudson, Lia Gama. Ver Destaque)
19.35 Bombordo
20.30 Artes e Letras - «Dali» (Parte II)
21.25 Morrer em Dieppe
22.50 Horizontes da Memória
23.20 Ópera: «O Conde Ory», de Rossini
00.25 Vidas do Século - A Dinastia Grimaldi (Parte II)

SIC
08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Malucos do Riso
14.20 S.O.S.
14.55 Os Imortais
16.00 Jack, o Urso (de Marshall Herskovitz, EUA/1993, com Danny De Vito, Robert J. Steinmiller, Miko Hughes, Gary Sinise. Comédia Dramática)
18.00 Futebol: Benfica-Boavista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Chuva de Estrelas
21.55 Corpo Dourado
23.15 Cyborg (de Albert Pyun, EUA/1988, com Jean-Claude Van Danne, Deborah Richter, Vincent Klyn, Alex Daniels. Acção)
01.00 Último Jornal
01.25 Gémeas

TVI
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 O Urso Selvagem
15.00 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Danielle Steel - Zoya (de George KacZender, EUA/1995, com Lisa Rinna, George Hamilton, Robert Hayes. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)
00.20 O Peixe do Amor (de John Sayles, EUA/1992, com Mary McDonnell, Alfre Woodard, Leo Burmester, Vandie Curtis-Hall. Ver Destaque)



Dali volta domingo à RTP2, na 2ª parte de um documentário que lhe é dedicado

Segunda, 30

RTP 1
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.35 Nico d'Obra
16.05 Maria do Bairro
17.35 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Não Há Duas em Três
21.35 Terra Mãe
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.35 24 Horas
01.25 Futebol - França'98
02.00 Horizontes da Memória

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Espaço Vital - Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.30 3º Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.30 O Céu Pode Esperar (de Ernst Lubitsch, EUA/1943, com Gene Tierney, Don Ameche, Charles Coburn, Marjorie Main. Ver Destaque)
00.25 Falatório
01.20 O Crítico

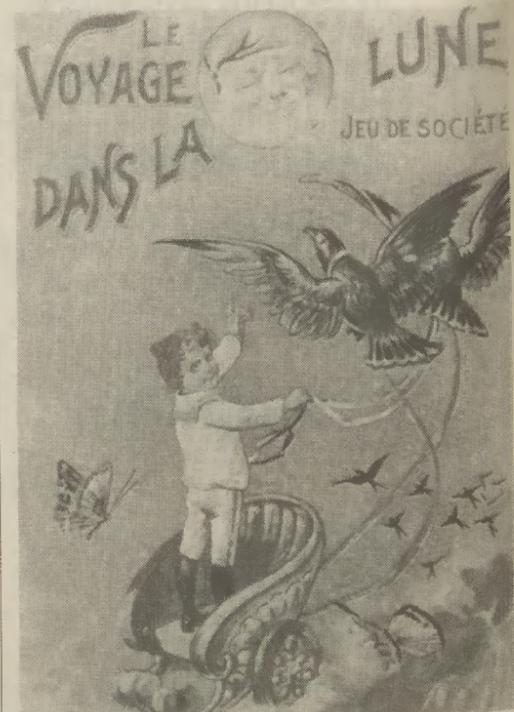
SIC
08.10 Buêré
11.15 Receitas do Dia
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.20 Último Jornal
02.05 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
00.30 Seinfeld
01.10 Fora de Jogo

Terça, 31

RTP 1
08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 As Lições do Tonecas
16.00 Maria do Bairro
17.20 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Solteiros
21.35 Terra Mãe
22.30 Obrigado por Tudo
00.15 Millenium
01.10 24 Horas
02.00 Liga dos Campeões

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Rotações



A SIC exhibe «A Magia de Méliès», um produção do canal Arte. Depois de uma dezena de filmes inéditos em televisão, o documentário sobre o próprio cineasta passa na próxima terça-feira

18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Amor Eterno (de Alain Resnais, Fr./1984, com Sabine Azéma, Fanny Ardant, Pierre Arditi, André Dussolier. Ver Destaque)
00.05 Falatório
01.00 Musical: «The White Room»

SIC
08.00 Buêré
11.15 Receitas do Dia
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Médico de Família
23.15 Filhos da Nação
00.30 Último Jornal
01.00 Conversas Secretas

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Só Contra Tudo (de Christopher Leitch, EUA/1995, com Tiffani-Ambar Thiessen, Brian Austin Green, Isabella Hoffman. Drama)
00.20 Seinfeld
00.50 Lanterna Mágica
01.30 Fora de Jogo

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Tim Robbins e Paul Newman, em "O Grande Salto", de Joel e Ethan Coen

O Grande Salto

(Quinta, 22.40, RTP2)

Sem chegar às alturas de *Histórias de Gangsters* ou de *Barton Fink*, os quais brilharam em elevadíssimo grau neste conjunto de filmes de Joel e Ethan Coen que *Cinco Noites, Cinco Filmes* em boa hora nos estão a proporcionar, *O Grande Salto* dá-nos a ver uma outra faceta da arte polivalente dos dois talentosos irmãos: sempre demonstrando a capacidade renovadora e inventiva de revisitar géneros clássicos, eles invadem agora o terreno do fantástico, à maneira de Capra ou Hawks, ao contar-nos a história de um modesto empregado que chega ao posto mais destacado de uma empresa em crise. Com Tim Robbins, Paul Newman e Jennifer Jason Leigh nos principais papeis, é uma estreia na televisão portuguesa.

Fargo

(Sexta, 22.40, RTP2)

«Jerry Lundegaard, um insignificante vendedor de automóveis do Midwest, tem dívidas "até ao pescoço". Decide contratar um marginal, Carl Showalter, para raptar a sua mulher e obrigar o seu abastado sogro a pagar um principesco resgate. Carl e o seu cúmplice, um idiota perigoso e incontrolável, executam o rapto mas pelo caminho abatem a tiro um polícia e duas testemunhas. Marge Gunderson, chefe de polícia de Minneapolis, toma conta do caso. Marge parece uma vulgar dona de casa grávida mas é na verdade um fino e dotado espírito dedutivo que a pouco e pouco, com a tradicional calma daquelas paragens geladas do interior dos EUA, vai conseguir resolver todo este estúpido e sangrento crime.» Este resumo fornecido pela RTP parece sintetizar bastante bem o enredo de mais um filme do ciclo dedicado aos irmãos Coen, que julgamos também inédito em televisão. Com a sua interpretação, a excelente actriz que é Frances McDormand, mulher de Joel Coen, arrebatou um merecido Oscar para o papel principal.

exemplo, esse grande mestre que foi Carl Theodor Dreyer. O realizador deste filme, Lars von Trier, é um dos mais brilhantes cineastas actuais daquele país e escolheu como argumento uma história dramática passada na Escócia, no ambiente fechado e conservador de uma comunidade religiosa: depois de se apaixonar ardentemente, uma jovem acaba por casar-se com um homem mais velho que, entretanto, sofre um grave acidente que o paralisa totalmente e cuja ocorrência provoca uma dramática viragem nas suas vidas. Formalmente, o filme é ainda uma constante revelação já que o realizador opta, na maior parte da sua duração, pelos longos planos-sequência, um desafio inteiramente vencido.



Francis McDormand, a fabulosa mulher-polícia de "Fargo", outro filme dos irmãos Coen

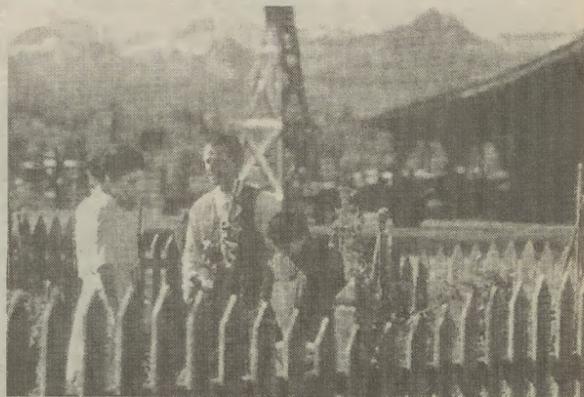
O Cerco (Domingo, 18.10, RTP2)

Com argumento centrado em finais dos anos 60, *O Cerco* é o primeiro filme do produtor António Cunha Telles, principal impulsionador do chamado «cinema novo» português, e acompanha a trajectória de uma jovem mulher que, abandonando o marido e o seu meio social burguês, procura encontrar um caminho próprio, de afirmação pessoal. Com Maria Cabral, Miguel Franco, Mário Jacques e Rui Carvalho, entre outros.



Gene Tierney e Don Ameche, intérpretes principais de "O Céu Pode Esperar", de Ernst Lubitsch

até que surge uma rapariga negra, desesperadamente necessitada deste emprego, que consegue impor-se com a sua forte personalidade ao mau génio da sua empregadora. Este filme simpático, realizado com eficácia e delicadeza por John Sayles (que também o escreveu) e muito bem interpretado por Mary McDonnell e Afre Woodard, pode bem constituir uma surpresa na progra-



Um fotograma de "Lendas de Paixão", um filme falhado de Edward Zwick

mação cinematográfica da TVI, actualmente pelas ruas da amargura.

O Céu Pode Esperar

(Segunda, 22.40, RTP2)

Divertimento e fantasia, como só Lubitsch nos pode proporcionar, este filme, baseado na peça *Birthdays*, de Laszlo Bus-Feketé, conta a história de Henry Van Cleeve que, após a sua morte, se apresenta no Inferno convencido de que para aí inevitavelmente o levariam as suas pecaminosas aventuras no campo do amor, em particular com a sua (depois legítima) mulher, Martha. Mas, surpresa das surpresas, o Diabo, num assomo de bondade e altruísmo, entende que o lugar deste cidadão é «mais acima», lá onde habitam para a eternidade todos os seres a quem Van Cleeve proporcionou vida tão bem recheada de amor e felicidade. Com Don Ameche e Gene Tierney, nos principais papéis, eis uma deliciosa obra-prima, a gravar.

O Céu Pode Esperar

(Terça, 22.40, RTP2)

Não confundir com a obra-prima homónima de Ernst Lubitsch. Tão-pouco chega à perfeição da versão original de *Here Comes Mr. Jordan*, de Alexander Hall, de que é um remake. Mas, nesta agradável adaptação, estamos agora perante as fantasiosas aventuras de um jogador de futebol que morre prematuramente devido ao erro de um anjo desajeitado e que, em compensação, os Céus de novo enviam à terra, agora na pele de um banqueiro. Mas, atenção, que a mulher e o amante desta prepararam o seu assassinato!

Amor Eterno (Quarta, 22.40, RTP2)

Elisabeth, uma bióloga, e Simon, um arqueólogo, amam-se profundamente. Simon morre mas recupera a vida pouco depois. A partir daí, ele fica fascinado pela morte, que considera como um novo ponto de partida. Quanto a Elisabeth, ela chega à conclusão que deve viver o seu amor intensamente. Quando Simon morre uma segunda vez, em definitivo, ela decide juntar-se ao ser amado para além da morte... Em vez de uma obra difícil e abstracta, Alain Resnais propõe-nos aqui um filme que vai ao fundo do que é essencial: o problema da separação e do amor louco. Altamente elaborado no plano formal, este é um filme que incita à reflexão, ao mesmo tempo que provoca um intenso prazer estético.



CABO & SATÉLITE

O cinema nas televisões

Como arte grandemente popular, os magazines televisivos sobre cinema multiplicam-se nos vários canais à nossa disposição via cabo e satélite. Entre os vários que podem recensear-se, se é verdade que as

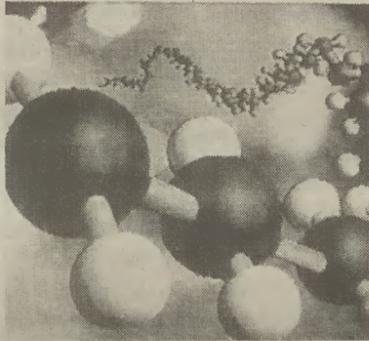
emissões diárias de «Ticket NBC» são abundantes de reportagens, entrevistas e divulgação de clips «em cima da hora», os programas mais exigentes são «Kinorama», no «Arte», sobretudo dedicado ao cinema europeu, ou «Film'98», na «BBC World», já «no ar» desde 1980 e animado por um competente Barry Norman que nem parece ir já quase nos «setenta».

(NBC de segunda a sexta às 18.30, 23.00 e 03.00, Arte às segundas das 21.15 às 21.30 e BBC World às sextas das 21.30 às 22.00, com repetições noutros dias e horas)

O reaparecimento de uma série

Para quem gosta de documentários sobre ciência e outros aspectos da vida actual, o canal «Odisseia» vai transmitir a partir do próximo sábado novos episódios de uma série de qualidade: «O Mundo da Ciência».

Dividida em dois períodos de meia hora (das 13.00 às 13.30 e das 13.30 às 14.00), a primeira parte é sempre dedicada aos cuidados com a alimentação, com recomendações que, para os nossos hábitos alimentares, não são nada desprezíveis. Apesar de tudo, bom apetite! (aos sábados e domingos, das 13.00 às 14.00)



Patinagem no gelo

Seguindo-se ao Campeonato da Europa (Janeiro) e aos Jogos Olímpicos de Inverno (Fevereiro), chega agora neste final de Março a oportunidade para apreciarmos a evolução dos melhores patinadores internacionais, em mais uma edição do Campeonato do Mundo da modalidade. Como sempre, é esperada forte emoção e suspense depois das actuações e antes de aparecerem as duas fileiras de notas: técnicas e artísticas. Provavelmente, a maioria das transmissões será realizada pelo «Eurosport» (e, em menor escala, pela própria RTP) em diferido, já que o Campeonato se realiza em Minneapolis (EUA). (terça, das 16.00 às 22.30, figuras em pares)

Magazines de cinema



Ondas de Paixão

(Sábado, 22.50, RTP2)

Mais outra estreia em televisão, desta vez vinda da Dinamarca e de uma cinematografia que nos deu, por



O desmentido

Há coisas que aborrecem um homem. Por exemplo: a mim, e decerto a muitos outros em condições idênticas, aborrece ter andado a decontar para a chamada Segurança Social desde a adolescência, o que perfaz mais de quarenta anos bem contados, e ao fim de todo este tempo andar constantemente a ouvir que a minha reforma está a ser paga com os descontos dos meus filhos, isto é, das gerações seguintes. Quando o oiço, confesso, sinto-me vagamente humilhado, assim como quem é surpreendido a comer de prato alheio, e, para mais, quase me vejo impossibilitado de indignar-me quando sinto que parte do segmento activo da população está desejando, com intensidade variável, que os velhos morram depressa para que assim termine o fardo que os ainda não velhos andam a carregar.

Pergunto-me, então: o que foi feito do dinheiro que durante quatro décadas e tanto foi retirado dos meus salários e que, pelos vistos, se volatilizou ou partiu para parte incerta? Admito que a pergunta seja ingénua e para ela haja respostas técnicas, seguras e sábias, mas o que receio é que não me sejam convincentes. Explicam-me, designadamente, que o actual sistema de Segurança Social é distributivo e não de capitalização, mas o caso é que a explicação parece-me passar ao lado do actual paradeiro dos meus descontos. Inevitavelmente, desponta uma suspeita: querem ver que lhes deram mau caminho, que os gastaram onde não deviam, quem sabe se em guerras coloniais ou em hidroelectrificações que deviam ter sido financiadas de outro modo? Querem ver que há aqui mais uma grave maldade do fascismo que hoje quase todos esqueceram e ninguém lembra?

O rigor dos números

Vem isto a propósito da última emissão da rubrica «Maria Elisa», por sinal a que imediatamente se seguiu à nomeação da própria Maria Elisa para a Direcção de Programas da RTP. A circunstância foi de bom agouro porque o tema da emissão foi a Segurança Social, assunto de interesse verdadeiramente geral e, por isso mesmo, rigorosamente vocacionado para um canal generalista, ao contrário do curioso entendimento que supõe que só os programas pueris, se não imbecis, estão certos nos canais ditos generalistas. Para mais, a emissão decorreu muito bem e foi conduzida com a serenidade e a isenção que ultimamente tem sido um dos factores de distinção entre Maria Elisa e Margarida Marante. Até lá esteye uma voz da CGTP, na intervenção de Eugénio Rosa, e foi um regalo assistir a como ele escavacou, com o rigor dos números, os argumentos em favor das alegadas vantagens de transferência para o sector privado da parte mais interessante, no plano negociada, do seguro social.

Também o depoimento de Boaventura

Sousa Santos foi precioso ao esclarecer certos pontos. Lembrou ele que, segundo dados do mais importante banco alimentar dos Estados Unidos, 10% dos norte-americanos têm de recorrer diariamente à chamada sopa dos pobres, o que ilumina surpreendentemente as maravilhas do desenvolvimento capitalista. Lembrou também que 5% da população portuguesa embolsa 35% do rendimento nacional; que mais de 90% dos portugueses recebem mensalmente um valor situado entre a pensão mínima e o salário mínimo, que 27% se encontra abaixo do limiar que define a situação de pobreza. Poderá alegar-se que estes dados já eram conhecidos por alguns,

mas a questão é que desta vez foram divulgados no canal principal da RTP e que na TV, mesmo um programa de fraca audiência média (digamos cerca de 5%) é visto por meio milhão de pessoas, isto é, por uma multidão capaz de encher cinco estádios da Luz a abarrotar.

O mais importante de tudo, porém, terá sido o cabal desmentido que o programa constituiu relativamente à atoarda, verdadeiramente sinistra, em tempos posta a circular quanto à falência, anunciada como inevitável e próxima, da Segurança Social. Injectada na opinião pública por círculos próximos dos lobbies financeiros e do próprio governo PSD, convenceu muitos, entre os que trabalham e dispõem «muita força por pouco dinheiro» como cantou o Sérgio Godinho, de que estavam condenados a uma velhice de total miséria porque o Estado não iria ter dinheiro nem mesmo para lhes pagar as reformas minúsculas que lhes estavam prometidas. É certo que a impostura já havia sido desmentida por fontes oficiais em datas mais recentes; mas neste «Maria Elisa» o desmentido foi unânime e categórico, assumido até pelos que eram ali porta-vozes do pensamento de direita na matéria em debate. Terá sido para muitas angústias o tempo de alguma tranquilidade. Bem se pode dizer que uma emissão como esta é verdadeiramente de serviço público.

Arrebatamento e ineficácia

A língua portuguesa não se encontra, para já, entre as que terão expressão oficial na próxima Assembleia Paritária da União Europeia com os países da África, Caraíbas e Pacífico. Controvertida embora, a decisão de Estrasburgo poderá vingar. E não representa, diga-se, o primeiro momento em que conflituam, na cena internacional, os direitos da lusofonia e os interesses do núcleo de países que detêm o poder efectivo na Comunidade e no mundo. Pelo contrário, insere-se numa cadeia de episódios que, para lá da indignação, do protesto e das correcções sobre a hora, imporiam uma reflexão sem tibiezas.

É grave que a Conferência de Presidentes dos Grupos Parlamentares da União arrede o português dos trabalhos de tradução que acompanham

o conclave em apreço. Como, noutras circunstâncias, o foi a ausência de versões na nossa língua de importante documentos jurídicos, técnicos e políticos, nas fases de elaboração e publicação. Ou, ainda, a preferência, em frequentes iniciativas e à luz de critérios cuja obscuridade suscita as maiores reservas, por idiomas bem menos representativos. Num tempo dominado pelo paradigma do anglo-americano, forma vulgarizada do inglês, instrumento de relação na grande aldeia dos negócios transfronteiras e das cibernavegações, a defesa das línguas de cultura, tal como das línguas de comunicação mais ou menos periféricas, todas elas, revela-se um imperativo democrático e civilizacional. Daí a justeza das acções que visam, nos diferentes areópagos, impedir o arbítrio, o hegemonismo, a tentação pela univocidade. Mas, na ordem interna, há interrogações e debates que não podem adiar-se, mudanças e empreender, sobretudo em quanto se prende com as intervenções do Estado.

A presença do português nas sete partidas não se assegura e intensifica com uma prática atentista e inepta, quaisquer que sejam as odes que perpassam o discurso dos governantes. Basta de arrebatamento falaz e ineficácia! Importa saber, por exemplo: Que verbas foram afectas no Orçamento do ano em curso para os projectos nesta área? São elas bastantes? Para quando a criação de Escolas e Institutos nos

PALOP e em regiões do globo particularmente assinaláveis pela fixação de emigrantes ou pela existência de grupos de lusófonos? Com que professores? Que bibliotecas, que Feiras do Livro, que apoios às colectividades e associações de originários de Portugal, que jornadas culturais capazes de excederem os pequenos progressos que se vão sentindo? Quais os planos, no âmbito dos ministérios da Educação e da Cultura, com vista ao cumprimento de tais desideratos? E, no quadro da cooperação, que diligências vêm sendo assumidas por outros ministérios estratégicos? As respostas desolam. E, em consequência,

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo

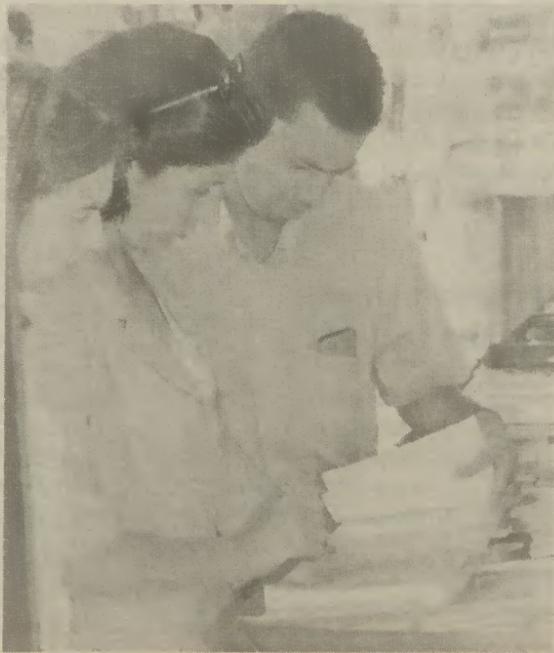
explicam o diagnóstico de perda e assombração que continua a ser produzido por entidades e vozes de diversa matriz.

Pensar-se-ia que, remando contra a tormenta, o *Camões* corrigiria um pouco os erros e deserções, as incompetências e o descaso, as lógicas de débito e desalento. Puro engano! A sua degradação não pára de causar calafrios. As falências que lhe esmaltam o passado implicam agora uma viragem de rumo no sentido da proficiência e do rigor, de novos programas e meios, ousadas, celeridade. Será isso viável, porém, no contexto financeiro e institucional em que se insere, na ausência de orientações claras e compromissos interdepartamentais estabelecidos a montante?

A CPLP, por seu turno, sobrevive na exaustão e na anomia. Longe de corresponder aos objectivos e às expectativas para que foi gerada, caracteriza-se por uma espécie de diáfana insubstância. Não vale a pena emascular a crítica – ou os *Sete* a potenciam e transformam na instituição operativa que nunca se chegou a ver ou, sem delongas, importa substituir o equívoco por uma realidade concebida à margem das pirotecnias de conjuntura. O Governo de Guterres não pode, como tem feito, tentar eximir-se às responsabilidades que lhe cabem. Pautando-se por uma actuação frustrante, não mobilizando contributos e sinergias, demitido da inova-

ção e do dinamismo, permite também, como alguns dos seus pares, o logro de uma quimera, porventura a morte de uma ideia credora de outros destinos.

Não é, pois, apenas em Estrasburgo, por obra e graça de uma deliberação ilídima, que a língua portuguesa enfrenta sombras e muralhas. O que se não efectua a partir de Lisboa, com presteza e urgência, acrescenta sinais de borrasca. E, em boa verdade, ao que parece, tardarão mesmo os dias de luz.



ESCAPARATE

FADO

Mísia
e o fado contemporâneo

Na continuação de uma carreira que tem chamado as atenções dos especialistas do fado, pela invulgaridade da sua voz e da sua postura em palco, a voz de Mísia vai encher no próximo sábado 28, às 21.30, o Grande Auditório da Culturgeste, num concerto que marcará seguramente uma consagração do percurso artístico desta fadista. No seu repertório estarão fados clássicos e também fados com poemas de José Saramago, Fernando Pessoa, Agustina Bessa Luís ou António Lobo Antunes, entre outros.

Dia Mundial
do Teatro

De entre as várias iniciativas realizadas nos meios teatrais para a já tradicional evocação desta data, o destaque vai para o programa especial que é apresentado no Centro Cultural Malaposta, naquela que é também a comemoração do 10º aniversário do CDIAG / Teatro da Malaposta que iniciou as suas actividades em 27 de Março de 88 com a sua primeira produção, «Comédias do Ilustre Amigo», de Almeida Garrett. No domínio do Teatro, a companhia residente reporá em cena nos dias 27, 28 (às 21.30) e 29 (às 16.30), o

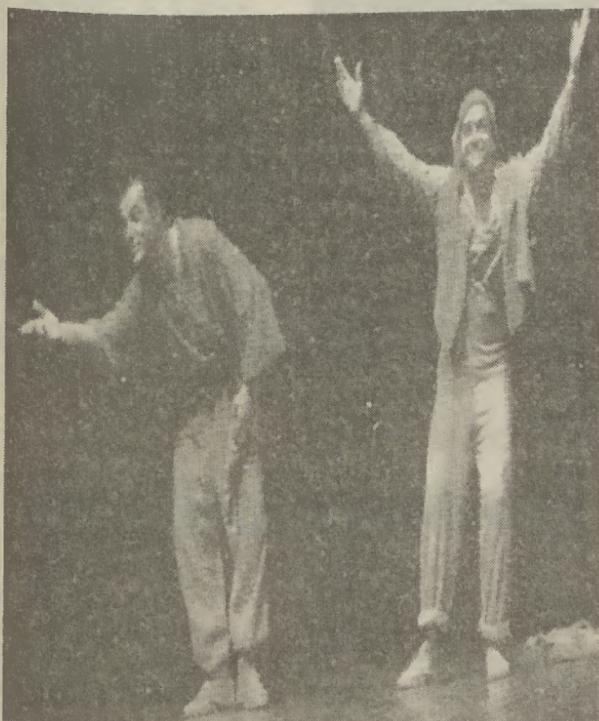
seu último trabalho «O Campiello», peça da autoria de Carlo Goldoni. No campo da Música, a chamada de atenção vai para um convívio musical que decorrerá na madrugada de 27 para 28 e que, além da participação de Sofia Portugal (voz) e Mário Frasco (piano) contará com a presença do grupo «Suite da Terra», constituído por Mário Delgado (guitarra), José Salgueiro (bateria e percussão) e Carlos Barretto (contrabaixo), que também dirige. Quanto ao



Cinema, haverá duas *matinéas* pelas 18 horas, nos dias 27 e 28, com a projecção do filme «Scarface», uma obra-prima de Howard Hawks de 1932, com Paul Muni, Ann Dvorak e George Raft. Durante os três dias que esta comemoração vai ocupar, estará patente ao público no Centro Cultural Malaposta, uma «Mostra de Dramaturgia Contemporânea de Língua Portuguesa», bem como elementos cénicos, fotográficos e documentais, designadamente em vídeo, que ilustram a actividade do Teatro Malaposta durante a última década.



TEATRO

O «Teatro
Meridional» no CCB

Integrado no Festival dos 100 Dias, o grupo italo-hispânico-português «Teatro Meridional» levará à cena nos dias 31 de Março e 2, 3, e 4 de Abril (às 21.30) e 1 de Abril (às 15.30), no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém a peça «Naque ou sobre os piolhos e actores» de José Sanchis Sinisterra. Como se pode ler na apresentação do espectáculo, o texto do espectáculo «articula-se em torno de um diálogo que recupera vários subprodutos literários do «Século de Ouro» espanhol - formas de uma cultura submersa que ergue da superfície da terra o seu tosco ofício» e descreve «o dia-a-dia de dois cómicos errantes, Solano e Rios, cujo diálogo oscila entre o humor, os piolhos e a metafísica». O desenho e realização de figurinos é de Maria Luiz e Susana Nogueira, o apoio musical de José Pedro Caiado e vocal de Luís Madureira, a fotografia e vídeo de Pedro Sena Nunes e os dois actores em cena são Álvaro Lavin e Miguel Seabra.

CLASSICA

Dois concertos sinfónicos

Realiza-se depois de amanhã no Grande Auditório do CCB às 21.30, no quadro do «Festival dos 100 Dias», um concerto sinfónico pela Orquestra Metropolitana de Lisboa sob a direcção de Miguel Graça Moura com a colaboração da soprano Elizabete Matos. No repertório figuram obras de Sergei Rachmaninov, Ri-

chard Strauss e Igor Stravinsky, respectivamente «Danças Sinfónicas», «Quatro Últimas Canções» e a suite «O Pássaro de Fogo» (versão de 1919).

No dia seguinte, pelas 17 horas, mas na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, será a Orquestra Sinfónica Portuguesa que inter-

pretará obras de Marcos Portugal («Il Duca di Foix»), Béla Bartok (Concerto para Viola) e Antonín Dvorák (Sinfonia «Do Novo Mundo»). O solista em viola será Pedri Muñoz e o maestro Álvaro Cassuto.

Sergel Rachmaninov ao piano, visto por Leonid Pasternak (1916)

CINEMA

Novas gerações
do cinema francês

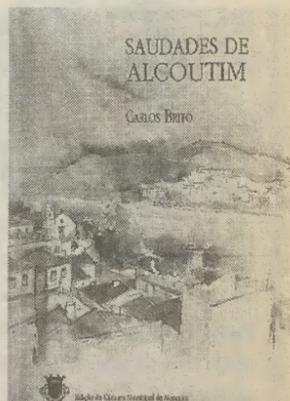
Com o apoio da Embaixada de França e do Instituto Franco-Português estão em cartaz nestes meses de Março e Abril, um pouco por todo o país (Lisboa, Beja, S^a Maria da Feira, Porto, Setúbal, Cas-

telo Branco e Crato), os filmes incluídos num ciclo subordinado ao título genérico «Cinema Francês - As Novas Gerações». Entre estes filmes, contam-se «Irma Vep», de Olivier Assays (1996), «Detesto o Amor», de Laurence Ferreira-Barbosa (1997), «Olá Primo!», de Merzak Allouache (1996), «Ponette», de Jacques Doillon (1996), «O Meu Homem», de Bertrand Blier (1995), «Um Herói Muito Discreto», de Jacques Audiard (1996), «E Então», de Michel Piccolli, e «Clubbed to Death», de Yolande Zauberman (1996), realizados por cineastas de várias idades e opções estéticas pertencentes a uma cinematografia de grande peso no nosso continente.



«Detesto o Amor», de Laurence Ferreira-Barbosa

LIVROS

Saudades
de Alcoutim

À primeira vista distantes, estes versos, daqueles que já conhecíamos do autor. Mas, à medida que se avança nos poemas - estes inscritos na área da saudade - logo reconhecemos a mesma voz lírica de Carlos Brito, a mesma atenção aos sinais e vestígios donde nascem sentimentos e memórias. Um livro que propõe ao leitor, não agora a revisitação dos tempos de resistência, como fizeram outros livros recentes - *Anotação dos Dias*, Ed. «Avante!», ou *Voz Ocasional*, Ed. Caminho, por exemplo -, mas os largos ares da terra natal, Alcoutim, onde medram as saudades (*campos de maravilhas/ de estevas e de alecrim*), onde se encantam as memórias de infância, de jogos e de contos e também de maus tempos, cujas feridas a distância no tempo acaba por sarar. O livro acaba de ser lançado. Foi no passado domingo, na Casa da Cultura de Alcoutim, demasiado pequena para caber tanta gente. Aí tomaram a palavra o Presidente da Câmara, Francisco Amaral, e a Coordenadora da Associação Alcance - ambas as entidades patrocinadoras da edição que se apresenta com uma bela aguarela de Carlos Luz na capa e fotos de João Dias. Dos poemas falou a escritora Teresa Rita Lopes, que lhes salientou a expressão da magia de Alcoutim e das suas paisagens, e os sentimentos das gentes que as habitam.

A Memória
das Sombras

Fazer cinema, falar de cinema, escrever sobre cinema. O autor destas *Memórias das Sombras* já experimentou estes diversos caminhos na relação com a sétima arte. Mas se já deixou marca no cinema nacional através da realização, mais conhecido do público será por durante anos haver apresentado aos telespectadores um programa de filmes (*em americano, moovies*) e de lhes haver abundantemente falado sobre eles. Agora a escrita, que se reúne neste volume. Nele, Lauro António propõe ao leitor uma série de textos que veio produzindo para variadas manifestações cinematográficas e que, como é natural, transbordam do cinema para a problemática do quotidiano. Uma apurada edição da *Campo das Letras*.



ÚLTIMAS

ATALHE
DE FOICE

A morte à solta

O brutal acidente que esta semana matou mais seis pessoas no Itinerário Principal N.º 5 – a sinistra IP-5 que liga Aveiro a Vilar Formoso – teve, como todas as tragédias de grande dimensão, o efeito de concitar as atenções do País e produzir promessas governamentais tão repetidas como os próprios acidentes. Lá soubemos, mais uma vez, que o IP-5 iria ser remodelado, que a solução estará na duplicação das vias, etc., etc.

Entretanto, as mortes continuam.

O IP-5 é um caso paradigmático no já de si tenebroso panorama rodoviário nacional, onde detemos o recorde comunitário em mortes e acidentes.

Inaugurado ainda por Mário Soares quando Primeiro-Ministro, faz parte da «febre das auto-estradas» com que se procurou afanosamente abrir caminho à «Europa conosco». Mal projectada e pior construída, esta via rápida cedo se configurou uma ameaça pública de dimensão nacional, como brutalmente o comprovam as mais de 200 vítimas que ali perderam a vida, só nos últimos cinco anos.

As sucessivas tragédias despertaram a atenção dos órgãos de Comunicação Social, tendo sido através de reportagens que o País foi tomando consciência da mortífera armadilha que tinha sido montada a toda a largura do território continental: asfalto inadequado para uma estrada de montanha, curvas mal concebidas, declives excessivos, inclinações erradas, acessos sem visibilidade, impermeabilização e falta de escoamento pluvial, sinalizações incorrectas, piso deformado, tudo se concentrou nesta fatídica «via rápida», como se o objectivo fosse nela exemplificar o que de errado se pode fazer em matéria de construção de estradas modernas. A monstruosidade atingiu tais proporções que as suas bermas se transformaram num macabro cemitério de destroços, a cada um correspondendo uma ou mais vidas ceifadas no local.

Apesar de factos tão brutais e dos desesperados relatórios da Brigada de Trânsito da GNR, os diversos poderes públicos com responsabilidades directas nas estruturas viárias pouco ou nada fizeram para enfrentar o problema, enquanto sucessivos governos foram torneando a questão com mais auto-estradas atamancadas, sem rigor nem controlo mas óptimas para inaugurações e vitórias eleitorais.

Resulta disto uma coisa espantosa: os sucessivos governantes deste País, sendo tão atreitos à defesa da vida humana no éter dos princípios, conseguem permanecer tranquilamente indiferentes a uma chacina que há anos ocorre à vista de toda a gente, ao ritmo de dezenas de mortos por ano...

Não chega dizer que há muita incompetência, desrespeito e imprudência nas estradas portuguesas. É verdade que há tudo isso (a que, aliás, o Governo em Portugal continua a não pôr cobro com a legislação, o investimento, as medidas e os meios disciplinadores adequados), mas também há obras criminosas como a do IP-5, cuja construção ninguém controlou como devia e, pior que isso, a que não se pôs rapidamente travão através do reordenamento da via, muito mais urgente e importante que lançar mais uns quilómetros de auto-estrada de duvidosa qualidade.

Neste quadro, não surpreende que se tenha descoberto, com este acidente, que a maioria dos postos telefónicos SOS colocados no IP-5 estivessem inoperacionais, tal como se tornou «lógica» a extraordinária facilidade com que a Junta Autónoma das Estradas se livrou da responsabilidade, atribuindo-a à empresa estrangeira que contratou para a manutenção desses equipamentos. Num tempo em que as preocupações com o colectivo não passam de retórica para ganhar votos e conquistar o poder, a responsabilidade é infalivelmente «dos outros». A quem, aliás, nunca se pede contas: tal como «os outros» de hoje já foram os «nós» de ontem, os «nós» de hoje não-de fatalmente ser «os outros» de amanhã.

E isto é tudo boa gente...

■ Henrique Custódio

Lei do Financiamento do Ensino Superior
Como está não serve!

Em conferência de imprensa realizada na passada terça-feira na Assembleia da República, PCP e JCP afirmaram que a lei sobre o financiamento do ensino superior público «como está não serve» e explicam porquê.

«A lei não serve porque o ministro da Educação se obstinou em impor um diploma de inspiração neoliberal, de sentido oposto à resolução dos problemas das instituições e à qualidade do ensino superior e contrário aos interesses e aspirações dos estudantes, dos docentes e das próprias instituições.

«A lei não serve porque o que comandou a sua aprovação foi a obsessiva preocupação de elevar as propinas de modo muito significativo, ao arpejo do princípio constitucional da progressiva gratuitidade do ensino público, num quadro inalterado de falta de condições para um ensino superior de qualidade e com violação dos compromissos assumidos expressamente pelo PS, segundo os quais qualquer alteração do montante das propinas deveria ser obrigatoriamente antecedida pela revisão do sistema fiscal.

«A lei não serve porque, contrariamente também ao compromisso assumido pelo ministro da Educação de que a verba das propinas seria aditiva em relação ao financiamento público e de que seria utilizada na elevação da qualidade do ensino superior, o que se observou na primeira proposta governamental de Orçamento do Estado pos-

terior à aprovação da lei foi que a verba das propinas prevista foi de facto utilizada para substituir uma parte significativa do financiamento público, numa linha de



clara desresponsabilização do Estado em relação ao ensino superior.

«A lei também não serve porque mistura a questão do financiamento do ensino público com a acção social escolar, prevê esquemas perversos como o desvio de verbas da acção social escolar para financiamento das instituições, através do pagamento de propinas pelos bolseiros, e concretiza uma concepção minimalista de acção social escolar, de valores extremamente baixos, particularmente desajustados da situação e das necessidades reais de muitos estudantes».

Iniciativas
para breve

O PCP vai por isso propor, através do seu Grupo Parlamentar, que a Assembleia da República tome a iniciativa, através da sua Comissão de Educação, Ciência e Cultura, de promover uma ampla audição sobre os problemas do financiamento do ensino superior público e

preciação, por parte do plenário da Assembleia da República, dos problemas do financiamento do ensino superior público e da acção social escolar. Com esse objectivo, bem como com o de dar o seu próprio contributo para esse debate e reapreciação política, o Grupo Parlamentar do PCP irá fazer a entrega - no decurso da sessão plenária de amanhã - de dois projectos de lei que consubstanciem um novo e mais justo quadro legal respeitante ao financiamento do ensino superior público e à acção social escolar e que comportam a revogação da lei do financiamento actualmente em vigor.

Na conferência de imprensa participaram Ângelo Alves, da Comissão Política da JCP, António Filipe, deputado à Assembleia da República e do Comité Central, Bernardino Aranda, estudante da Universidade Católica, da Direcção Nacional e da DORSuperior de Lisboa da JCP, Bernardino Soares, deputado à Assembleia da República e da Comissão Política da JCP, Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, e Hernâni Mergulhão, professor do ISELisboa.

da acção social escolar, nela abrangendo, nomeadamente, os estudantes e docentes do ensino superior e as suas organizações, bem como os órgãos das instituições académicas.

O PCP anuncia igualmente o propósito de reabrir o debate e de viabilizar a rea-

Telecom
Prossegue protesto

Terça-feira, em Santarém, decorreu uma acção de protesto promovida pela Comissão de Utentes contra a Taxa de Activação e os Aumentos dos Telefones da Portugal Telecom. Uma concentração de utentes à porta do Ministério que tutela as comunicações, constituiu mais um alerta para a urgência de uma intervenção do ministro João Cravinho, de modo a encontrar solução para o problema das novas tarifas.

A Comissão de Utentes desdobra-se em iniciativas, com clara adesão da população.

Um *buzinão* de protesto contra as novas tarifas telefónicas fez-se ouvir uma vez mais junto à sede da Telecom, pela segunda vez este mês. Prosseguem os contactos com os grupos parlamentares.

A comissão continua a recolher assinaturas, por todo o País, tendo sido recolhidas entretanto mais 20 mil, o que «reforça a clara posição dos utentes sobre a urgência de serem abolida a taxa ilegal de activação nas chamadas da rede fixa nacional».

Inventário
do Património
continua adiado

Sem inventário do património não faz sentido criar uma nova Lei-Quadro do Património Cultural, considera a Célula do Património Natural e Cultural do Sector Intelectual da ORL do PCP, que divulgou na passada segunda-feira uma primeira análise sobre a proposta de lei que o Ministério da Cultura lançou em meados deste mês para discussão pública.

Indicando que em breve irá contribuir com uma vasta série de teses, críticas e adi-

ções para a futura Lei de Bases, a Célula do PCP sublinha desde já que o documento do Ministério não contempla o Inventário do Património Cultural, lacuna que os comunistas interpretam como uma forma de adiar *sine die* a concretização deste «instrumento insubstituível».

Carlos Brito cessa funções
Um adeus
comunista

Difícil, muito difícil, é a tarefa de bem desempenhar o cargo de Director do «Avante!». Por um imenso conjunto de importantes razões de entre as quais sobressaem as que decorrem do facto de o «Avante!» ser o órgão central do Partido Comunista Português.

Carlos Brito desempenhou o cargo de Director do «Avante!» durante os últimos seis anos. E fê-lo de forma notável, com uma capacidade e um talento incontestáveis, com a sensibilidade necessária para compreender que o órgão central do Partido pode e deve ser o agitador e organizador colectivo da actividade partidária e da luta dos trabalhadores e, simultaneamente, um jornal de qualidade, de leitura agradável, veículo de informação séria, rigorosa e verdadeira, espaço de intervenção política e ideológica constantemente enriquecido pela diversificada colaboração de um vasto conjunto de camaradas e amigos. Fê-lo dirigindo e integrando um colectivo que, com ele, assumiu plenamente e com êxito a responsabilidade de, todas as semanas durante seis anos, dar voz à voz do Partido e às lutas, aspirações e anseios dos trabalhadores e do povo. Fê-lo, enfim, e por tudo isso, deixando raízes para o futuro, raízes capazes de nos estimular a procurar ir sempre mais longe, de nos estimular a fazer sempre mais e melhor.

E é tudo isto que Carlos Brito deixa ao «Avante!» e ao seu colectivo, ao cessar, agora, por seu expresso e persistente desejo, as funções de Director. Tudo isto e mais o compromisso de, com regularidade, continuar a dar ao «Avante!» a sua valiosa colaboração.

Daí que a despedida a fazer seja, apenas e só, o «até amanhã, camarada» que tão bem expressa o nosso adeus comunista.

■ José Casanova

